Órgão Central
do Partido Comunista
Português

Avante!

Proletários
de todos os países
UNI-VOS!

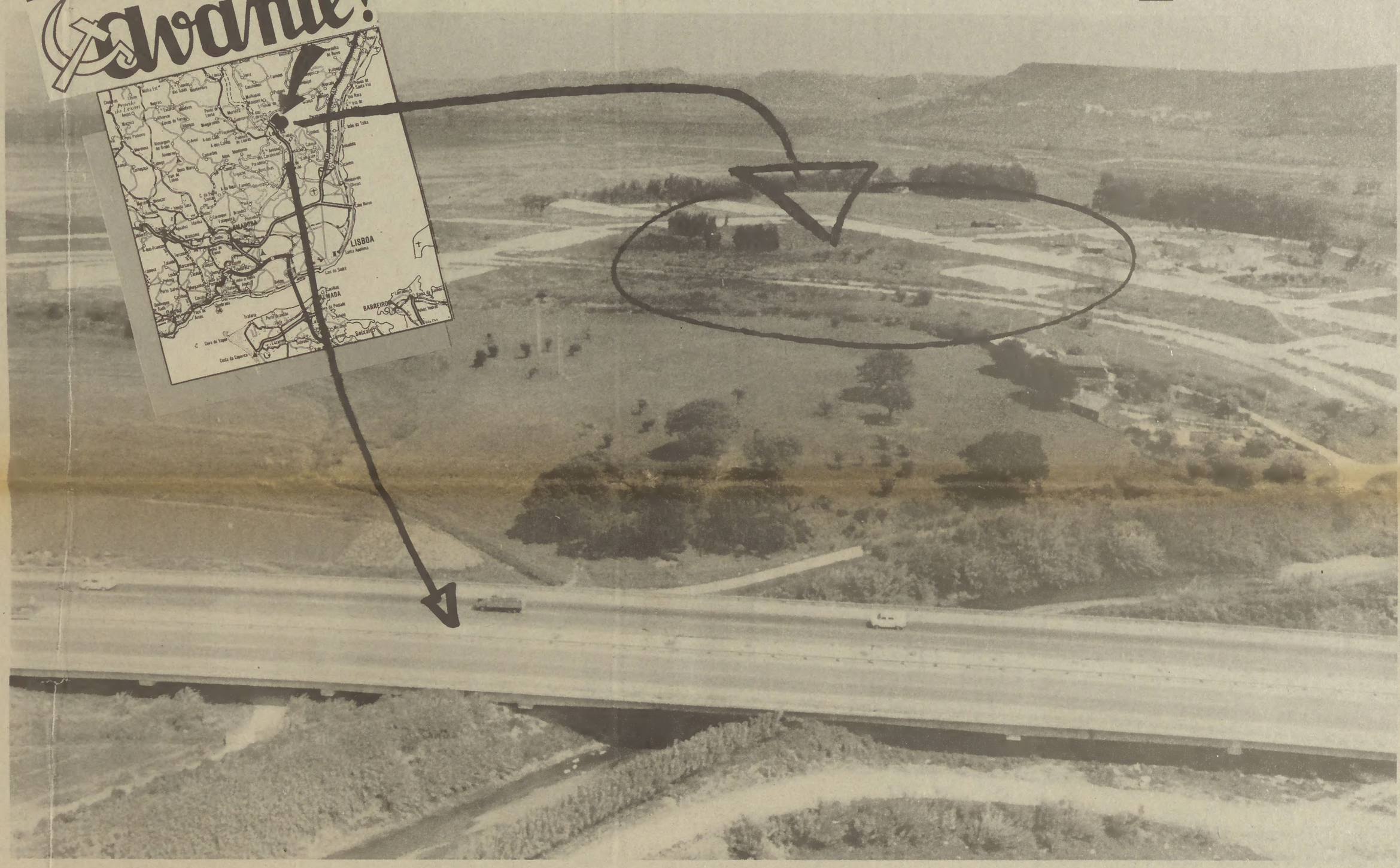
Semanário

Director:
António Dias Lourenço

Ano 58 – Série VII – N.º 745
7 de Abril de 1988
Preço: 50$00

Propriedade do Partido Comunista Português **Dir./Red. – Soeiro Pereira Gomes, 1699 Lisboa-CODEX** **Tel. 76 97 22 / 25** **– Telex 18390** **Composição e impressão – Heska Portuguesa** **Distribuição – *CDL*, R. Santos Dumont, 57-2.º – 1000 Lisboa**

festa Avante! vai ser aqui:



Em Foco

A luta continua depois da greve geral

- Acções, dia 14, no seguimento da greve geral
- Médicos: lutas mais que justificadas no sector Greve nacional amanhã
- Encontro do comércio automóvel
- Não ao pacote agrícola, foi reafirmado em Évora pela CGTP
- Confirmadas iniciativas solidárias com a Reforma Agrária, incluindo a marcha de 19

Págs. 1, 2, 3 e 4/**Semana**

280 democratas apelam às comemorações unitárias do 25 de Abril

Pág. 12/**Semana**

«PACOTE AGRÍCOLA» DO GOVERNO CAVACO DENUNCIADO NO PARLAMENTO

A interpelação do PCP comprovou que em matéria de política agrícola toda a legislação proposta pelo Governo vai no sentido de proteger os latifundiários contra os trabalhadores rurais, favorecer os senhorios em detrimento dos rendeiros, usurpar aos povos a gestão democrática dos baldios

●

Entrevista com os deputados comunistas Álvaro Brasileiro, Lino de Carvalho e Rogério Brito

Pág. 6/**Semana**

Editorial

Avante!
Ano 58 – Série VII
N.º 745
7 de Abril de 1988
1.º Caderno
Não pode ser vendido separadamente

Na luta a alternativa

No Encontro de 2.ª feira em Espanha com Filipe Gonzalez o Primeiro-Ministro português, Cavaco Silva, numa referência ao que chamou de «grande desafio» que a integração europeia coloca aos dois países ibéricos, voltou a aludir às suas decantadas «reformas de estrutura» em que o Governo do PSD se empenha activamente no momento actual.

«Portugal — disse ele — está tentando fazer todas as reformas ao mesmo tempo, pois não é possível adiá-las, enquanto a Espanha as fez há vários anos».

É uma declaração que vale pelo seu significado.

De facto, o povo português, mesmo o cidadão menos versado na ciência económica, começa a sentir ao vivo na própria pele, na sua existência diária, o que são as tais «reformas de estrutura» que o Governo de Cavaco quer impor em seis meses ao País.

As «reformas» cavaquistas enformam, de facto, a contra-revolução legislativa e a subversão institucional. Têm por objectivo desmantelar e destruir as conquistas económicas e sociais alcançadas com a revolução de 74, visam restaurar no País de Abril o poder dos monopólios.

De facto, a Espanha «já as fez há anos»... sob o franquismo!

As mudanças democráticas ocorridas no país vizinho, com inegável expressão no plano político, deixaram contudo intactas as velhas formas de propriedade e de exploração capitalista e a estrutura monopolista da sociedade espanhola dos últimos 40 anos. A realidade actual dos mais de 2 milhões de desempregados (cerca de 25% da população activa espanhola) é como que um espelho e uma fonte de inspiração para o cavaquismo governante.

As «reformas de estrutura» têm nome, entraram já no «léxico» da luta política em Portugal. Chamam-se:

«Pacote das privatizações» — com o desmantelamento do Sector Público e Empresarial do Estado, das nacionalizações; com a consequente entrega à exploração do grande capital estrangeiro e português dos sectores básicos da economia nacional que a Revolução de Abril nacionalizou; com a transformação em sectores lucrativos para o capital privado de actividades de eminente conteúdo social, como as da saúde, do ensino, da segurança social e outras;

«Pacote Laboral» — com a institucionalização da completa insegurança no mercado do trabalho; a total liberalização dos despedimentos; a negação dos direitos, liberdades e garantias sociais mais elementares dos trabalhadores; o agravamento ilimitado do desequilíbrio da distribuição dos rendimentos do trabalho nacional em benefício do grande capital;

«Pacote agrário» — com a destruição da Reforma Agrária e a institucionalização de novas formas de concentração da propriedade agrícola, através de novas leis do emparcelamento, do arrendamento rural, dos baldios; com o consequente regresso e alastramento do latifúndio, da miséria e da ruína nos campos, dos incultos, da desertificação de vastas zonas rurais;

Pacote da saúde, do ensino, do poder local, das leis eleitorais e em corolário destas vastas «reformas de estrutura» a revisão subversiva da Constituição.

Estas são as confessadas e decantadas «reformas estruturais» que o Governo Cavaco/PSD «está tentando fazer todas ao mesmo tempo», como afirmou o Primeiro-Ministro em Espanha e que suscitam o repúdio e o vivo protesto do movimento popular e democrático.

A este «desafio» está dando uma terminante resposta o povo português.

Apenas a dez dias da mais ampla e participada Greve Geral de todos os tempos no nosso país novas e vastas acções de massas e de carácter institucional estão na perspectiva e em desenvolvimento.

Anteontem, na Assembleia da República, foi vivamente debatida a política agrícola do Governo por interpelação do PCP.

A política que Cavaco Silva e o seu Governo querem contra ventos e marés impor ao agro português não visa a correcção dos desequilíbrios estruturais, regionais e sectoriais da nossa agricultura mas, ao contrário, provocaria ainda mais graves distorções. Não se perfila na defesa dos interesses nacionais e da autonomia da nossa política agrícola no seio da CEE mas na simples aplicação das directivas comunitárias que servem os interesses dos monopólios e dos grandes complexos agro-industriais da Comunidade europeia e conduzem ao agravamento da nossa dependência agro-alimentar do exterior.

É um «pacote agrário» que, se for avante, irá traduzir-se em maior instabilidade nos nossos campos, no desrespeito dos direitos adquiridos pelos agricultores portugueses no processo da Revolução de Abril, dos rendeiros, dos assalariados agrícolas, dos povos serranos, dos comparticipantes dos baldios, comportando o agravamento das condições de vida da população rural e o bloqueamento do desenvolvimento progressivo da nossa agricultura.

Gritantes ilegalidades violam as decisões judiciais passadas em julgado a favor das UCPs/Cooperativas da Reforma Agrária.

A nova tendência destas violações assumem um carácter escandaloso: o MAP ordena num dia a execução dos despachos favoráveis, há longos tempos por executar, e no dia seguinte ordena de novo a entrega das mesmas reservas aos reservatários executados, como se verificou agora no caso da UCP «A Unidade dos Trabalhadores», de Campo Maior, entregando de imediato uma área total equivalente a 140 000 pontos aos agrários Gama Serra.

A exigência de debate público da política agrária do Governo, reclamado pelo PCP, tem inteira justificação e acuidade.

No terreno da luta de massas as acções programadas pela CGTP-IN, por vários sindicatos e por sectores profissionais dos mais diversos exprimem a profunda indignação popular contra os «pacotes» do Governo Cavaco Silva, constituem uma vigorosa resposta, na continuação da Greve Geral, à sua política desestabilizadora e anti-social.

A partir de sexta-feira os médicos filiados nos Sindicatos do Norte, Centro e Sul, incluindo já amanhã os médicos da Região Autónoma da Madeira, com o apoio declarado da Ordem dos Médicos, dão começo a um programa de 12 paralisações até ao dia 8 de Maio, de protesto relativamente à política governamental das carreiras médicas, contra as condições de remuneração da classe médica, contra a recusa ao diálogo do Ministério da Saúde.

A grande concentração do próximo dia 14 frente à Assembleia da República quando está previsto o início da discussão parlamentar do pacote laboral, convocada pela CGTP-IN e já apoiada por vários outros sindicatos não filiados naquela central sindical e outras organizações representantes dos trabalhadores, configura-se desde já como uma poderosa acção de massas, está desde já mobilizando e suscitando a adesão de vastos sectores da classe operária na sequência do amplo movimento grevístico de que a Greve Geral de 28 de Março constituiu a mais extraordinária expressão de descontentamento e protesto nos últimos anos.

A marcha dos trabalhadores da Reforma Agrá-

ria de 19/20 e 21 que se concentrarão junto à Assembleia da República no começo previsto da discussão da Lei anti-Reforma Agrária, está recolhendo a adesão em massa dos assalariados agrícolas do Alentejo e do Ribatejo e suscitando a solidariedade activa das populações do percurso.

Nesta acção está crescendo a unidade e a combatividade dos trabalhadores comunistas, socialistas e de outros partidos (incluindo o do Governo) e sem partido, está-se afirmando no terreno da luta o crescente divórcio e oposição do povo trabalhador relativamente à política do Governo Cavaco/PSD.

Inevitavelmente esta política cavaquista de desestabilização acelerada do viver dos portugueses no plano social, no plano económico, no plano cultural, reclama a convergência, a acção comum e a unidade de todas as forças democráticas; põe imperiosamente na ordem do dia a necessidade e a urgência de uma resposta política de massas.

É chegada a hora de reflectir. De reflectir para actuar; de corrigir decididamente maus passos, conceitos e posições erróneas que têm conduzido a perniciosas e indesejáveis divisões entre democratas; de pôr resolutamente de lado desrazoáveis preconceitos hegemónicos que só aproveitam à contra-revolução e têm dificultado a construção de uma verdadeira alternativa democrática ao Governo e à política da direita.

A larga convergência já conseguida para as comemorações do 25 de Abril pode e deve conglobar nas celebrações do Dia da Liberdade todos os democratas e patriotas interessados na preservação do regime democrático, no seu pleno florescimento, na continuação de Portugal de Abril.

Mais do que pontos mínimos concitam ao entendimento entre os democratas portugueses de todas as tendências. No caminho da luta comum por tudo o que nos une se alicerça a possibilidade de afastar num prazo que todos temos o dever de tornar mais curto e mais viável o afastamento da direita do Poder.

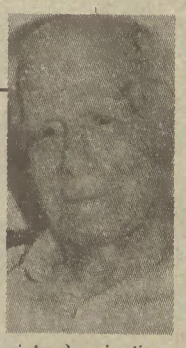
O PCP é e continuará a ser uma força indispensável para alcançar este patriótico objectivo. Os democratas dariam provas de falta de realismo se tomassem a furiosa campanha da reacção contra o PCP como um dado verídico da capacidade de intervenção dos comunistas na construção do Portugal democrático do futuro. A hora não é de dispersão mas de entendimento e convergência.

Resumo

30
Quarta-feira

Reúne em Évora o Plenário Nacional de Sindicatos da CGTP-Intersindical, decidindo a realização de concentrações e manifestações no próximo dia 14 de Abril, de protesto contra o «pacote agrícola» que no mesmo dia começa a ser debatido na AR ■ O Presidente da República, em visita à Guarda, cancela audiência que a CGTP e a UGT haviam previsto com o fim de informarem sobre os resultados da greve geral ■ Ministro da Justiça, Fernando Nogueira, promete para 1991 a informatização de metade dos tribunais portugueses ■ O PSD volta a falar da criação de uma «nova central sindical», após o revés sofrido pelos TSD na greve geral de 28 de Março ■ O embaixador do Egipto em Lisboa desmente que o seu governo tenha contactos em Angola para além dos que mantém com o Governo de Luanda e reafirma o apoio do Egipto às posições do Governo angolano ■ Os militares israelitas fecharam em Jerusalém Leste os Serviços Palestinianos de Imprensa, última ligação informativa às «zonas militares fechadas» de Gaza e da Cisjordânia ■ Aviões iraquianos atacam o superpetroleiro cipriota «Anax», que transportava petróleo iraniano no Golfo.

31
Quinta-feira



Morre em Lisboa, com 99 anos de idade, o coronel Carlos Vilhena, combatente republicano de 5 de Outubro de 1910 ■ Conselho de Ministros aprova proposta de autorização legislativa com vista à privatização das indústrias de refinação de petróleo, petroquímica de base e siderurgia ■ A Confederação Nacional de Agricultura (CNA) anuncia em conferência de imprensa que as organizações da lavoura vão deslocar-se à AR no próximo dia 7 de Abril, em protesto contra as propostas de lei do arrendamento e do emparcelamento rurais ■ Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias Eléctricas do Norte declara que o consumo de energia no dia da greve geral foi igual ao de um domingo normal ■ Os trabalhadores dos Armazéns do Chiado recebem apenas 30 por cento dos vencimentos de Março e concentram-se junto à administração, reivindicando o pagamento completo ■ Um caça F-16 dos Estados Unidos despenha-se em área residencial da RFA, causando a morte a duas pessoas e o incêndio de várias habitações ■ A polícia de Manaus (Brasil) anuncia que foram assassinados 12 índios, em massacre praticado por madeireiros no estado do Amazonas.

1
Sexta-feira

Delegações do PCP e do PS encontram-se em Beja, pela segunda vez a nível distrital, a fim de analisarem várias matérias de interesse regional ■ O Presidente José Eduardo dos Santos recebe em Luanda o vice-ministro da URSS, Anatoli Adamishin, após a visita deste a Washington e a Cuba ■ São assassinadas a tiro, por rebeldes *sikhs*, 25 pessoas em duas aldeias do Norte da Índia ■ O secretário da Defesa dos EUA, Frank Carlucci, inicia viagem a vários países do Norte de África, à Índia e ao Paquistão.

2
Sábado

O Presidente de Moçambique, Joaquim Chissano, é agraciado em Cuba com a Ordem José Martí ■ Os Estados Unidos anunciam que vão duplicar o número de efectivos militares seus no Panamá, juntando agora mais 1300 soldados ao contingente ali estacionado, de modo a atingir o número de 8 mil efectivos no país ■ O coronel «Gringo» Honasan, preso na sequência da tentativa de golpe contra a Presidente das Filipinas, consegue evadir-se do navio-prisão onde se encontrava há quatro meses ■ O Papa abençoa em Roma a «missão de paz» de George Shultz, secretário de Estado norte-americano, que se encontrou com João Paulo II ■ O Iraque anuncia haver conquistado um bastião rebelde kurdo, matando grande número de kurdos.

3
Domingo

Fim-de-semana prolongado, que traz a Portugal muitos espanhóis, encerra com balanço trágico em consequência de acidentes na estrada. A GNR regista 52 feridos em estado grave, 104 feridos ligeiros e 11 mortos ■ Na Palestina a Páscoa é sangrenta, em consequência da violenta repressão desencadeada pelas tropas de ocupação israelitas. Registam-se mais três mortos a acrescentar aos 15 assassinados durante a semana ■ Em sondagem publicada em Paris, Jacques Chirac vê aumentar a sua vantagem em relação a Raymond Barre, enquanto Mitterrand continua a «vencer» nas duas voltas ■ Milhares de republicanos desfilam na Irlanda do Norte comemorando a insurreição patriótica de 1916, em Dublin ■ O Iraque retoma os ataques ao Irão, bombardeando cidades iranianas e causando pelo menos 5 mortes e meia centena de feridos.

4
Segunda-feira

Um documento assinado por 280 personalidades do campo democrático

é tornado público apelando às comemorações populares do 25 de Abril, no próximo 14.º aniversário da Revolução ■ O Grupo Parlamentar do PCP remete à Mesa da Assembleia da República um requerimento propondo o debate público do pacote agrícola do Governo, considerado inconstitucional pelos comunistas se tal debate não for aberto ■ O presidente do Partido Socialista, Ferraz de Abreu, é operado ao coração no Hospital de Santa Maria ■ Cavaco e Gonzalez encontram-se em Huelva, durante a visita particular do Primeiro-Ministro português ao Parque Donana ■ É empossada a nova direcção da Ordem dos Engenheiros, em cerimónia realizada em Lisboa ■ A Associação de Professores de História declara-se de acordo com a junção das disciplinas de História e de Geografia nos ensinos básico e secundário ■ Dirigentes sindicais dos trabalhadores da Saúde concentram-se junto ao Ministério exigindo audiência com a ministra Beleza ■ Cerca de 90 por cento dos trabalhadores da Cometna paralisam quatro horas exigindo o pagamento dos salários de Março ■ É anunciado o restabelecimento das relações diplomáticas entre a Etiópia e a Somália, interrompidas desde 1960 ■ A polícia sul-coreana carrega sobre milhares de estudantes que protestam contra a repressão policial ■ Palestinianos dos territórios ocupados respondem com a greve geral à visita de Shultz a Jerusalém.

5
Terça-feira

O ministro da Agricultura, Álvaro Barreto, opõe-se na AR à realização de um debate público sobre o pacote agrícola, exigido pelo PCP ■ Sindicato dos Médicos da Zona Centro denuncia a campanha de desinformação e confusão contra a luta dos médicos conduzida por sectores afectos ao Governo ■ Os mineiros e metalúrgicos anunciam a decisão de participar nas acções de 14 de Abril contra o pacote laboral ■ Notícias sobre o futuro da Setenave revelam intenção do executivo em despedir todos os trabalhadores e dividir a empresa pela Lisnave e pela empresa alemã-federal MPC ■ Vereadores da CDU da CML denunciam que o projecto habitacional do Alto do Lumiar é uma «operação-burla» ■ O general panamiano António Noriega acusa políticos dos EUA de protegerem o tráfico de droga na América Central ■ Salda-se em novo fracasso a digressão de George Shultz pelo Médio Oriente para defender o «plano de paz» dos EUA para a região ■ Iniciam-se as eleições legislativas no Afeganistão.

Avante!
Proletários de todos os países UNI-VOS!

O jornal dos trabalhadores da democracia e do socialismo

PROPRIEDADE: *Partido Comunista Português.* Rua Soeiro Pereira Gomes – 1699 – Lisboa CODEX. Tel. 76 83 45

DIRECÇÃO E REDACÇÃO: Rua Soeiro Pereira Gomes – 1699 Lisboa CODEX
Tel. 76 97 25/76 97 22

ADMINISTRAÇÃO: Av. Santos Dumont, 57-3.º – 1000 Lisboa

DISTRIBUIÇÃO: *CDL, Central Distribuidora Livreira, SARL.* **Serviços Centrais:** Av. Santos Dumont, 57 - 2.º – 1000 Lisboa
Tel. 77 98 28/77 98 25/76 97 51

Casa da Venda em Lisboa: Rua do Século, 80 – 1200 Lisboa
Tel. 37 22 38

Centro Distribuidor de Évora: Alcarcova de Baixo, 13 – 7000 Évora
Tel. 26361

Centro Distribuidor de Faro: Rua 1.º de Dezembro, 23 – 8000 Faro
Tel. 24417

Delegação do Norte Centro Distribuidor do Porto: R. Miguel Bombarda, 578 – 4000 Porto
Tel. 69 39 08/69 96 15

Centro Distribuidor de Coimbra: Terreiro da Erva, 6 – 3000 Coimbra
Tel. 28394

ASSINATURAS: Av. Santos Dumont, 57-4.º, Esq.º – 1000 Lisboa. Tel. 76 64 02

EXPEDIÇÃO: R. João de Deus, 24 – Venda Nova 2700 Amadora. Tel. 90 00 44

PUBLICIDADE CENTRAL: Alameda St.º António dos Capuchos, 6-B – 1100 Lisboa. Tel. 77 69 36/77 67 50
Porto – Rua do Almada, 18-2.º, Esq.º – 4000 Porto. Tel. 38 10 67

Composto e impresso na Heska Portuguesa – R. Elias Garcia, 27 Venda Nova – 2700 Amadora

Depósito legal n.º 205/88

Tiragem do mês de Março: 27 570 exemplares

Semana

Avante!

Ano 58 – Série VII
N.º 745
7 de Abril de 1988
2.º Caderno
Não pode ser vendido separadamente

A CGTP mantém acções já anunciadas no seguimento da greve geral

Coincidentes com a preparação das comemorações do 25 de Abril e do 1.º de Maio, decorrem novas acções destinadas a preparar fortes acções de luta, com expressão pública, na próxima quinta-feira, dia 14, data prevista para o início da discussão do pacote laboral cavaquista na Assembleia da República (ver página 4 nesta edição). Conforme foi decidido em Évora, na passada quarta-feira, 30, a CGTP manteve para o dia 14 concentrações e manifestações já anunciadas para várias regiões do País, no seguimento da greve geral do dia 28.

***Por muito que faça e fale,** o Governo não impedirá que se manifestem os resultados da greve geral*

Recorde-se que o coordenador nacional da CGTP, Carvalho da Silva, ao intervir naquele plenário de Évora, onde foi manifesta a vontade de apoiar a Reforma Agrária, disse sobre a greve geral que ela foi o maior protesto e a maior acção deste tipo realizada em Portugal, cobrindo «todos os sectores de actividade», quer em empresas públicas, quer privadas, e incluindo entre estas as transnacionais ou multinacionais, como são mais conhecidas essas formações do grande capital que pretendem aumentar a sua implantação no nosso país.

O plenário nacional de sindicatos, reunido em Évora com muitas centenas de sindicalistas vindos de todas as regiões do País, além de ter discutido e aprovado o relatório e contas da Central, referentes a 1987 (documento apresentado por José Luís Judas, do secretariado da CE, que, referindo-se à situação financeira da Central salientou ter ela «vida sã, mas não próspera») e de ter tratado da greve geral, reclamou a reposição da legalidade nos campos da Reforma Agrária, principalmente através do cumprimento dos acórdãos do Supremo Tribunal Administrativo.

Tanto Álvaro Rana, como Lino de Carvalho, este último em nome da Federação Nacional das Cooperativas Agrícolas de Produção, analisaram a situação da RA e mostraram a sua profunda apreensão pelas consequências que teria para essa conquista de Abril a aprovação do pacote agrícola do Governo de Cavaco.

Além da solidariedade, mais uma vez e como sempre manifestada aos trabalhadores da Reforma Agrária e à generalidade dos assalariados agrícolas, filiados ou não em sindicatos, o plenário nacional da CGTP-IN apelou à participação solidária de todos os democratas na iniciativa que vai efectuar-se em Lisboa, no Forum Picoas, nos próximos dias 16 e 17, em apoio da Reforma Agrária.

O plenário nacional apelou também à participação em massa e decidiu empenhar-se na preparação da próxima marcha da RA para Lisboa que, como se sabe, está marcada para o dia 19, uma terça-feira deste mês de Abril, a fim de os trabalhadores que nela participem poderem chegar a Lisboa no dia 21, data para a qual está previsto o início da discussão do pacote agrícola na Assembleia da República.

A CGTP não deseja a deterioração do clima social

A ampla reconsideração da legislação em vigor no âmbito do trabalho continua a não ser afastada pela CGTP. O plenário nacional confirmou esse ponto de vista, reafirmando que a Central não deseja a deterioração do clima social. Mas para isso é necessário que o Governo retire o pacote tal como está elaborado na sua última versão, a quarta, com a qual, como aconteceu na prática com a primeira, a CGTP-IN nada teve a ver, por ter sido na prática afastada da respectiva discussão. É esta discussão sem preconceitos que a CGTP volta a propor ao Governo, aliás na linha do desafio lançado por Carvalho da Silva, quando da sua intervenção num debate televisivo recente, onde o Governo estava representado por Silva Peneda, ministro do Emprego e Segurança Social.

Mas para que essa discussão seja viável, segundo várias intervenções no plenário nacional da Inter, é necessário, também, que o Governo abondone, por exemplo, a prática ilegal da requisição civil, e não proteja, como tem feito, quem infringe a lei da greve e limita permanentemente o exercício de direitos e liberdades sindicais, com o frequente estímulo do Governo e a pouca ou nenhuma actuação de órgãos como a Inspecção-Geral do Trabalho, para já não falar nos respectivos tribunais, morosos e inacessíveis como frequentemente são.

Para que essa discussão seja possível, o Governo deverá abandonar também as tentativas para impor tectos salariais, que a experiência tem demonstrado não serem viáveis, obrigando é os sindicatos e outras organizações de trabalhadores a intervir permanentemente para salvaguardar direitos, liberdades e garantias constitucionais que o Conselho de Concertação Social não «cobre» antes procura destruir.

Retaliações

Forçosamente terão que ser consideradas retaliações de baixo nível tomadas de posição patronais que afectaram e tentam prejudicar ainda mais trabalhadores que se limitaram a usar de um direito que conquistaram e está legalmente reconhecido: o direito à greve.

Como vária Imprensa já noticiou, entre as empresas atingidas no têxtil (Montextil e Veraca), onde a ameaça foi a de não pagar salários a quem fez greve, veio juntar-se mais recentemente, anteontem para sermos mais precisos, as **Louças Taurus** onde, segundo o Sindicato dos Metalúrgicos do Porto, foram aplicados «atrasos salariais como vingança contra a greve geral».

É este, aliás, o título da nota do STIMMP (o mesmo Sindicato em iniciais) que revela ter a gerência daquela fábrica da Areosa «lamentado ter que informar» que **só pagaria os salários em 5 de Abril** (salários já vencidos, relativamente a Março), argumentando, segundo o mesmo STIMMP, «com questões que noutra situação nunca poriam em causa o pagamento dos salários no prazo habitual».

Marcada uma greve

Na previsão de que os salários aos trabalhadores que aderiram à greve geral do passado dia 28 nem no dia 5 fossem pagos, o que não conseguimos averiguar a tempo de entrar nesta edição do «Avante!», os trabalhadores ameaçados marcariam para ontem uma greve que, de acordo com o Sindicato (STIMMP) irá por diante, se os salários não forem liquidados entretanto, como a gerência da Taurus prometeu.

Facto a não esquecer é o de que todas as violações à lei da greve, ou diligências patronais nesse sentido (e foram muitas) se basearam no «exemplo» do Governo, que utilizou ilegalmente a arma da **requisição civil**, designadamente no Metropolitano de Lisboa, procurando, ao mesmo tempo, e por todos os meios, desmobilizar os trabalhadores no período que medeou entre 17, dia da jornada nacional de luta da CGTP e o dia 28 de Março, data da greve geral.

As organizações sindicais que directamente intervieram nesta última acção de luta e na jornada de 17 anunciaram oportunamente que iriam accionar em tribunal o Governo e os outros responsáveis pelas principais infracções à lei da greve; inclusivamente à OIT, a Organização Internacional do Trabalho com sede em Genebra, à qual seria dada conta das violações registadas contra a lei da greve em Portugal.

«A perestroika soviética interessa a todos»

Leia textos de:
Gilberto Vieira (Colômbia), **Fred Weir** (Canadá), e **Vitali Korionov** (URSS)

no n.º 162
Preço: 70$00

revista internacional
problemas da paz e do socialismo
revista dos partidos comunistas e operários
À VENDA

a Talhe de FOICE

A laranja amarga

Se estas coisas da política fossem apenas lógicas e não tivessem mais que se lhes diga — seria, de resto, como se a política fosse uma batata —, poder-se-ia esperar que um governo amparado por uma extraordinária maioria, mesmo conjuntural como a maioria laranja do economista de Boliqueime, ousasse pisar o terreno da sua política com firmeza e mostrasse a cara não apenas dos seus projectos mas da forma como procura levá-los por diante.

Seria de esperar que tal governo usasse de transparência.

Tinha apresentado o seu programa eleitoral e havia obtido o apoio maioritário dos eleitores.

Tinha apresentado à Assembleia da República o seu programa de governo e havia obtido desta uma votação folgadamente maioritária.

Restava-lhe meter ombros à tarefa e explicar, a par e passo, como cada acção correspondia ao programa.

Não teria receio da oposição, não se mostraria incomodado, arreliado, irritado, vítima de incompreensões e de injustiças.

Mais: apoiado como se sentiria pelo eleitorado, não haveria de temer o confronto entre a proposta e a governação; entre as promessas e o que há-de ser feito delas.

Isto seria assim se por acaso a política fosse uma batata e não o tortuoso fruto das contradições de uma sociedade dividida em classes.

Assim seria se, por acaso, a política da direita fosse um suculento e límpido fruto e não um fruto envenenado — uma laranja amarga e podre, por exemplo. Como é o caso.

É que, desde o início, o Governo de Cavaco é incapaz de mostrar verticalidade e muito menos transparência.

A deixar ver que a sua maioria de 19 de Julho foi, como os comunistas avaliaram em cima da hora, conjuntural. Que a soma dos votos obtidos não correspondia a uma maioria social de apoio, mas, era o resultado, não só, da desorientação de largas camadas sociais, mas também da influência que sobre elas exerceu a esmagadora operação demagógica de propaganda.

A deixar ver que o PSD de Cavaco sabia, logo em 19 de Julho, que a maioria arrecadada não era incondicional dos seus desígnios nem do seu programa, que não lera e, sobretudo que não estava mandatado contra Abril, contra a Constituição, contra a democracia e as suas conquistas.

É por isso que, a cada medida tomada ou anunciada e antes mesmo que a oposição o ataque ou que os trabalhadores resistam, o Governo brande o «argumento» da maioria.

É por isso que, a cada movimento da oposição contrariando as iniciativas governamentais ou tão-só solicitando o debate, Cavaco e os seus ministros, reagem irritadamente. E brandem o «argumento» da maioria.

É por isso que, a cada manifestação do descontentamento, ou do protesto, ou da luta dos trabalhadores, Cavaco e os seus ministros procuram fazer de conta. E brandir, ainda, o «argumento» da maioria.

Foi assim que «não houve» greve geral. Porque os trabalhadores que «permitiram» o 19 de Julho não se permitiriam desdizer o seu «apoio» em 28 de Março. E a televisão veio mostrar um Cavaco a tentar sorrir, em esgar de «Zé das Medalhas», afirmando a pés juntos que não vira greve nenhuma.

Foi assim que anteontem o Governo saiu «vitorioso» do debate parlamentar sobre o pacote agrícola. Com a televisão a mostrar um Álvaro Barreto a acusar os comunistas de lançar uma nuvem de fumo sobre as medidas do Governo que, como sempre, está «mandatado» para tudo...

Quem viu o isolamento da maioria PSD na Assembleia da República? Quem ouviu as razões dos comunistas e as acusações de todas as bancadas da oposição? Quem ficou a saber — para além de alguns agricultores —, dos reais malefícios do pacote agrícola?

Apesar da sua maioria, Cavaco e os seus, continuam a precisar, precisam cada vez mais, de esconder os seus propósitos e mesmo os seus actos.

No entanto a laranja está cada vez mais amarga. E o podre já se nota na casca.

■ LM

Trabalhadores

INDEP continua com salários por pagar

O Governo e a comissão executiva da INDEP (Indústrias Nacionais de Defesa, EP) não pagaram na devida altura os salários de Março — denunciou a comissão de trabalhadores daquela empresa numa nota distribuída à imprensa no dia 4.
Para a CT este facto contraria as afirmações feitas pelo Governo em torno da «reestruturação» recentemente aprovada em conselho de ministros; Cavaco Silva prometera então, depois de manter a empresa encerrada durante uma semana, que os salários seriam pagos a tempo e horas.

A «reestruturação» pretendida pelo Governo e pela comissão executiva da INDEP aponta para a alienação de património da empresa (fábricas de Moscavide e de Barcarena e participações financeiras da SPEL e NOVEMBAL) e para a criação de um quadro de excedentes de mais de 500 trabalhadores, segundo a administração, citada pelos ORTs da empresa num comunicado que distribuíram a 11 de Março à porta da Assembleia da República; nesse documento recordavam os representantes dos trabalhadores da INDEP que em 1987 já foram reduzidos mil postos de trabalho (de 3100 para 2100).

Repressão não é saída

Os salários têm sido pagos com atrasos desde, pelo menos, Novembro de 1987, e os trabalhadores da INDEP prontamente se mobilizaram para, em unidade e com firmeza, lutarem pelos seus direitos. No dia 7 de Janeiro a polícia de choque invadiu as instalações de Braço de Prata e espancou trabalhadores que exigiam o pagamento dos salários em dívida e a viabilização da INDEP.

O Governo viu-se forçado a agir: avançou com a já referida «reestruturação» e fez a promessa dos salários serem pagos no fim de cada mês. Da «reestruturação» concluem os representantes dos trabalhadores que «a destruição da empresa continua em marcha»; da promessa se viu agora, como já se vira no mês passado, que é apenas mais uma a juntar a tantas outras que Cavaco e o PSD deixaram por cumprir.

Continua a pressão para intimidar os trabalhadores. Também aqui o Governo optou pelo caminho errado: **em vez de resolver os problemas, tenta calar os protestos.** Logo na sequência dos incidentes de 7 de Janeiro foram suspensos 38 trabalhadores, número que aumentou para 44 em 14 de Março. Só um membro da comissão de trabalhadores não está suspenso; aos restantes, bem como a 5 delegados sindicais, contra a lei não é permitida sequer a entrada nas instalações.

A comissão executiva presidida pelo general Casimiro Proença, além disso, proibiu ainda dirigentes sindicais de participar num plenário de trabalhadores na INDEP, «procura a qualquer preço elaborar o quadro de excedentários com base em critérios políticos e de perseguição sindical» e «instala um clima de terror pidesco» — como o Sindicato dos Metalúrgicos de Lisboa prontamente denunciou.

***A unidade** e a forte mobilização dos trabalhadores da INDEP têm sido determinantes na luta pelo pagamento dos salários e pela viabilização da empresa (foto durante um plenário na fábrica de Braço de Prata, em Dezembro)*

Federação dos Metalúrgicos prepara 14 de Abril

O pagamento dos salários em atraso, tal como a defesa do sector empresarial do Estado, a viabilização e o desenvolvimento das empresas, a revisão da contratação e a defesa do regime democrático são objectivos por que os metalúrgicos e mineiros e a Federação do sector (FSMMMP) têm lutado e vão continuar a lutar, designadamente no dia 14 de Abril, no quadro das acções marcadas pela CGTP-IN.

A Federação, cuja comissão executiva reuniu anteontem, informou que «os sindicatos criarão as condições adequadas para possibilitar a participação dos trabalhadores do sector nas acções a realizar em cada região, designadamente quanto às paralisações que se mostrem necessárias»; na próxima quinta-feira, afirma a FSMMMP, «os metalúrgicos e mineiros sairão à rua para que o Primeiro-Ministro veja o que no dia da greve geral não quis ver».

Na reunião de dia 5 a comissão executiva da Federação confirmou a elevada participação na greve geral no sector: num levantamento que abrange cerca de 600 empresas da metalurgia, metalomecânica e minas, com quase cem mil trabalhadores, a adesão rondou os 90 por cento.

Governo omite férias dos professores no projecto de calendário escolar

O projecto de despacho do Ministério da Educação fixando o calendário escolar para o ano lectivo de 1988/89 omite por completo qualquer referência ao período em que será permitido aos professores gozarem o seu período de férias; o reparo é feito pela Federação Nacional dos Professores, num parecer sobre aquele documento.

A FENPROF reafirma no parecer anteriores posições em que manifestara «sérias preocupações pelo facto de os professores, particularmente os que têm responsabilidades de direcção ou coordenação de grupos e de júris de exame, estarem a ser compelidos a só poderem gozar férias no mês de Agosto, período em que os preços são mais elevados e as condições de repouso são mais problemáticas» e defende o alargamento a Setembro (pelo menos dia 12, mesmo em 1988) do período em que os docentes podem pedir férias.

«O envio de tal projecto de despacho para parecer decorre directamente das observações críticas efectuadas à metodologia seguida pelo Ministério da Educação na fixação do calendário escolar» — observa a FENPROF, lamentando que o prazo concedido pelo Ministério para a emissão do parecer tenha sido de apenas 3 dias úteis, o que inviabilizou uma participação alargada dos professores e impossibilitou inclusive uma consulta às estruturas dirigentes dos sindicatos membros da Federação.

Perante esta situação, a FENPROF enviou o parecer no dia 23 de Março e «aguarda que o Ministério reveja a metodologia adoptada para a fixação do calendário escolar, encontrando espaços e ocasiões para uma larga participação de professores, pais e estudantes».

Relativamente ao conteúdo do projecto, a Federação considera positiva a fixação de uma data variável para a abertura do ano lectico, mas defende que devem ser salvaguardados os casos devidamente justificados pelos órgãos de gestão em que não seja possível abrir antes de 30 de Setembro. Para a Federação dos Professores é mesmo «previsível que algumas escolas só tenham efectivas condições para começar as aulas depois 6 de Outubro», a manterem-se as dificuldades de instalações.

Defende-se ainda no parecer da FENPROF a interrupção das aulas em toda a semana do Carnaval (4 a 12 de Fevereiro) e, com o mesmo objectivo de introduzir uma pausa em períodos demasiado longos, propõe-se que seja estudada a possibilidade de existir uma pausa também no 1.º período.

A Federação Nacional dos Professores considera «demasiado tardias» as datas previstas para as reuniões intercalares dos conselhos de turma e critica o facto de o projecto do Governo não fazer qualquer destrinça para o ensino secundário quando determina que «as actividades lectivas decorrerão ao longo de 35 semanas»; o prolongamento das aulas no secundário, onde terminam habitualmente por ocasião do 10 de Junho, teria profundas implicações — segundo a FENPROF — no calendário de exames, que também não é referido no projecto.

Trabalhadores

Greve nacional dos médicos contra uma política que faz muito mal à Saúde

Os médicos iniciam amanhã, com uma paralisação nacional de 24 horas, um mês de luta contra a política do Ministério de Leonor Beleza e por melhores condições de prestação dos cuidados de saúde. A esta greve nacional seguir-se-ão paralisações distritais durante todo o mês de Abril; para 6 de Maio está convocada nova paralisação a nível nacional.
Os sindicatos médicos garantiram que serão assegurados os serviços essenciais, definidos como todos os que funcionam ao sábado e ao domingo.
Durante este mês de luta os médicos levam a cabo uma *acção de zelo* destinada a chamar a atenção para as responsabilidades do Governo no estado da Saúde em Portugal: «Vamos exigir dos serviços o máximo para os utentes» — explicou anteontem o dr. Santos Silva, presidente do Sindicato dos Médicos da Zona Sul, em conferência de imprensa.

A greve, convocada pela Coordenadora Nacional e por todos os sindicatos médicos, tem como reivindicações principais a suspensão do **desemprego médico**, mais ou menos camuflado com o recurso imoral aos tarefeiros e contratos a prazo; a suspensão da aplicação da legislação relativa à **gestão hospitalar** até negociação com as estruturas sindicais; a melhoria das **condições de trabalho e remuneração**, com base nas propostas de reenquadramento técnico salarial dos médicos, em devido tempo apresentadas pelos sindicatos; e abertura da discussão entre o Ministério e os sindicatos sobre toda a legislação concernente às **carreiras médicas.**

O silêncio governamental tem sido a resposta a todas as tentativas dos sindicatos para discutir estas questões com Leonor Beleza ou com outros responsáveis do Ministério da Saúde. Têm sido recusados, inclusive, encontros informais e debates na comunicação social — segundo revelou o presidente do SMZS.

Por que não um debatezinho na TV?

«Por que não aceita a ministra um debatezinho na televisão ou na rádio, uma mesa-redonda...» — interrogou Santos Silva, manifestando a sua disponibilidade para participar numa iniciativa do género mesmo independentemente do nível do funcionário que ali representasse o Ministério.

Matéria não faltaria, certamente, como o demonstrou o SMZS na conferência de imprensa. A começar pela **falta de médicos** em Portugal.

«Não há necessidade de mais médicos» — dizem do Ministério; vai daí, define-se um *numerus clausus* que leva a que os cerca de 300 estudantes que podem entrar todos os anos nas faculdades de medicina sejam menos que os médicos que deixam a profissão por reforma ou por falecimento.

A isto os sindicatos respondem chamando a atenção para coisas que são geralmente ocultadas à opinião pública, muitas vezes de forma sistemática. Santos Silva referiu na conferência de imprensa que uma ida sua ao Telejornal foi cancelada à última hora *por ordens superiores* e que a RTP tem calado as posições do sindicato.

«Mas vamos apostar que hoje, amanhã, o mais tardar até quinta-feira, a ministra vai aparecer na televisão» — desafiou o presidente do SMZS. Não apostámos, e o leitor já deve ter confirmado quem ganharia tal aposta.

Dos factos que o Governo cala, refira-se alguns números avançados no encontro com a comunicação social pelo sindicato da zona sul: há mais de 2 mil médicos desempregados a nível nacional; para sobreviver, recorrem ao trabalho por contrato (geralmente oral), à tarefa, a prazo incerto, sem descontos para a segurança social, sem férias...

Uma situação que afecta quase 1500 médicos e que «é pior do que aquela que pretendem criar com o pacote laboral largamente repudiado na greve geral de 28 de Março» — comentou Santos Silva, sublinhando os problemas que vêm da especificidade do trabalho médico, onde não se pode admitir a prática generalizada do «faça-me aqui tantas horas de banco de urgência» ou «veja-me aqui tantos doentes num instante».

Bastaria o conhecimento da situação nos hospitais e centros de saúde, mas o próprio presidente da Administração Regional de Saúde de Lisboa reconhece a falta de médicos, como foi revelado aos jornalistas na terça-feira pelo presidente do SMZS: «tem-nos contactado a pedir nomes de médicos, porque vem aí o Verão...»

Um caso patológico

«Passados três anos, ninguém duvida que o estado actual da Saúde é pior» — afirmou o dr. Santos Silva, comentando a actuação de Leonor Beleza no Minsitério. Apesar do evidente falhanço da «política do cacete e do porrete» — como o presidente do SMZS classificou a intolerância e a recusa do diálogo com os médicos por parte da ministra, esta teima em não mudar de atitude; um «caso patológico», nas palavras do dirigente sindical médico.

Contra tal política, que tanto mal tem feito à Saúde no nosso país, assumem-se cada vez mais médicos, como o demonstrou a adesão (zona sul) de cerca de 60 por cento à greve geral de 28 de Março e como o têm demonstrado as reuniões preparatórias das greves que amanhã se iniciam; naquelas — revelou o SMZS na conferência de imprensa — até muitos chefes de serviço têm manifestado a sua disposição para aderir, integrando-se mesmo nos piquetes.

Também no 5.º Encontro Nacional dos Médicos de Clínica Geral, convocado pela Associação respectiva e que reuniu em Viseu, nos dias 24, 25 e 26 de Março, 700 participantes, foi aprovada uma moção de «total apoio» às greves convocadas pelos sindicatos.

Ainda a propósito da participação na greve geral, o dr. Santos Silva salientou que a greve dos médicos foi acompanhada por muita compreensão da parte dos utentes dos serviços de saúde, referindo os exemplos das consultas externas nos Hospitais Civis de Lisboa, em Santa Maria e na Estefânia, onde muito poucas pessoas compareceram às consultas no dia 28.

Luta dos médicos pela saúde de todos

«O êxito da greve será um contributo decisivo para que os utentes possam continuar a ter esperança na melhoria dos serviços e para que o seu direito à saúde seja defendido» — sublinha-se num comunicado do Sindicato dos Médicos da Zona Sul que vai ser distribuído à população durante a paralisação de amanhã.

Manifestando-se «seguro de que a população compreende as razões desta luta» e de que «a desinformação habitualmente veiculada pelo gabinete da ministra da Saúde não conseguirá impedir que este dia seja um dia de grande solidariedade entre os médicos e os utentes», o sindicato lembra que os médicos paralisam «para se oporem à destruição das suas carreiras profissionais, para exigirem o fim do desemprego médico e exigirem o início de negociações para a revisão do seu estatuto de remunerações».

Mas é fundamental ter presente que, como salienta o sindical, **«os médicos fazem greve nacional para se oporem à política do Ministério da Saúde que tem atingido profundamente os serviços»**, nomeadamente com a eliminação de valências em diversos hospitais, o despedimento de médicos ou a precarização do seu vínculo profissional, o aumento do preço dos medicamentos e graves cortes orçamentais.

Trabalhadores da Saúde à porta da ministra

Dirigentes sindicais da Saúde mantêm-se desde segunda-feira à porta do Ministério, exigindo uma resposta aos inúmeros pedidos de audiência feitos ao longo dos últimos 14 meses.

Ao anunciar esta acção, a Federação Nacional dos Sindicatos da Função Pública (representativos dos trabalhadores dos hospitais e centros de saúde) denunciou o facto de a ministra da tutela, Leonor Beleza, ter vindo «sistematicamente» a recusar o diálogo e não ter dado qualquer resposta aos pedidos de audiência.

A FNSFP considera tal silêncio como uma demonstração de que «o objectivo da ministra não é resolver os problemas dos trabalhadores e melhorar os sérviços, mas transformar o Ministério numa imobiliária». As propostas que os representantes dos trabalhadores da Saúde têm apresentado e que pretendem discutir com o Ministério têm a ver — informa a Federação — com a «resolução dos principais problemas com que se debatem, quer no plano da melhoria dos serviços prestados à população, quer no das condições de trabalho e profissionais».

A permanência dos dirigentes sindicais junto ao Ministério da Saúde prolonga-se ainda até amanhã.

O Militante

- Preço de um exemplar 50$00
- Assinatura de 6 números 275$00
- Assinatura de 12 números 550$00

A greve

08.04.88	— Dia Nacional de Greve
13.04.88	— Greve nos Distritos de Coimbra e Portalegre
14.04.88	— Greve nos Distritos de Lisboa e Viana do Castelo
15.04.88	— Greve nos Distritos do Porto e Castelo Branco
20.04.88	— Greve nos Distritos de Faro e Braga
21.04.88	— Greve nos Distritos de Leiria e Évora
22.04.88	— Greve nos Distritos de Viseu e Santarém
26.04.88	— Greve nas Regiões Autónomas da Madeira e dos Açores
27.04.88	— Greve nos Distritos de Beja e Vila Real
28.04.88	— Greve nos Distritos de Guarda e Bragança
29.04.88	— Greve nos Distritos de Aveiro e Setúbal
06.05.88	— Greve Nacional dos Médicos

A greve abrange – de acordo com a documentação distribuída aos jornalistas pelo Sindicato da Zona Sul – os médicos dos serviços de saúde dependentes dos Ministérios da Saúde, da Educação, do Emprego e Segurança Social e da Justiça, das secretarias regionais dos Assuntos Sociais das regiões autónomas dos Açores e da Madeira e quaisquer outras entidades públicas que tenham médicos ao seu serviço, independentemente do grau, função ou vínculo, apenas com exclusão dos médicos escalados ou colocados a prestar serviços mínimos.

Os sindicatos consideram serviços mínimos todos os que são assegurados por médicos aos domingos e feriados.

Nos termos do pré-aviso assinado pelos presidentes dos sindicatos médicos do Norte, da Zona Centro e da Zona Sul, são **objectivos** desta greve:

- o cumprimento do direito constitucional à negociação e diálogo com os sindicatos e outras estruturas médicas;
- a não aceitação de alteração da legislação de Saúde, nomeadamente a respeitante à gestão hospitalar, às carreiras médicas e regimes de trabalho, sem prévia discussão com as estruturas representativas dos médicos;
- exigência da suspensão do desemprego médico, pondo termo ao recurso imoral aos tarefeiros e contratados a prazo;
- a exigência de melhoria das condições de trabalho e de remuneração, reconhecendo-se a especificidade e importância do trabalho médico, com discussão das propostas de reenquadramento técnico-salarial já apresentadas pelos sindicatos ao Ministério da Saúde.

Num comunicado que divulgou depois de ter sido alertada para a conduta de alguns responsáveis de hospitais e centros de saúde que pretendem impor aos médicos a declaração *a priori* da sua posição em relação à greve, a direcção do Sindicato da Zona Sul considera que «tal prática é totalmente ilegal, abusiva, e significa que se estão a coagir médicos, pressionando-os por esta via sub-reptícia para não aderirem à greve».

O SMZS recorda ainda que todos os médicos podem aderir à greve, mesmo os não sindicalizados, «pois trata-se de um direito de exercício colectivo cuja declaração é da competência dos sindicatos». Para todos os esclarecimentos e para a denúncia de violações do direito à greve devem ser contactados os piquetes e as organizações sindicais.

Trabalhadores

Em preparação no Porto

Um grandioso 1.º de Maio

• Deslocação ao Governo Civil no próximo dia 14, contra pacote laboral

As estruturas intermédias da CGTP, isto é, as Uniões, designadamente as distritais, e as Federações, começam já a ocupar-se com a preparação do 1.º de Maio. É o que acontece no Porto onde, a par da luta contra o pacote laboral, a USP já tornou públicos alguns aspectos das comemorações do Dia do Trabalhador.

A baixa da cidade e a Praça Humberto Delgado servem de palco às iniciativas daquela data, que começam no dia 30 do corrente, com um **«meeting internacional de atletismo»**.

Anuncia ainda a USP para o mesmo dia uma **«homenagem às vítimas do 1.º de Maio de 1982»** e **«um espectáculo nocturno»**.

Na manhã do dia principal das comemorações haverá uma **«alvorada»** e serão hasteadas as bandeiras dos sindicatos, cerimónicas que antecederão um **«espectáculo para crianças»** e a **«corrida 1.º de Maio»**.

Na parte da tarde do mesmo dia, será a tradicional **manifestação com comício**. Intervirão dirigentes sindicais e, depois do **desfile**, haverá um grande espectáculo.

A decisão de fazer um grandioso 1.º de Maio no Porto, já estava aprovada desde o passado dia 13 de Março, data em que os dirigentes, delegados dos sindicatos e membros das comissões de trabalhadores se reuniram em plenário distrital.

No que respeita ainda às comemorações do próximo 1.º de Maio, o plenário distrital de 13 de Março, ainda para o Porto e no âmbito da USP (a respectiva União de Sindicatos) decidiu «empenhar-se com energia na preparação de grandes jornadas de denúncia e protesto contra a política anti-social do Governo, como sejam as **comemorações do 25 de Abril** e, muito especialmente, as comemorações do 1.º de Maio — Dia Internacional do Trabalhador — que deverão constituir uma manifestação ímpar da unidade e força dos trabalhadores e da sua vontade de travar energicamente a política anti-social do Governo Cavaco Silva».

Encontro em Lisboa

Era entretanto anunciado para Lisboa um encontro com membros de comissões de trabalhadores e organizações sindicais do distrito.

A iniciativa, anunciada para as 18 horas de ontem, dia 6, na Casa do Alentejo, é promovida pela direcção da Organização Regional de Lisboa (DORL) do PCP e por deputados comunistas eleitos pelo círculo de Lisboa.

Aberto à comunicação social, o encontro debaterá, segundo o gabinete de Imprensa da DORL do PCP, «questões relacionadas com a luta contra o pacote laboral e a sua próxima discussão em plenário da Assembleia da República, bem como outros aspectos de interesse dos trabalhadores e das suas organizações representantivas».

Os sindicatos do Porto dão seguimento à greve geral

Iniciativa daqui a uma semana

A União dos Sindicatos do Porto, no que respeita às iniciativas mais recentes contra o pacote laboral depois da greve geral do dia 28, anunciou anteontem que, no próximo dia 14, daqui a uma semana, haverá uma deslocação ao Governo Civil para transmitir ao respectivo governador, na sua qualidade de representante do Governo, «a expressão e o sentido da greve geral de 28 de Março no distrito do Porto».

Esta iniciativa integrada na luta pela rejeição do pacote governamental para o trabalho segue-se às decisões do plenário da CGPT do passado dia 30, em Évora, pelo que a USP mobilizará activista de sindicatos e organizações de empresas a fim de participarem naquela deslocação à sede do Governo Civil do Porto.

Esta acção de luta, que coincide com a anunciada pela CGTP para Lisboa e Setúbal, ocorrerá na data prevista para o início da discussão na Assembleia da República da legislação sobre o trabalho proposta pelo Governo Cavaco e que mereceu a rejeição total da maioria dos trabalhadores e das forças sindicais que participaram na greve geral do passado dia 28.

A USP, que emitiu uma nota sobre o assunto na passada terça-feira, reafirma também que a sua forma de protesto no dia 14 (próxima quinta-feira) terá o **sentido inequívoco de rejeição global e liminar do projecto do Governo e não de aceitação de algumas alterações pontuais que, no essencial, manteriam os objectivos centrais do pacote laboral.**

Conclui a USP na sua nota de anteontem que os representantes de sindicatos e organizações de empresa entregarão no dia 14, no Governo Civil do Porto, dados concretos, sector a sector e empresa a empresa, sobre o grande impacte da greve geral na região, contrapondo **«à demagogia e à mentira do Governo a verdade dos factos colhida nos locais de trabalho»** onde na generalidade a greve foi seguida com vigor.

Um importante sector do comércio em vias de revisão

Encontro, dia 9 no sector automóvel

Depois de amanhã, sábado, dia 9, efectua-se em Lisboa o Encontro das Empresas do Sector Automóvel. Anunciado no «Jornal dos Trabalhadores», órgão da FEPCES dedicado àquele sector, o Encontro reunirá dirigentes, delegados e activistas sindicais de um sector que vai apresentar precisamente este mês a sua proposta de revisão do contrato colectivo de trabalho vertical.

Segundo a Federação Portuguesa dos Sindicatos do Comércio, Escritórios e Serviços (FEPCES), no âmbito da qual é promovido o Encontro de sábado, o seu ojbectivo é «aprofundar o conhecimento da situação deste importante sector de actividade». Isto em termos gerais, porque, «até ao final da primeira semana de Abril, é necessário promover uma ampla discussão com os trabalhadores do sector, por forma a que a proposta a apresentar interprete consequentemente os legítimos anseios e interesses dos trabalhadores».

A FEPCES, cujo projecto de revisão do CCTV prevê aumentos de 14 por cento, diuturnidades e subsídio de refeição, sublinha a necessidade da **participação**, pois nela reside principalmente a força reivindicativa, isto é, «a melhor forma de a classe defender os seus direitos e interesses».

Os objectivos da revisão do CCTV, anunciados pela FEPCES, são quatro. O primeiro é a recuperação do poder de compra; o segundo é a melhoria das condições de vida e de trabalho; em terceiro lugar aponta a FEPCES a redução do horário de trabalho para um máximo de 40 horas semanais; e, por fim, no quarto ponto, **«a criação de categorias que tenham em conta as funções resultantes da introdução de novas tecnologias»** no sector.

Mais dois mil trabalhadores no CESL

Numa entrevista entretanto publicada pelo boletim sindical da CESL, Joaquim Labaredas, presidente da direcção, revela que, em 1987, se sindicalizaram mais dois mil trabalhadores naquela associação que cobre, como se sabe, o distrito de Lisboa.

Para aquele dirigente sindical, embora «as falências e os despedimentos» tenham conduzido a «inevitáveis desindicalizações», a entrada daqueles dois mil novos filiados estabilizou a situação.

O mesmo boletim, com o título «Nós», referente a Março findo, além da entrevista e de outros materiais com interesse, dedica atenção aos **centros comerciais**, ouvindo algumas trabalhadoras e lembrando que nesses locais de trabalho não há outro vínculo contratual que não seja, praticamente, o contrato a prazo, ou mesmo qualquer contrato seja ele qual for.

Os trabalhadores, e designadamente as trabalhadoras que são talvez a maioria, «não têm acesso à Segurança Social, nem às garantias que a contratação colectiva concede».

De acordo com o citado boletim sindical, os mesmos trabalhadores e trabalhadoras, «se, em princípio, trabalham as horas prescritas nos horários, na prática os patrões exigem-lhes muito mais: trabalho extraordinário, sistemático e não remunerado, mesmo aos domingos e feriados», sublinha também o boletim do CESL.

Assembleia da República

■ *António Filipe*

A Juventude e a revisão constitucional

O que está em causa no processo de Revisão Constitucional já em curso – a destruição ou a consolidação constitucional de aspectos essenciais do regime democrático saído da Revolução de Abril – diz totalmente respeito à Juventude. Embora à volta dos preceitos constitucionais que mais directamente se referem aos jovens existam propostas de revisão constantes dos vários Projectos e que importa ter na devida conta, o papel da Juventude no processo de Revisão não se limita ao debate somente em torno dessas questões, nem gira somente à volta das propostas de alteração ao artigo que, na Constituição da República, tem por epígrafe: «Juventude». Vai forçosamente mais longe que isso.

Importa de qualquer modo referir essa disposição concreta: o artigo 70.º da Constituição da República Portuguesa, que dispõe que, «Os jovens, sobretudo os jovens trabalhadores, gozam de protecção especial para efectivação dos seus direitos económicos, sociais e culturais, nomeadamente:

a) Acesso ao ensino, à cultura e ao trabalho;
b) Formação e promoção profissional;
c) Educação Física e desporto;
d) Aproveitamento dos tempos livres;»

estabelece um princípio de discriminação positiva a favor dos jovens. Isto é, este artigo; inserido no título dedicado aos direitos económicos, sociais e culturais, não define o elenco dos direitos atribuídos aos jovens, na medida em que todos os direitos atribuídos constitucionalmente aos cidadãos em geral e aos trabalhadores em particular, são-no também aos jovens e designadamente aos jovens trabalhadores. Acresce no entanto a esses direitos, a protecção especial para a sua efectivação, atribuída nos termos do artigo 70.º. Pois bem: neste processo de revisão, não é esse artigo que é directamente posto em causa. São-no, isso sim, os direitos por ele especialmente protegidos, que poderão vir a sofrer graves distorções e mutilações se, com o apoio do PS (e só com esse apoio) as propostas do PSD e do CDS nesse sentido, forem aprovadas por ⅔ da Assembleia da República.

Dois aspectos merecem especial atenção: o acesso ao trabalho (art. 59.º) e ao ensino (art. 74.º e seguintes).

O projecto do PSD, no que se refere ao primeiro aspecto, elimina importantes direitos dos trabalhadores como o controlo de gestão, as comissões coordenadoras de comissões de trabalhadores, a livre fixação pelos trabalhadores do âmbito do direito à greve, a proibição de despedimentos por motivos políticos, e também a incumbência do Estado de promover políticas de pleno emprego. Esta estranha forma de responder aos problemas de gravíssimas proporções como o desemprego juvenil e as precárias condições de prestação de trabalho pela Juventude, que no essencial coincide com as soluções propostas no projecto apresentado pelo CDS, está aliás perfeitamente de acordo com as concepções propostas pelo PSD no famigerado «pacote laboral».

Quanto ao segundo aspecto referido, o acesso ao ensino, aí, verifica-se tanto no projecto do PSD como no do CDS, uma verdadeira ofensiva elitizante por via da Revisão Constitucional.

Tanto o PSD como o CDS propõem a supressão, designadamente das seguintes disposições:

«O ensino deve ser modificado de modo a superar qualquer função conservadora de desigualdades económicas, sociais e culturais» (artigo 74.º n.º 2).

«Na realização da política de ensino incumbe ao Estado: estabelecer progressivamente a gratuitidade de todos os graus de ensino» (artigo 74.º n.º 3).

«O regime de acesso à Universidade deve»... estimular e favorecer «a entrada de trabahadores e de filhos de trabalhadores» (artigo 76.º n.º 1).

Estas propostas são perfeitamente claras quanto aos seus objectivos. Tanto o PSD como o CDS pretendem neste processo de revisão constitucional, constitucionalizar a elitização do ensino, eliminando disposições que actualmente consagram um papel fundamental do Estado na garantia da igualdade de oportunidades no acesso e êxito escolar. Pretendem constitucionalizar o que tem sido a política de sucessivos governos e ministros do PSD na Educação que tem resultado na negação do direito ao ensino a uma parte muito significativa da população portuguesa em idade escolar e em acrescidas dificuldades no acesso dos trabalhadores e seus filhos ao sistema de ensino. É essa política que pretendem constitucionalizar e que se associa hoje em dia a um conjunto de medidas já preconizadas pelo actual Governo a nível educativo e que passam por aumentos de propinas para a frequência escolar, com particular incidência nos níveis mais elevados, pela elitização do acesso ao ensino superior com a sofisticação dos mecanismos de selecção, pela redução do nível de formação de várias escolas (designadamente ISCAs e ISEs), pela privatização crescente do Ensino Universitário, entre outras.

Também portanto no domínio do ensino, o PSD (seguido pelo CDS) procura superar a desconformidade existente entre a sua prática governativa e os preceitos constitucionais, mantendo a sua política e procurando alterar a Constituição, num sentido subversivo do regime democrático, limitando e mutilando o alcance de direitos fundamentais dos cidadãos e evidentemente dos jovens.

Não é este porém o sentido único dos projectos de revisão constitucional apresentados, nem é claro à partida que seja este o sentido prevalecente afinal. Também partindo da consideração dos preceitos que mais directamente se referem à condição juvenil, o Projecto de Revisão do PCP contempla designadamente, propostas de constitucionalização de novos direitos dos trabalhadores e de reforço da garantia dos existentes; de estabelecimento constitucional da incumbência do Estado de promover as medidas necessárias à eliminação das condições económicas, sociais e culturais que conduzam à utilização ilegal do trabalho de menores, assegurando a todos o cumprimento da escolaridade obrigatória; de, ainda no plano do ensino, defesa do seu carácter público através da definição dos requisitos a que deverão obedecer os cursos ministrados no ensino privado.

O Projecto de Revisão apresentado pelo PCP contém, também para a Juventude, um conjunto de preceitos que a serem aprovados significarão um aperfeiçoamento da Constituição existente no sentido da concretização de aspirações fundamentais dos jovens, de há muito reivindicadas. Trata-se de um projecto-resposta, claramente contrastante com os projectos de subversão do PSD e do CDS.

A questão fundamental deste processo é pois a de saber em que sentido se posicionará a maioria de ⅔ da Assembleia da República, sabido que é não terem as forças de direita só por si força bastante para a imposição dos seus projectos. Coloca-se pois a questão do posicionamento do PS neste processo. No plano estritamente juvenil, o seu projecto não contém disposições realçáveis. No entanto, as soluções que vierem a prevalecer dependem directamente da posição que os deputados deste Partido vierem a assumir. Se este problema transcende o plano juvenil para se projectar como a questão central deste processo no que se refere ao reforço ou à subversão de aspectos essenciais do regime democrático a todos os níveis, ainda assim os jovens terão uma palavra a dizer e é absolutamente necessário que a digam.

O sentido a dar ao regime democrático português, tanto no aspecto dos direitos económicos, sociais e culturais, como na organização do poder político, ou em qualquer outro, é inseparável da participação e da luta que for travada por todas as camadas sociais – e também pela Juventude – em torno deste processo de revisão constitucional. Mas é também inseparável das lutas da Juventude e do nosso povo, contra as medidas tomadas ou preconizada pelo Governo PSD que visem rever antecipadamente a Constituição através de pacotes legislativos que limitem drasticamente os direitos dos cidadãos no acesso ao ensino, ao trabalho ou à Justiça; destruam direitos constitucionalmente consagrados, ou alterem radicalmente o tecido económico e social consagrado na Constituição da República. O sentido que resulta do Pacote Laboral, do Pacote Agrícola, do Pacote da Justiça, ou do Pacote do Ensino, e que contra si têm suscitado uma enorme mobilização e protesto de amplas camadas dos trabalhadores, dos estudantes e em geral das camadas afectadas por estas medidas, é claramente o sentido visado pelos projectos de revisão constitucional da direita – PSD e CDS.

O sentido da luta contra os pacotes inconstitucionais, que tem contado com a participação de milhares de jovens, conflui objectivamente com o sentido da luta a travar pela manutenção e aperfeiçoamento dos princípios fundamentais da nossa Constituição. A defesa dos direitos da Juventude passa pela defesa intransigente e global da Constituição. Impõe-se neste sentido uma ampla participação popular no processo, na qual os jovens terão também uma importante palavra a dizer.

Terra

Pacote agrícola não serve a agricultura nem o País

Visa apenas proteger os latifundiários favorecer os senhorios contra os rendeiros retirar os baldios aos povos

Na sequência da interpelação ao Governo sobre política agrícola suscitada terça-feira pelo Grupo Parlamentar do PCP e da apreciação também em plenário, ontem, dos pedidos de impugnação requeridos igualmente pela bancada comunista das propostas de lei do arrendamento e emparcelamento rural, os deputados debaterão hoje estes dois diplomas governamentais, componente substancial daquilo que é designado por «pacote agrícola». Por discutir, fica a chamada Lei de Bases da Reforma Agrária (com marcação para o dia 21 do corrente), estando entretando já agendado para breve os projectos relativos aos baldios.

Matéria de enorme importância, sobre a qual irá incidir por estes dias a atenção da opinião pública, trata-se de um conjunto de iniciativas legislativas das quais dependerá em decisiva medida o futuro da agricultura.

Em confronto, no essencial, estão duas políticas distintas: pelo lado do Governo, uma política de submissão aos ditames da CEE, orientada exclusivamente para favorecer os latifundiários contra os trabalhadores rurais, favorecer os senhorios face aos rendeiros, retirar aos povos e compartes a gestão democrática dos baldios; do lado dos partidos democráticos da oposição e, designadamente do PCP, está a defesa de uma política agrícola capaz de implementar o desenvolvimento da agricultura, suprir a nossa dependência agro-alimentar face ao estrangeiro, defender e dar resposta aos interesses e problemas dos agricultores e da lavoura portuguesa.

Questões de relevante interesse para o País, delas falaremos em seguida, dando a conhecer a entrevista concedida ao «Avante!» pelos deputados comunistas Álvaro Brasileiro, presidente da Comissão de Agricultura da Assembleia, Rogério Brito, engenheiro técnico agrário e Lino de Carvalho, presidente da FENCA (Federação Nacional das Cooperativas Agrícolas). A palavra, pois, aos deputados comunistas.

Liquidar a Reforma Agrária

Av. — Os trabalhadores e organizações da Reforma Agrária afirmaram já publicamente que a proposta de lei elaborada pelo Governo é frontalmente inconstitucional e pretende liquidar a Reforma Agrária. Partilham desta opinião?

L.C. — A proposta de lei intitulada de Bases da Reforma Agrária a que os trabalhadores muito justamente baptizaram já de lei do latifúndio é, com efeito, óbvia e grosseiramente inconstitucional porque pretende claramente reconstituir o latifúndio, ofendendo assim os artigos 96.º e 97.º da Constituição.

Traduz-se igualmente num tratamento desfavorável dos trabalhadores perante a lei e numa discriminação para a Reforma Agrária no acesso aos tribunais o que viola por sua vez o artigo 12.º e 268.º da Lei Fundamental. Por outro lado, não foram ouvidas as organizações de trabalhadores e da Reforma Agrária, o que viola o artigo 104.º da Constituição.

Av. — Ficam-se por aqui as inconstitucionalidades?

L.C. — Não. Estas são apenas algumas das onze violações a artigos da Constituição que a proposta de lei contém. Mas importa também dizer que se a proposta de lei viesse a ser aprovada, promulgada e executada, tal significaria a destruição da Reforma Agrária. De facto, ao aumentar a pontuação das reservas para 91 mil pontos sem limites de área, ao descontar no cálculo da pontuação todas as benfeitorias e povoamentos florestais, ao pôr fim aos indevisos multiplicando as reservas por tantos quantos os co-proprietários, co-herdeiros, sócios de uma sociedade, ao não prever que a cada reservatário só possa caber uma única área de reserva, ao conferir eficácia a actos fraudulentos de divisão da área expropriada, ao permitir a reversão das expropriações, ao estabelecer a retroactividade da lei a todas as reservas já demarcadas nos últimos onze anos, ao prever isto tudo, e a aplicarem-se conjugadamente todos estes mecanismos, é evidente que nada restaria.

Lino de Carvalho

Reconstituir o latifúndio

Av. — Estaríamos, pois, perante a liquidação completa das UCPs/Cooperativas?

L.C. — Sem dúvida. Basta aliás um exercício de aplicação da proposta a casos concretos para verificar que latifúndios como o da família Holstein Back (duque de Palmela) com mais de sete mil hectares (quase a área do concelho de Lisboa) ou da Casa Margiochi com mais de doze mil hectares seriam integralmente reconstituídos como latifúndios até ao último metro.

Av. — Fala-se simultaneamente que a proposta de lei alarga os poderes pessoais do ministro da Agricultura e condiciona a liberdade de decisão e independência do poder judicial. O que é que há a dizer sobre isto?

R.B. — É verdade que o Governo não satisfeito com as alterações de substância à lei actual e receoso que mesmo assim ainda houvesse alguma brecha por onde no plano jurídico os trabalhadores pudessem penetrar, cria regras processuais excepcionalmente gravosas, aplicadas apenas a um determinado tipo de cidadãos — os trabalhadores da Reforma Agrária.

De facto, as cooperativas deixariam na prática de ser notificadas no processo de reservas, só dele tomando conhecimento quando o MAP, GNR e agrários entrassem pela cooperativa dentro, ficando os trabalhadores por esta via impossibilitados de poderem recorrer em tempo útil para os tribunais.

Para além disso, no artigo 47.º da proposta de lei é definido um normativo que impede na prática as cooperativas de obterem do Supremo Tribunal Administrativo a suspensão das entregas de reservas por mais ilegais que sejam, condicionando deste modo a liberdade de decisão e a independência dos tribunais.

Tudo contra o rendeiro

Av. — Abordando agora as propostas de lei relativas ao arrendamento e ao emparcelamento rural, como encaram mais estas duas iniciativas legislativas do Governo? Concordam com algumas opiniões já expressas por organizações de agricultores de que tais diplomas visam a concentração da terra nas mãos dos grandes proprietários e de que, a serem aprovados, trarão a instabilidade aos campos?

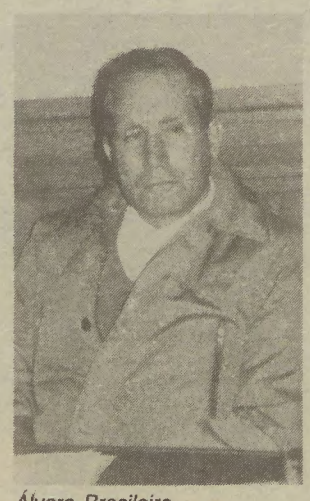
R.B. — Em primeiro lugar há que esclarecer que as propostas de lei do arrendamento e do emparcelamento não podem ser vistas em separado da proposta de lei da Reforma Agrária. Elas têm todas uma matriz comum que aponta para a aceleração da concentração capitalista da terra, privilegia o direito absoluto de propriedade sobre o direito de exploração, estimula o absentismo, pelo que nestes aspectos poderemos justamente caracterizar esta legislação como pré-capitalista.

Em relação ao arrendamento, por exemplo, os agricultores deixam de poder usar o direito de preferência nas transmissões de prédios que exploram, a denúncia do contrato de arrendamento passa a ficar enormemente facilitada e a regra seria o despejo dos rendeiros.

O rendeiro deixaria de poder fazer quaisquer benfeitorias sem o consentimento escrito do senhorio ou do MAP e, ainda por cima, sem direito a ser indemnizado no termo do contrato, levando a que a direcção da exploração passasse para as mãos do proprietário/senhorio. No texto da proposta de lei mantém-se e reforça-se a parceria.

Instabilidade nos campos

Av. — Trata-se, pois, de legislação altamente gravosa susceptível de gerar instabilidade e insegurança?



Álvaro Brasileiro

R.B. — Face a tudo isto podemos afirmar sem sombra de exagero que a proposta de lei, para além dos aspectos já citados, agrava com efeito a situação de dependência, insegurança e instabilidade dos rendeiros, sendo em relação a estes das mais gravosas legislações existentes relativamente à generalidade dos próprios países da CEE.

Av. — E quanto à proposta de emparcelamento?

A.B. — Relativamente a esta destacamos a preferência nas operações de emparcelamento para os maiores proprietários no caso dos terrenos confinantes e a total marginalização dos pequenos agricultores, sobretudo dos rendeiros, em relação a mecanismos e órgãos onde pudessem reclamar das decisões tomadas.

Acrescentemos a isto que mesmo que metade dos interessados discordem das operações de emparcelamento, estas realizar-se-iam à mesma se a lei fosse para a frente.

Av. — Falemos agora dos baldios. No entender do PCP, o que é que se encontra por detrás dos projectos entrados na Assembleia visando modificar a lei em vigor, uma lei considerada boa e justa pela generalidade dos povos serranos?

A.B. — Duas questões fundamentais: a retirada da administração e gestão dos baldios aos povos através das assembleias de compartes e conselhos directivos de baldios (CDBs), transferindo-as para as juntas de freguesia ou para o Estado, e a abertura do negócio jurídico para os baldios, permitindo assim a sua venda ou arrendamento, designadamente às grandes empresas de celulose, como aliás já hoje — contra os interesses dos povos — está a suceder por exemplo no concelho de Mortágua.

Repúdio generalizado

Av. — No âmbito do trabalho preparatório para interpelação do PCP ao Governo sobre política agrícola e legislação agrária contactaram nas regiões Norte e Centro com agricultores, rendeiros, compartes e respectivas organizações. Quais as impressões mais fortes que colheram dessas visitas e quais os problemas mais sentidos entre os homens do campo?

L.C. — Dos contactos que o Partido tem feito, entre os quais se inserem estas recentes visitas de deputados ao Norte e Centro, foi possível encontrar um sentimento unânime de repúdio dos agricultores pelo pacote agrícola, tendo sido igualmente identificados um conjunto de problemas concretos que atestam bem que a política do Governo, subordinada exclusivamente aos interesses da CEE, não serve a agricultura portuguesa nem os agricultores.

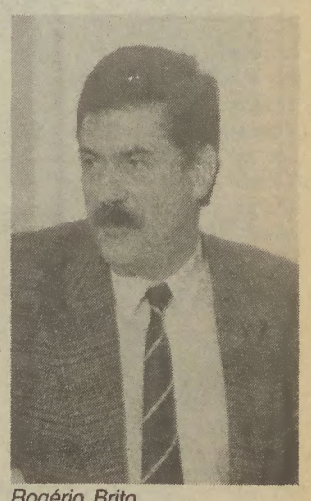
Av. — Podes citar exemplos concretos?

L.C. — São os preços do borrego e do frango que têm descido vertiginosamente à medida que o País é invadido por carne congelada proveniente de outros países; é o preço dos frutos secos; é o preço do leite e a tentativa de liquidação dos circuitos cooperativos de recolha; é o encerramento dos matadouros oficiais em contraste com os escandalosos apoios que têm sido dados aos matadouros privados, dificultando o escoamento do gado e sendo um factor de quebra do preço na produção; é o encerramento das feiras de gado sem a criação de alternativas; são os critérios fixados para as indemnizações compensatórias que põem de lado dezenas de concelhos e milhares de agricultores; é a total ausência de informação sobre a CEE, os mecanismos de acesso aos financiamentos comunitários e as alternativas que se oferecem à produção de que resulta que desde a integração na CEE apenas cerca de dois por cento dos financiamentos é que foram concedidos a pequenas explorações.

Agravamento dos problemas

Av. — Um quadro bastante sombrio...

R.B. — Sem dúvida e a verdade é que face a este quadro — que será agravado com o pacote agrícola apresentado pelo Governo — a perspectiva é a de um sério agravamento da situação da agricultura, quebra da produção agro-alimentar, expansão indiscriminada da florestação (sobretudo do eucalipto), agravamento da nossa dependência alimentar do estrangeiro, diminuição drástica dos rendimentos reais dos agricultores.



Rogério Brito

Av. — Admitindo a aprovação do pacote agrícola, mercê da folgada maioria que o PSD dispõe, que futuro espera então a agricultura portuguesa?

A.B. — Mau grado o que fica dito, e caso o pacote seja aprovado pela maioria PSD na Assembleia da República, o Grupo Parlamentar do PCP usará todos os mecanismos constitucionais que permitam declarar a sua inconstitucionalidade e impedir a sua consequente promulgação.

No plano dos agricultores, da Reforma Agrária, certamente que se irá assistir ao reforço da sua luta — que aliás já hoje se está a verificar — e nessa medida o PCP continuará a estar presente e a apoiar todas as movimentações que sirvam os interesses da agricultura (sobretudo dos pequenos e médios agricultores) e dos trabalhadores da Reforma Agrária.

Assembleia da República

Em causa o pacote agrícola

Onda de repúdio chega ao Parlamento

Antecedendo a abordagem do pacote agrícola iniciada hoje com a discussão em plenário das autorizações legislativas relativas ao arrendamento rural e ao emparcelamento, a interpelação do PCP ao Governo sobre político agrícola e legislação agrária efectuada terça-feira, permitiu entre outras coisas pôr em relevo os traços mais salientes da política agrícola do Executivo e suas incidências nefastas no plano social, económico e dos interesses nacionais.
Este, sem dúvida, um dos méritos a realçar de um debate onde por iniciativa da bancada comunista foi possível alargar a discussão da situação e perspectivas da agricultura portuguesa – ao contrário do que o Governo pretendia – muito para além das questões do sistema de propriedade e posse da terra.

Esta era, com efeito, a posição do Governo, facto para o qual já o deputado comunista João Amaral alertara em conferência de imprensa na passada segunda-feira, ao recordar que este pretendia resumir toda a sua iniciativa nesta área à alteração dos regimes de propriedade de posse da terra em questões centrais como a do regime aplicável na Zona de Intervenção da Reforma Agrária, a das relações entre rendeiros e senhorios, a dos direitos dos povos ao uso e exploração dos baldios e a das garantias dos proprietários minifundiários e sistemas de emparcelamento.

O debate de terça-feira acabaria por comprovar o justificado alerta de João Amaral, sendo visível em toda a argumentação aduzida quer pelo ministro quer pelos deputados da maioria a preocupação – aliás subjacente nos diplomas – de proteger os latifundiários contra os trabalhadores rurais da Reforma Agrária, favorecer os senhorios em detrimento dos rendeiros, possibilitar a estranhos a exploração das terras comunitárias democraticamente geridas pelos povos e forçar os agricultores da zona do minifúndio a submeterem-se aos interesses dos grandes agricultores.

Num discurso de auto-elogio e demagogia marcado pela completa ausência de estratégia agrícola autónoma e onde esteve patente a subordinação às orientações da CEE, a verdade é que o ministro não foi capaz de esconder esta orientação, sobressaindo das suas palavras meras intenções programáticas e projectos e planos ainda por cumprir.

Na sua evasiva, não deixa de merecer registo aliás a forma pouco hábil como o ministro – pese embora o calor do discurso e os numerosos e enfadonhos números e indicadores apontados – se furtou a responder à quase totalidade das questões concretas e das inúmeras e graves acusações de que a acção do seu Ministério foi alvo.

Em relação à reforma Agrária, por exemplo, face às contundentes críticas que choveram da bancada comunista, passou como gato pela água sobre a matéria, contentando-se no seu discurso inicial em afirmar que se trataria de um problema que preocuparia apenas o PCP na medida em que, disse, depois da aprovação da Lei de Bases do Govenro, isso representaria no futuro uma perda de apoio eleitoral para os comunistas portugueses.

Grande relevo acabou por assumir simultaneamente a ausência de resposta governamental aos grandes problemas vividos na agricultura, não faltando ao longo das intervenções produzidas pelos deputados comunistas múltiplos e fundados elementos comprovativos da falência do Governo em matéria de política agrícola.

Particularmente em foco estiveram as condições em que a nossa agricultura vai defrontar a concorrência de outros países da CEE, com agriculturas excedentárias na esmagadora maioria dos produtos e com rendimentos unitários muitíssimo superiores. Alvo de atenção foram ainda os preços ao produtor fixados a níveis relativos cada vez mais baixos com o consequente empobrecimento dos agricultores, o forte défice da balança agro-alimentar e a concorrência esmagadora que os nossos agricultores enfrentam.

Para os deputados comunistas, por outro lado, o pacote agrícola sofre de «incongruências», sendo ainda determinado por «objectivos perversos» e marcado por «processos menos claros». Na base desta apreciação se encontra de resto o conjunto de iniciativas e diligências encetadas pela bancada comunista, todas elas já entregues na Mesa da Assembleia da República, como é o caso do requerimento para que seja feito o debate público relativo aos projectos de lei dos baldios, sem o que será frontalmente violado o artigo 104.º da Constituição.

Foi igualmente requerido ao Presidente da Assembleia da República para que faça as diligências necessárias por forma a obter do Ministério Público informação sobre as decisões tomadas quanto aos quatro relatórios da Comissão de Inquérito ao MAP que lhe foram remetidos e que proceda à publicação dessas decisões. De acordo com as palavras de João Amaral, trata-se de lançar o repto ao ministro (visado nesses quatro relatórios) para que não obste (invocando por exemplo um alegado segredo de Justiça) à publicação da situação desses processos.

A terceira iniciativa assume também a forma de um desafio ao ministro e prende-se com afirmações suas de que a Comissão de Inquérito não teria conseguido apurar nada de grave nos seus trabalhos. Para João Amaral há aqui uma grave questão ética e jurídica: «é que o senhor ministro procura inculcar de que teria conhecimento do que se passava na Comissão de Inquérito. Se tem esse conhecimento assume que ilegalmente violou o segredo dos trabalhos da Comissão. Se não tem, confessa que fala do que não sabe, ou seja, que falaria irresponsavelmente».

Um alegado «estudo completo» que o Ministério teria sobre as UCPs, constitui por seu turno o objecto da quarta iniciativa dos parlamentares comunistas, para quem tal relatório está recheado de falsidades – como de resto trataram de provar no debate de ontem –, tendo por esse motivo requerido ao Presidente da AR que obtenha oficialmente cópia do relatório, dado que o seu conhecimento, como afirmou João Amaral aos jornalistas, «é um pressuposto político para a discussão da proposta de lei».

Alvo de requerimento foi ainda a situação dos funcionários do MAP que foram objecto de queixas públicas não desmentidas, homens que instruiram centenas de processos de reservas ao longo dos anos, sendo a sua actividade posta em causa por falta de lisura. Para os deputados comunistas não se compreende como é que o Ministério não procedeu a uma revisão sistemática a esses processos, sendo sua intenção pedir igualmente uma entrevista à Alta Autoridade Contra a Corrupção para expor toda a situação.

— Interpelação do PCP comprova:

Governo não dá resposta aos problemas da agricultura

«A actuação política do Governo de Cavaco Silva e do ministro da Agricultura Álvaro Barreto, quer no plano interno, quer no plano das relações com a Comunidade não só tem agravado como tem acrescentado novos factores de estrangulamento social e económico e de dependência externa». A afirmação é de **Rogério de Brito**, deputado comunista a quem coube iniciar terça-feira a interpelação do PCP ao Governo sobre política agrícola e legislação agrária. Traçando um quadro completo da situação actual da nossa agricultura — cuja distância relativamente à da generalidade dos países europeus é cada vez maior, segundo disse —, Rogério de Brito começou por caracterizar a nossa posição perante a CEE, sobretudo no contexto da crise da política agrícola comum, chamando a atenção para o que considerou o seu progressivo enfraquecimento, dada a ausência de «uma estratégia autónoma de desenvolvimento agrícola».

Pormenorizada análise do deputado comunista mereceram depois seis aspectos da acção do Ministério da Agricultura, a quem são imputadas responsabilidades no agravamento dos problemas e dificuldades com que hoje vive a agricultura.

Estagnação da produção

Dissecando um por um, o deputado comunista referiu-se à estagnação da produção agrícola, ao agravamento do défice agro-alimentar, à quebra do rendimento real dos agricultores, à entrega do comércio de bens agro-alimentares estratégicos a oligopólios dominados pelo capital estrangeiro, ao domínio dos circuitos, infra-estruturas e mecanismos de mercado por parte do grande comércio e indústria, e, por fim, à política de concentração da terra e dos capitais produtivos à custa da marginalização e liquidação de milhares de agricultores e pequenas e médias explorações agrícolas.

Falando da estagnação da produção, o orador salientou por exemplo o caso da produção dos cereais praganosos, do vinho e das frutas, os quais evidenciam manifestamente esta tendência negativa, que nalguns casos chega mesmo à regressão, situando-se as produções médias do último triénio entre os 70 e 80 por cento das registadas no triénio de 74/76.

Abordando a questão dos circuitos, Rogério Brito alertou para o seu domínio, bem como das infra-estruturas e mecanismos de formação e controlo dos rendimentos, por parte do grande comércio e indústria, lembrando ainda a cedência dos mais importantes ramos de comércio externo e de bens agro-alimentares estratégicos a oligopólios dominados pelo capital estrangeiro.

Depois de passar em revista questões tão importantes como o encerramento dos matadouros, os mercados de origem, a recolha do leite, a política de apoio e crédito às explorações agrícolas, Rogério Brito condenou aquilo a que chamou os «factores de pressão» existentes sobre os nossos agricultores por forma a que «abandonem progressivamente produções essenciais para o País e para que a nossa área de uso agrícola seja reduzida a menos de metade da área actual». Só contrariando esta orientação evitaremos, sublinhou, que a CEE nos encare como um País de economia agro-alimentar marginal, «vocacionado para a monocultura da floresta e para que sejam marginalizadas e liquidadas milhares de pequenas e médias explorações agrícolas».

Inquietação entre os agricultores

Inventariando alguns dos problemas mais sentidos pelos homens do campo, o deputado **Álvaro Brasileiro** pôs em destaque por seu turno o encerramento dos matadouros oficiais, o lançamento do IVA sobre as máquinas e alfaias, o imposto da indústria agrícola sobre os agricultores e as restrições indiscriminadas às feiras de gado.

Transmitindo o sentir actual que hoje percorre milhares de agricultores — que de resto o deputado comunista com outros camaradas de bancada teve recentemente oportunidade de constatar em deslocações nas regiões centro e norte —, Álvaro Brasileiro falou da «enorme inquietação» vivida pelos agricultores e suas organizações quanto às consequências da eventual aplicação do pacote agrícola, recordando simultaneamente a profunda preocupação existente pelas quebras dos seus rendimentos reais em resultado designadamente da política de liberalização das importações.

Reconstruir o latifúndio

Mas seria em torno da Reforma Agrária e da proposta de lei de bases do Governo, que seriam tecidas as mais duras críticas e acusações à conduta e actuação do titular da pasta da Agricultura.

Para a bancada comunista, pela voz de Lino de Carvalho, ao Governo não chegou a obra de destruição já realizada nem o desprezo a que tem votado os já cerca de 500 acórdãos do STA dando razão às denúncias de irregularidades, ilegalidades, fraudes e até indícios de corrupção que têm envolvido a actividade do MAP contra a Reforma Agrária.

Não satisfeito, disse, o Governo elaborou assim uma proposta de lei que se propõe nada mais nada menos do que «reconstituir integralmente o antigo sistema de propriedade latifundiária e acabar com o exercício, por trabalhadores de UCPs/Cooperativas, do direito constitucional de recorrerem para os tribunais, obterem reparação para os seus interesses atingidos, poderem conseguir a suspensão da executoriedade dos actos do MAP, por mais ilegais que sejam».

Depois de percorrer todo o articulado da proposta governamental, desmontando caso a caso os objectivos de Álvaro Barreto, e de demonstrar com exemplos concretos as inúmeras ilegalidades da iniciativa legislativa e o seu intuito de destruir por completo a Reforma Agrária, Lino de Carvalho resumiu assim o que tem sido a luta heróica e corajosa dos trabalhadores rurais do Alentejo e Ribatejo: «há mais de 12 anos que as UCPs/Cooperativas agrícolas têm sido ilegal e inconstitucionalmente atacadas, amputadas, destruídas e os trabalhadores espancados, presos e até mortos; têm sido cerceadas técnica e financeiramente não lhes permitindo o Governo sequer o acesso aos financiamentos da CEE e sem nunca ter sido criada qualquer alternativa válida».

«A demonstração — prosseguiu — está nas centenas de milhar de hectares de reservas abandonadas ou sub-aproveitadas; nos mais de 40 mil desempregados rurais; na emigração que volta a crescer; no abandono e despovoamento dos campos que volta a estar na ordem do dia».

E concluiu: «mas há mais de 12 anos que os trabalhadores lutam, resistem e, malgrado a odisseia por que têm passado, produzem, obtêm rendimentos e produtividades superiores à média nacional, provam que as UCPs/Cooperativas e a Reforma Agrária têm potencialidades inegáveis e são insubstituíveis para um processo de desenvolvimento».

Acusações ao ministro

Mas se estas palavras, reflectindo uma realidade poderosa e indesmentível não puderam deixar de incomodar a bancada da maioria, as afirmações que se seguiram, visando directamente o ministro, constituíram um grave libelo acusatório, relativamente ao qual se exigiria um pronto e completo esclarecimento, coisa que no entanto não se veio a verificar, mantendo o titular da pasta sobre o assunto um comprometido silêncio.

Afirmou Lino de Carvalho: «Acusamos o sr. ministro da Agricultura de assinar despachos não datados de revogação de portarias de expropriação, facilitando assim as fraudes e as irregularidades; de atribuir reservas estando o antigo proprietário na posse de outros prédios superiores à área máxima permitida por lei; de atribuir eficácia a doações e vendas de terras praticadas com a intenção de as subtrair às medidas da Reforma Agrária; de atribuir reservas com pontuações ou áreas superiores às permitidas pela lei, sobretudo através do expediente da generalização das majorações e da exclusão de benfeitorias; de atribuir várias reservas autónomas a marido e mulher, herdeiros e co-proprietários, rendeiros e usufrutuários».

Depois de citar outros casos concretos elucidativos do completo desrespeito do Governo pelos tribunais e do seu comportamento de má-fé, Lino de Carvalho desmontou ainda circunstanciadamente um alegado «estudo» sobre as UCPs/Cooperativas referido pelo ministro – na base do qual o Governo sustenta as suas posições para justificar a presente proposta de lei –, classificando-o de «falsidade» e de não possuir qualquer «credibilidade».

PCP

Fim-de-semana de 16 e 17 de Abril

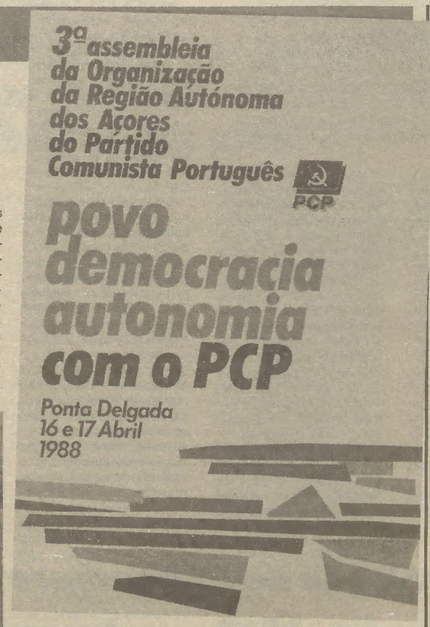
Aproximam-se as Assembleias das organizações do PCP nas Regiões Autónomas

Açores

Trabalhar para construir a alternativa

Até ao fim desta semana deverá ficar concluído o processo de eleição dos delegados à 3.ª Assembleia da Organização do PCP na Região Autónoma dos Açores (ORAA), marcada para o fim-de-semana de 16 e 17 deste mês em Ponta Delgada. Dum total de 116 delegados, 20 são por inerência e os restantes eleitos nos plenários e reuniões de organismos do Partido que têm decorrido nas nove ilhas. «Povo, autonomia, democracia — com o PCP» é o lema desta 3.ª Assembleia, cujos trabalhos terão lugar no auditório da Universidade dos Açores.

Com mais democracia e mais liberdade, a ***autonomia*** *terá condições para se desenvolver e aprofundar no campo político, económico e social, e atingir assim os seus objectivos de desenvolvimento, felicidade e bem-estar do povo açoriano, sublinha o documento em debate nas organizações do Partido*



Dois documentos

O início da Assembleia está previsto para as 15 horas do dia 16 (sábado), prolongando-se até às 19 h. Depois do jantar a iniciativa será retomada entre as 21 e as 22.30. No domingo, os trabalhos funcionarão das 9.30 às 12.30 e das 14.30 às 18 horas. Esta hora de encerramento permitirá a muitos delegados (nomeadamente os do Faial e Pico) regressarem ainda no domingo às suas ilhas.

Além da eleição dos delegados, a actividade preparatória da Assembleia tem sido assinalada pelo debate dinâmico em torno do documento-base e de um outro exclusivamente sobre as eleições regionais de Outubro.

«Estabelecer a análise e as orientações fundamentais da organização regional do Partido no que toca aos problemas económicos, sociais e políticos específicos da Região Autónoma, bem como as orientações principais que irão nortear o funcionamento e a actividade da organização», a par da eleição da nova DORAA, contam-se como objectivos fundamentais da Assembleia.

O documento-base está dividido em cinco capítulos essenciais. Depois da caracterização da situação política, é analisada a situação económica e logo de seguida a situação social. A alternativa necessária é desenvolvida na quarta parte do documento, que termina analisando a actual organização do Partido no arquipélago.

Os agentes da mudança

«Para construir a mudança democrática que se impõe nesta Região Autónoma há que trabalhar no sentido de serem desbloqueadas e potenciadas todas as forças sociais e políticas que, de forma criativa e activa, serão os agentes imprescindíveis dessas mudanças», sublinha o documento em debate pelos comunistas açorianos.

«A única forma de encarar com rigor a construção da alternativa democrática ao poder regional actual», acrescenta, «é considerá-la como um caminho que implica **convergência prática** das forças políticas democráticas, **unidade na acção** das forças sociais contrárias ao domínio económico e social de um pequeno grupo e **intensa actividade** diferenciada, mas convergente, de todos quantos racionalmente sabem que são urgentes essas mudanças».

Os comunistas dos Açores, para além de apresentarem na documentação preparatória e na Assembleia as suas próprias propostas, que põem à consideração dos cidadãos em geral e das forças sociais e políticas que lutam pela democracia, declaram-se abertos a apreciar e a apoiar todas as propostas que visem claramente os mesmos objectivos de democracia, de progresso, de justiça e de paz.

Objectivos essenciais

Apontando os objectivos políticos essenciais e prioritários para a Região, os militantes comunistas avançam sete questões fundamentais, sendo a primeira «a luta pela consolidação e aprofundamento da Autonomia política e administrativa, consagrada na Constituição, combatendo quer os projectos e propósitos antidemocráticos e de cariz separatista desenvolvidos pelo principal grupo dirigente do partido dominante, quer as práticas e propósitos centralistas levados a cabo pelo Governo do PM Cavaco Silva e outros sectores do Estado».

Do conjunto de propostas que a ORAA do PCP define no projecto de documento que temos vindo a referir, sobressaem as que são dedicadas à economia regional — **propostas centrais para uma política económica que vise um desenvolvimento socialmente útil** e à política social que dignifique os cidadãos e seja factor de progresso.

Como sublinha a comissão organizadora da Assembleia foi também submetido a debate, como já aludimos, um documento intitulado «As eleições regionais de 88», que reflecte a necessidade de toda a organização do Partido na Região contribuir e se empenhar na definição das orientações que irão levar a que o Partido e os seus aliados na CDU venham a obter nas próximas eleições regionais um resultado que constitua um sucesso eleitoral assinalável.

A 3.ª Assembleia da ORAA está a ser preparada com entusiasmo e dedicação militante. A 16 e 17 deste mês estarão reunidos em Ponta Delgada os representantes de todo o colectivo partidário do arquipélago

Conferência de Imprensa

Aspectos relacionados com a Assembleia tiveram, entretanto, no centro das atenções durante a conferência de imprensa realizada anteontem em Ponta Delgada. No encontro com os jornalistas participaram os camaradas José Decq Mota, Mário Abrantes e Manuel Martins, que tiveram também oportunidade de abordar temas da actualidade política, lutas dos trabalhadores e os resultados da greve geral de 28 de Março. Os dirigentes comunistas manifestaram o repúdio do Partido pela grave situação de falta de abastecimentos às ilhas do Corvo e Flores, uma vez que a Transinsular não dispõe de navios apropriados. A recente visita do Governo Regional ao Pico foi também comentada pelos camaradas da DORAA.

Madeira

Os comunistas têm propostas

Analisar o presente, preparar o futuro, dar voz à população – é com este lema que decorrerá no próximo dia 17 (domingo) a 2.ª Assembleia da Organização da Região Autónoma da Madeira do Partido Comunista Português. Iniciada no passado dia 20 de Março, a eleição dos 100 delegados à Assembleia – um dos aspectos salientes da sua actividade preparatória – decorre até ao próximo dia 12 e processa-se em plenários das organizações do Partido nos 11 concelhos do arquipélago.

Eleições regionais

Considerado um acontecimento político de grande importância para o Partido e para a vida democrática da Região, a Assembleia está envolvida por um conjunto de objectivos fundamentais, referidos no anteprojecto de teses aprovado pela actual Direcção da Organização. A análise crítica do trabalho realizado pelos comunistas desde a 1.ª Assembleia, a situação económica, social, cultural e política da Região, bem como a evolução da organização regional do Partido serão questões de primeiro plano na Assembleia, para além da eleição do novo organismo de direcção do PCP – a DORAM.

Como sublinha o anteprojecto de teses, «a Assembleia mostrará que os comunistas têm propostas para os gravíssimos problemas» que se vivem na Madeira. Entretanto, «a preparação e realização da Assembleia será também um contributo para corrigir dificuldades, deficiências e erros de trabalho, fortalecer a organização do Partido e a sua ligação às massas e travar com êxito a batalha eleitoral» do próximo Outono – as eleições regionais.

Acabar com as furnas e as barracas

Como assinala a nota divulgada no Funchal aos órgãos de comunicação social pelo secretariado da DORAM do PCP, o anteprojecto de teses, em debate nas organizações do Partido, é um extenso documento de 82 páginas que faz a análise de realidade económica, social, cultural e política da Madeira e apresenta um grande número de propostas de política alternativa para a resolução dos problemas da RAM.

O anteprojecto chama a atenção de que, hoje, para «defender e consolidar a **autonomia**» é necessário realizar «uma política social que resolva os problemas fundamentais das populações da Madeira e do Porto Santo, uma política que acabe de vez com as furnas e barracas, com o subdesenvolvimento e o desemprego, com a miséria e o analfabetismo».

regional e a espiral inflacionária, propõe uma política alternativa baseada em quatro pontos: **investimento nos sectores produtivos da economia** – agricultura, pecuária, silvicultura, pescas e indústrias derivadas; **renegociação da dívida da Região**, com baixa das taxas de juro de forma a que se processem os investimentos indispensáveis; **renegociação dos acordos de adesão à CEE** de forma a defender os nossos produtos de exportação tradicionais e a evitar, por exemplo, o colapso da produção de banana em 1992; e, finalmente, **uma cuidadosa planificação que defina prioridades e metas a atingir**.

A 2.ª Assembleia da ORAM do PCP, que decorrerá no Funchal, é já um contributo para a acção preparatória do XII Congresso do Partido

Política alternativa para a vida económica

No que respeita à situação económica regional o documento, depois de caracterizar a estagnação das actividades produtivas e do turismo, a queda do investimento, o enredamento da dívida

Além de analisar aspectos da situação social e de luta dos trabalhadores e das populações, o anteprojecto de teses detém-se no estudo das próximas eleições e afirma que, das duas uma: «ou bem se melhoram as posições das forças democráticas na RAM e se mantém e reforça a representação parlamentar do PCP na Assembleia Regional, ou o PSD consegue, apoiado na revisão anticonstitucional das leis, na manipulação das populações e nas chapeladas do costume, resultados eleitorais que lhe permitam enfraquecer as forças democráticas e expulsar o PCP da Assembleia Regional».

Naturalmente para o PCP o caminho necessário é «contribuir para o reforço de votos e de deputados das forças democráticas» e «melhorar as posições do PCP, elevando o número de votos mantendo o deputado eleito e, se possível, elegendo outro».

Convergência dos democratas

Também segundo o documento da Assembleia, «a efectivação de uma convergência que englobe todas as forças e partidos democráticos e democratas independentes, seria um passo gigantesco no caminho da democratização da RAM» mas, a não ser possível efectivar essa convergência, «o PCP deve concorrer às próximas eleições regionais no quadro da CDU».

O anteprojecto de teses termina com uma detalhada análise da situação do Partido na RAM e às medidas necessárias para ultrapassar as debilidades e deficiências existentes.

A Assembleia dos comunistas *madeirenses «realiza-se num quadro político grave, tanto no plano nacional, como no regional», considera o anteprojecto de teses em discussão entre os militantes*

Conferência regional no Porto

Tal como já noticiámos anteriormente, a DORP do PCP convocou para sábado, 9 de Abril, uma Conferência Regional sobre Organização do Partido.

Estarão em debate problemas relativos à organização do Partido e orientações e medidas para o seu reforço.

Pretendem-se considerar em concreto, entre muitas outras, as questões relativas à evolução dos efectivos e do recrutamento, à estruturação da organização e à sua vida política, ao funcionamento democrático, conteúdo da actividade e iniciativa dos organismos, à ligação do Partido às massas e, em particular, a acção nas principais frentes, a vida das organizações de base, com destaque para as células de empresa, ao trabalho colectivo e ao estilo de trabalho, à política de quadros, à realização das assembleias das organizações e ao pagamento regular da quotização, à entrega dos cartões para 88/89, à difusão da imprensa e de outros materiais.

No centro do debate, estará além da caracterização da situação nas várias organizações, a discussão de propostas de orientação e de medidas concretas para o reforço da organização do Partido no distrito do Porto.

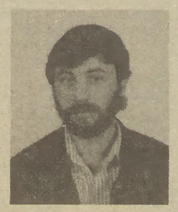
Com vista a facilitar o debate dos problemas e a participação activa de um maior número de quadros, é a seguinte a estrutura para esta Conferência Regional: uma **sessão plenária inicial** e outra **final** e o funcionamento em simultâneo de **três secções de trabalho**: a primeira, debaterá as células de empresa, sectores de classe profissional, organismos em estruturas unitárias dos trabalhadores; a segunda secção será orientada para as organizações locais, organismos para as autarquias e para as associações populares; e a terceira secção debaterá outras organizações e sectores.

Está previsto que participem na Conferência algumas centenas de quadros em representação dos organismos actualmente existentes, bem como outros militantes que as diversas organizações do Partido convidarem a intervir nos trabalhos.

A Conferência Regional sobre Organização do Partido vai decorrer no Centro de Trabalho da Boavista, entre as 10 horas e as 19 horas, com intervalo para almoço das 13 horas às 14.30 h.

Está prevista a participação do camarada **Blanqui Teixeira**, membro da Comissão Política e do Secretariado do Comité Central do PCP.

Camaradas Falecidos



Álvaro dos Reis Teixeira

Realizou-se anteontem, para Espinho, o funeral do camarada António Álvaro dos Reis Teixeira, de 24 anos, natural de Melres (Gondomar). O jovem militante comunista faleceu no Hospital de São José, em Lisboa, na sequência de um grave acidente ocorrido nos terrenos do Alto da Ajuda. Membro do secretariado da célula do PCP da Festa do «Avante!», camarada activo e muito estimado por todos os que o conheciam, Álvaro Teixeira resistiu uma semana às graves queimaduras de que foi vítima junto ao estaleiro (agora em mudança) do Alto da Ajuda, quando despejava restos de tinta de óleo para um poço onde se queimavam tecidos, ráfias e outros produtos. Um outro camarada da Festa ainda tentou abafar as chamas, cobrindo Álvaro Teixeira com o seu próprio corpo, vindo também a sofrer queimaduras, embora superficiais. Apesar da sua juventude, o camarada Álvaro dos Reis Teixeira era um «veterano» da Festa do «Avante!», pertencendo aos seus quadros permanentes. Actualmente era o responsável pelo sector de transportes. No funeral, impressionante manifestação de pesar, o «Avante!» esteve representado pelo seu director, camarada António Dias Lourenço, membro da Comissão Política do Partido, que em nome da direcção da Festa do «Avante!» e da direcção do Partido se associou à família nesta hora de dor e luto.

Manuel Gomes Carretas

Com 61 anos, faleceu o nosso camarada Manuel Gomes Carretas. Era membro da Comissão de Freguesia de Apelação (concelho de Loures).

* * *

Aos familiares, amigos e companheiros dos comunistas falecidos, o colectivo do «Avante!» apresenta sentidas condolências.

PCP

Coimbra

Encontro distrital de quadros

A situação social e política, a luta de massas, a actividade do PCP e a preparação do XII Congresso do Partido, marcado para Dezembro deste ano, serão temas em análise e debate no encontro distrital de quadros que decorrerá em **Coimbra** no próximo sábado, dia 9.

A realizar na Faculdade de Economia, este encontro é anunciado pelo secretariado da Comissão Distrital de Coimbra do PCP.

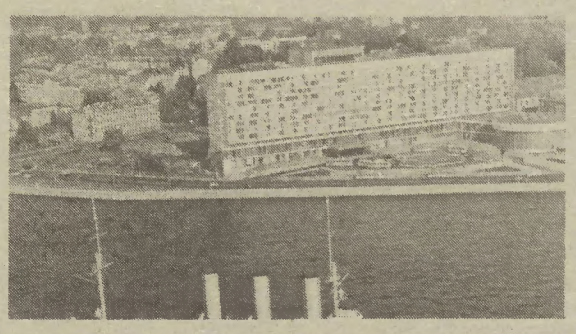
***A preparação do Congresso** do Partido será um dos temas em debate no encontro distrital de quadros marcado para o próximo dia 9 em Coimbra*

Viagem à URSS

Já anunciámos viagens organizadas pelos camaradas de Coimbra com destino ao Norte de África (feriados de Junho), à Jugoslávia e à RDA (Julho/Agosto). Desta vez, acrescentemos uma viagem que também está a suscitar muito interesse, mas com destino à União Soviética. Trata-se de uma excelente oportunidade para visitar **Moscovo, Leninegrado, Odessa** e **Kiev**, entre 15 e 28 de Agosto próximo, em regime de pensão completa. A ligação Lisboa-Moscovo será feita por avião.

Devidamente organizada, esta viagem inclui um diversificado programa de contacto com a realidade soviética no plano cultural e social, estando previstas, entre outras iniciativas, visitas a um hospital, uma fábrica, uma cooperativa, ao Palácio de Verão em Leninegrado e acesso a dois espectáculos.

O preço da viagem é de 136 mil escudos, com facilidades de pagamento. As inscrições funcionam no Centro de Trabalho de Coimbra, na Rua da Sofia.



***Leninegrado**, uma bela cidade contemplada na viagem promovida pelos comunistas de Coimbra, para Agosto*

***Várias células de empresa e organizações de freguesia** do concelho da Amadora estão a reunir para preparar a 3.ª Assembleia do Partido*

Amadora
• 3.ª Assembleia em preparação

Está a decorrer a actividade preparatória da 3.ª Assembleia da organização concelhia do PCP da Amadora, no distrito de Lisboa. Como noticiamos na **Agenda** desta edição do «Avante!», vários organismos de freguesia e células de empresa marcaram reuniões para discussão do projecto de relatório e eleição dos delegados à Assembleia, que terá lugar no próximo dia 17 (domingo), a partir das 9 e 30 horas, nos Recreios Desportivos (ex-Cine Plaza).

A encerrar a Assembleia haverá um comício com intervenção do camarada **José Casanova**, membro da Comissão Política do Partido.

Para hoje, dia 7, estão previstas reuniões das células do PCP na Cometna, Cel-Cat e Sorefame, para além da freguesia da Damaia.

***Avançar para a realização de alguns encontros concelhios** de munícipes com o objectivo de discutir a gestão do Poder Local e a apresentação de propostas alternativas é uma das direcções do trabalho definidas pelos comunistas algarvios*

Algarve
• No ano do XII Congresso, reforçar o PCP

Melhorar o trabalho colectivo, o controlo de execução às decisões tomadas, reforçar a composição e as responsabilidades das Comissões Concelhias e de Freguesia, aumentar os níveis de estruturação da organização do Partido, continuar os esforços para conhecer melhor o conjunto dos militantes inscritos, procurando estabelecer com eles uma ligação regular – estas algumas das linhas de acção inseridas no plano de actividades da Direcção Regional do Algarve (DORAL) do PCP, aprovada num dos seus plenários (Fevereiro deste ano).

O documento salienta a importância da realização do XII Congresso e define um naipe de prioridades e linhas de acção no plano do Partido, para o trabalho ideológico, imprensa e propaganda, política de fundos, Centros de Trabalho, trabalho parlamentar, frente sindical, Poder Local, trabalho camponês e frente das mulheres.

Poder Local

Na área do Poder Local, a DORAL do PCP aponta as seguintes orientações de trabalho:

• Consolidar as formas de direcção e acompanhamento que no plano da Direcção Regional foram concretizadas para o trabalho em minoria e para as duas Câmaras em maoria.

• Continuar a trabalhar para que pelo menos as principais concelhia assumam o papel de direcção que lhes compete no acompanhamento dos nossos eleitos e na gestão dos respectivos órgãos.

• Avançar para a realização de alguns encontros concelhios de munícipes com o objectivo de discutir a gestão do Poder Local e a apresentação de propostas alternativas.

• Relançar ao nível autárquico a coligação CDU. Multiplicar as formas de informação à população. Travar a batalha para intensificar nesta frente de trabalho de massas.

• Desenvolver os contactos e discussões necessárias tendo em vista a preparação das próximas eleições autárquicas.

• Prever, no quadro do primeiro semestre do ano em curso, a realização de um Plenário Distrital de Eleitos.

• Continuar a discutir o cumprimento das obrigações perante a AECOD, prestando contas e simultaneamente apresentando propostas para aplicação devida das suas verbas no quadro de critérios já definidos.

Festa da Alegria

Clube dos Amigos encontra-se em Braga no dia 17

A Comissão Executiva da X Festa da Alegria promove no próximo dia 17 de Abril (domingo), a partir das 11 horas, uma reunião-convívio do Clube dos Amigos da Festa da Alegria.

No convite formulado por esta comissão salienta-se:

Nos dias 8, 9 e 10 de Julho próximo, por organização conjunta das Direcções das Organizações Regionais do Minho, do Porto e de Trás-os-Montes, realiza-se a X Festa da Alegria. Ocupando o seu espaço tradicional, o Parque Municipal de Exposições, mas também a moderna área contígua e coberta do Palácio Municipal das Exposições e Desportos de Braga.

Porque foi há um ano, a 4 de Abril, que foi constituído em Braga o Clube dos Amigos da Festa da Alegria, é aos amigos da Festa (os que na reunião de então se inscreveram no Clube e os muitos mais que também o são) que nos dirigimos em primeiro lugar, convidando-vos a todos, desde já, a colaborarem apoiando por todas as formas a realização da X Festa da Alegria. Para que esta seja o grande espaço de cultura, de diálogo, de festa. O ponto de encontro de amigos e de debate de ideias. A grande realização político-cultural do Norte, iniciativa de comunistas aberta a todos os portugueses.

Esta reunião-convívio do Clube dos Amigos da Festa tem como objectivos principais: conversar sobre a Festa e recolher opiniões e fornecer informações sobre a X Festa. O ponto de encontro desta iniciativa é no Centro de Trabalho de Braga (Rua de Santo André, 15 – em Braga) às 11 horas, havendo lugar a uma visita ao espaço da festa e, depois, a um almoço-convívio.

O custo da inscrição para o almoço é de 300$00 por pessoa. As inscrições são feitas até ao dia 14.

Juventude

JCP – 4.ª Conferência do Ensino Superior

Discutir o presente agir de imediato

O objectivo central desta Conferência é precisar e clarificar a orientação e a intervenção da JCP em certas áreas concretas, tendo como pano de fundo a análise da política deste Governo para o Ensino Superior e também algumas linhas de profunda alteração do Ensino Superior que estão ensejadas e anunciadas mas, nalguns casos, ainda não em concretização. Outro objectivo é, naturalmente, eleger a nova direcção central da JCP no Ensino Superior.

Foi assim que, resumidamente, **Carlos Rabaçal** e **Victor Martelo**, dirigentes da JCP, nos apresentaram a 4.ª Conferência Nacional do Ensino Superior (CNES) promovida pela Juventude Comunista Portuguesa e a realizar já nos próximos dias 16 e 17 de Abril, na Faculdade de Letras de Lisboa.

Os pormenores da Conferência vieram dentro da conversa que mantivemos há dias, condensadamente, como se segue. Acrescente-se, entretanto, que a 4.ª CNES funcionará em plenário e em secções, numa discussão aprofundada onde tudo será visto «por dentro», sem nada ficar de fora. Tendo como perspectiva a actuação imediata.

Carlos Rabaçal começou por explicar em que base funcionarão os trabalhos:

Para o trabalho da Conferência temos, como elemento base, um documento preparatório que procura abordar, sintética e claramente, a evolução da situação no Ensino Superior nos últimos anos (portanto desde a última conferência). Independentemente do conteúdo este documento organiza-se da seguinte maneira: tem uma parte introdutória caracterizando, em traços gerais, a política para o Ensino Superior dos últimos governos (integrada na política geral para o País); depois há um segundo ponto que define a política governamental para o Ensino Superior como uma política de elitização e de agravamento da selectividade económica e social, com critérios de classe no acesso ao Ensino Superior que mantêm as características fundamentais da política educativa dos últimos anos. Apontam para aí questões como: as saídas profissionais para os jovens licenciados, os orçamentos de estagnação e recessão do Ensino Superior Público e a integração universitária dos ISE's/ /ISCA's/ISSS's/ESBA's.

Isto para já. O documento equaciona mais problemas, mas em primeiro lugar pedimos aos nossos interlocutores que esmiuçassem a questão da elitização do Ensino.

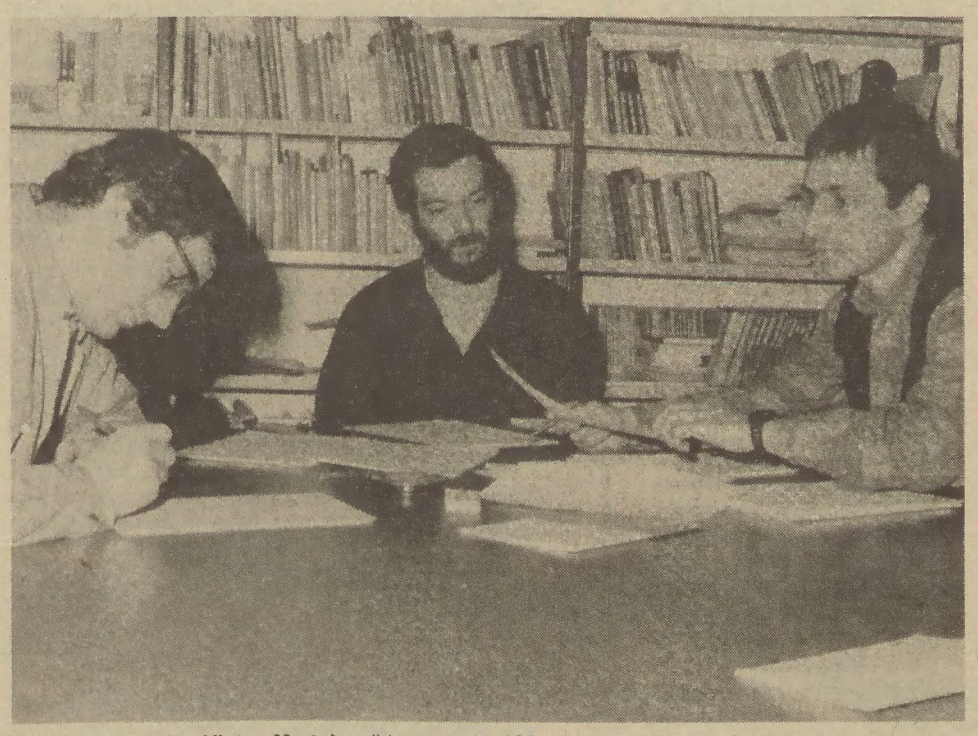
Elitizar... privatizando

Foi ainda Carlos Rabaçal que continuou a conversa, expondo alguns dos factores que definem a política de elitização do Governo para o Ensino Superior:

O «numerus clausus» é um desses factores: por um lado o actual ministro diz que vai acabar com ele e, entretanto, os documentos da Comissão de Reforma do Sistema Educativo apontam para a sua manutenção; outro factor de elitização é o insucesso e o abandono escolar, que estão ligados às condições de vida e de estudo dos estudantes, onde os problemas de ordem pedagógica, de instalações, de apoio, de avaliação, etc., mais se repercutem sobre os estudantes de menores recursos; outro ainda: a proliferação e privilégio do Ensino Superior privado, tendo como política e definição de que «o ensino privado é um factor de expansão do sector educativo». Isto está ligado a outra ideia-chave, que é restringir o acesso e estagnar a dimensão do Ensino Universitário público, direccionando o investimento público principalmente para o ensino politécnico e deixar a formação superior universitária essencialmente para o sector privado e para um pequeno escol muito elitizado do Ensino público.

Victor Martelo pegou na palavra, completando o raciocínio de Carlos Rabaçal e acrescentando mais alguns exemplos que ilustram a política de elitização prosseguida pelo Governo de Cavaco Silva em relação ao Ensino Superior:

Esta proliferação do Ensino Universitário privado tem ainda por base a tentativa de controlo político e ideológico do Ensino Superior por parte da burguesia e a obtenção de altíssimas taxas de lucro para grandes grupos económicos. Mas há ainda outros aspectos de direccionamento elitista. É o caso do apoio social insuficiente, que se mantém a níveis ridículos (aliás vamos discutir na Conferência uma proposta alternativa ao actual regime de bolsas, com alterações de montantes, capitações, critérios, etc.), como o é a política anunciada de «custos reais», que se repercutirá, a curto prazo, numa medida concreta já anunciada — o aumento das propinas para um valor aproximado de 25% dos custos da formação — e que, traduzida por miúdos, significa que se pretende que cada aluno pague ao Estado o investimento que este fez com ele, o que na prática, é uma linha de privatização do Ensino Público, desonerando o Estado das suas responsabilidades. Um exemplo mais: os orçamentos dos últimos anos — incluindo o do ano em exercício — que são, absolutamente, orçamentos de estagnação e recessão, provocando a asfixia financeira duma série de escolas, a impossibilidade de criação de novas (Faculdade de Direito do Porto, por exemplo), impossibilidade de melhorar instalações e equipamentos ou, sequer, conservá-los, etc.



Carlos Rabaçal e Victor Martelo, dirigentes da JCP, falam ao «Avante!»

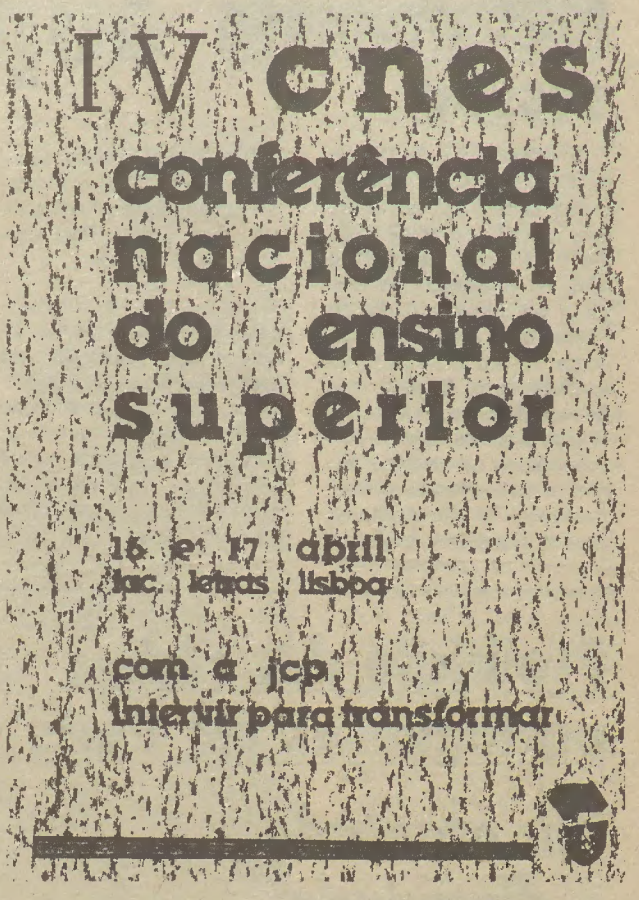
Contradições acesas

Como dissemos atrás, o documento-base de discussão para a Conferência equaciona mais problemas. Carlos Rabaçal enunciou alguns:

Um deles é a questão das saídas profissionais para jovens licenciados, problema, hoje, dos mais graves para os estudantes do Ensino Superior. Este problema situa-se no plano estrutural e tem por base a contradição de fundo entre, por um lado, o desenvolvimento real do País e as necessidades do povo português (na educação, na saúde, na cultura, no desporto, na habitação, em infra-estruturas, etc.) que exigiram o aumento muito substancial de profissionais especializados nestes e noutros campos, e, por outro lado, a política de recuperação capitalista e de superexploração que tem conduzido ao estrangulamento do desenvolvimento, à estagnação na educação e a graves retrocessos na saúde, na habitação, na cultura, etc. Mantendo-se esta política, não há reestruturação de cursos que resolva os problemas de fundo. Outro caso grave, que a Conferência irá abordar, é a tentativa do Governo de baixar de grau académico diversos cursos e criar dificuldades à integração universitária e à obtenção de licenciatura de outros (ISE's, ISCA's, Belas Artes, etc.). Nós temos apoiado essa luta, que consideramos justa.

Victor Martelo trouxe, entretanto, à baila um outro aspecto a que a Conferência dará a devida atenção — a análise do movimento estudantil e associativo:

Entendemos que o desenvolvimento da luta dos estudantes tem como base objectiva a contradição entre os interesses e as aspirações estudantis e a política de direita no plano sócio-económico (com consequências, nomeadamente, na inexistência de saídas profissionais, na progressão nas carreiras, etc.) e no plano da Educação (provocando a proliferação do Ensino Superior privado, impondo limitações ao acesso universitário, tentando a instalação de precedências e prescrições, etc.).



A dinâmica da luta dos estudantes colocou, objectivamente, em posições diferentes os estudantes e o movimento associativo, por um lado, e do outro o Governo e quem o apoia, num quadro complexo em que a direita continua a influenciar sectores importantes do movimento estudantil. Mas consideramos que, nesta situação, a luta tornou-se um factor de unidade estudantil, atraindo mesmo, em certos momentos, direcções associativas da área do Governo e massas de estudantes influenciadas pela direita. Aliás, um dos traços essenciais da luta é a importância da coordenação e cooperação inter-associativa, que fortalece a unidade e a solidariedade estudantis e a própria dinâmica da luta.

Só uma política democrática

Repegando o tema das lutas estudantis, Carlos Rabaçal recordou:

Os estudantes comunistas e progressistas tiveram, aliás, um papel fundamental, e por vezes decisivo, no desenvolvimento das recentes lutas dos estudantes. Consideramos que o movimento associativo se reforçou, se desenvolveu, foi atraído para o campo democrático, tendo por base o combate à política de direita contrária aos interesses dos estudantes.

Mas havia ainda algumas questões abordadas pelo documento a apresentar à Conferência que os dois dirigentes da JCP queriam referir, ainda que de passagem. Foi Carlos Rabaçal que, de «carreirinha», os enunciou:

A questão da gestão democrática das Escolas: pensamos que se mantêm actuais as caracterizações que fizemos sobre o decreto de gestão na nossa última conferência, há dois anos. Ao mesmo tempo que avaliamos as insuficiências e limitações do decreto de gestão, designadamente o carácter antidemocrático do Conselho Científico, continuamos a pensar que é indispensável que os estudantes não se afastem desse terreno de luta e exerçam os seus direitos da intervenção, explorando todas as possibilidades abertas pela legislação em vigor.

Outra questão tratada na Conferência será o papel do movimento estudantil na luta pela paz e na solidariedade e intercâmbio com os estudantes de outros países, tal como procuraremos analisar a importância da defesa das grandes conquistas democráticas do nosso povo para ajudar a encontrar soluções dos problemas e novas perspectivas de realização pessoal e colectiva. Consideramos que só no quadro de uma política democrática e de um governo democrático, virado para a defesa dos interesses do povo e da juventude, serão encontradas as soluções para os problemas e novas perspectivas de intervenção e realização dos estudantes do Ensino Superior.

Finalmente — e naturalmente — a 4.ª Conferência irá analisar a JCP, a sua vida, actividade, os aspectos positivos e negativos do nosso trabalho, etc.

Nacional

Porto
MDC promove sessão

O «Movimento de Defesa da Constituição», recentemente constituído no Porto, leva a efeito na **sexta-feira**, dia **8 de Abril**, pelas **21 e 30 h**, no **Anfiteatro da Reitoria da Universidade do Porto** (com acesso pela R. Jorge Viterbo Ferreira, junto ao Palácio de Cristal), uma **Sessão Pública**, que contará com a participação de personalidades de diversas correntes democráticas, nomeadamente Alberto Andrade, Avelino Gonçalves e Manuel Deniz Jacinto, antigos deputados constituintes, e Armando Castro, Eurico Lemos Pires, José Castro, Raul Castro e Vieira Mendes.

Com a promoção deste debate, o «Movimento de Defesa da Constituição» visa assinalar a passagem do 12.º Aniversário da Constituição da República e contribuir para uma mais larga participação dos democratas do Porto nas acções em defesa da Constituição.

Proibição das rádios portuguesas em Paris

Um atentado à dignidade e aos direitos da nossa comunidade

A decisão do governo francês de proceder ao encerramento de rádios de expressão portuguesa continua a suscitar uma onda de protestos e a gerar uma vasta acção dos emigrantes portugueses em defesa dos seus direitos e interesses.

Ainda recentemente, em Paris, uma manifestação de grande envergadura, mobilizando mais de dez mil pessoas, assinalou um dos momentos altos desta acção destinada a protestar contra o silenciamento das rádios portuguesas em França e a defender e promover a língua e a cultura portuguesas, a liberdade de expressão da nossa comunidade.

Convocada pelo Conselho da Comunidade Portuguesa de França e contando com o apoio das rádios e do movimento associativo, a manifestação constituiu uma grande afirmação de unidade, tendo na ocasião sido tecidas duras críticas à proibição das três rádios portuguesas a emitir até finais do ano passado na região de Paris.

Intervindo em nome do Secretariado do CCPF, um dos oradores referiu não se justificar de forma alguma «que se calem as rádios portuguesas», as quais, disse, «tinham um impacto real e geral aceitação» no seio dos nossos compatriotas, constituindo simultaneamente «um excelente veículo para a nossa cultura».

Explicando as razões que levaram ao empenhamento do Conselho da Comunidade, o orador salientou não ser possível «aceitar, sem reagir, que as autoridades tenham silenciado as rádios existentes e tenham apenas concedido 12 horas de frequência a uma nova rádio, quando há comunidades muito mais pequenas que dispõem de várias frequências».

Para os nossos compatriotas a viver na região de Paris a situação torna-se mais chocante se se atender ao facto do governo francês estar a fazer diligências para a criação de duas rádios francesas no nosso País.

Apoiando esta luta, os membros que integraram a lista CDU para as últimas eleições distribuíram igualmente no decorrer desta jornada um comunicado em que afirmam que em «Portugal como na emigração, é através do exercício da democracia que poderemos modificar situações tão injustas e abrir perspectivas para uma vivência mais justa e humana, onde os valores do 25 de Abril se confirmem».

Considerando o silenciamento das rádios «um atentado à dignidade e aos direitos da comunidade», a CDU afirma ainda que a consumar-se um tal acto, isso viria a contrariar afirmações anteriores de «tratamento igual» e constituiria uma «achega às forças fascistas na sua campanha de ódio contra os emigrantes».

Condenadas são ainda a «soberana indiferença» e «submissão» reveladas pelo Governo português em todo este caso e as afirmações públicas do deputado PSD pela emigração, Fernando Figueiredo, deixando entender, refere o comunicado, «que nada haveria a fazer perante aquilo que considerava inevitável e até compreensível».

PROBLEMAS DO MUNDO CONTEMPORÂNEO
edições Avante!
VSEVOLOD KNIGJINSKI
A INTEGRAÇÃO EUROPEIA OCIDENTAL
300 páginas — 750$00

Em defesa de Abril e da Democracia

Pelo significado que adquiriu, o 25 de Abril constitui, na memória colectiva do povo português, uma referência maior. A emancipação política e a dignidade cívica readquirida com a Revolução de Abril de 1974 justificam a larga participação popular de que se têm revestido as comemorações daquela data. Sem prejuízo do júbilo que, neste ano de 1988, a evocação da queda da ditadura continua a suscitar, as preocupações criadas pela direcção política a que o país está sujeito levam a que o próximo 25 de Abril assuma o carácter de uma manifestação a favor do regime democrático.

A democracia, como corpo vivo que é, terá de ser constantemente defendida. A mera observância dos mecanismos democráticos pelos inimigos da democracia pode criar a ilusão de que o sistema não corre perigos. No entanto, quando apenas aparentemente a forma é cumprida e o respectivo espírito ignorado, geram-se as condições para que os valores fundamentais da tolerância para com os adversários e do direito ao diálogo por parte das oposições acabem subvertidas, incluindo mesmo o inquestionável dever ético do poder constituído não altera as regras do jogo, de molde a impedir que o substituam.

Qualquer alteração desta natureza, intentada em benefício próprio, por parte de uma simples maioria conjuntural perverterá irremediavelmente a democracia e abrirá a porta para a sua instrumentalização para fins totalitários.

O comportamento antidialogante e o conjunto de medidas já tomadas ou anunciadas pelo actual Governo causam a maior inquietação pelos riscos que indiciam.

Para os signatários é ponto assente que uma simples maioria governativa não dispõe de legitimidade para alterar os mecanismos configurantes da democracia, nem delimitar o âmbito e a natureza da representação das forças políticas nos órgãos de Estado.

A democracia não é, porém, uma estrutura imutável. Sempre que necessário haverá que encarar os ajustamentos que a vitalizam. Mas para que esses ajustamentos não produzam rupturas impõe-se que assentem em amplos consensos, em claras maiorias qualificadas que respeitem o conteúdo essencial da democracia de Abril. Já assim sucede com os mecanismos e as regras estabelecidas para a revisão constitucional, mas semelhante norma deveria, também, em nome dos princípios mais elementares, inspirar o poder constituído sempre que estivessem em causa deliberações susceptíveis de efectuar a capacidade de intervenção das oposições.

Não é, infelizmente o que se tem vindo a verificar, como consequência da tentação hegemónica de que a actual maioria parece estar possuída como ficou patente na discussão da Lei Orgânica da Assembleia da República, nas ameaças tendentes a silenciar deputados, nas medidas que visam limitar a liberdade de opinião dos responsáveis pelos serviços públicos e as alterações que o Governo pretende introduzir na legislação, afrontando direitos fundamentais dos trabalhadores.

As manifestações populares do 25 de Abril demonstraram, ao longo de anos, que a democracia, tal como se acha constituída, dispõe de um largo apoio decidido a defendê-la de forma activa e participada.

Face aos riscos que pesam sobre o sistema é imprescindível reafirmar, uma vez mais, que a democracia a que o MFA deu origem e que o povo consagrou continua a dispor da confiança dos portugueses e que tal facto não poderá ser ignorado.

Dentro desse espírito e desse objectivo, os signatários apelam à participação de todos os democratas nas manifestações populares programadas para comemorar o próximo dia 25 de Abril, nomeadamente no desfile que, à semelhança dos anos anteriores, se realizará na Avenida da Liberdade.

Defender Abril e a democracia independentemente das opções ideológicas ou alinhamentos políticos, é mais do que nunca um dever patriótico que a todos cabe assumir. A todos caberá fazer desta jornada uma poderosa manifestação de determinação e confiança nos valores da Liberdade e da Democracia de que o país não pode abdicar.

4 de Abril de 1988

Os signatários

Afonso Abrantes, Agostina Almeida, Alberto Andrade, Alberto Antunes, A. Arons de Carvalho, Alberto Martins, Alcina Bastos, Alda Nogueira, Alexandre Castanheira, Alípio de Melo, A. Ferreira Alves, Álvaro Rana, Ana Sara Brito, Ângelo Veloso, Aniceto Afonso, Anselmo Aníbal, António Abreu, A. Almeida Martins, A. Almeida Santos, A. Correia Andrade, A. Ferreira Milheiro, António Feu, António Galhordas, António Landeira, António Linhaça, António Guterres, A. Lopes Cardoso, António Magalhães, António Marques, A. Marques Júnior, António Paulouro, A. dos Santos Gonçalves, António Vitorino, António Sousa Pereira, Aquilino Ribeiro Machado, Armando Castro, Armando Fernandes, Armando Seabra, Artur Baptista, Artur Pita Alves, Artur Rosa, Artur Sentieiro, Aurora Murteira, Avelino Gonçalves, Bacelar Begonha, Baltazar Lourenço, Baptista Bastos, Bártolo P. Campos, Blasco Hugo Fernandes, Bousa Serrano, Carlos A. Inglês, Carlos Beato, Carlos Candal, Carlos Costa, Carlos Crujeira, Carlos Fabião, Carlos Luís Figueira, Carlos Marques, Carlossa Furtado, Carlos Santos, Carolina Mega, Carolina Quina, Carreira Marques, Cesário Borga, Costa Pinheiro, Cristóvão Moreira, Cruz Oliveira, Custódio J.M. Freitas, Daniel Amaral, Daniel Branco, Daniel Rodrigues, Delgado da Fonseca, Dias Lourenço, Dórdio Guimarães, Edgar Correia, Edmundo Pedro, Eduardo Gomes de Abreu, Eduardo Luís Cortes, Eduardo Pires, Emídio Guerreiro, Emídio Martins, Emílio Peres, Eurico Corvacho, Fausto Lucas Martins, Fausto Lima, Feliciano David, Fernanda Lapa, Fernanda Mateus, Fernando Abreu, Fernando Casimiro, Fernando Lopes Graça, Fernando Loureiro, F. Piteira Santos, Fernando Silveira Ramos, Fischer Lopes Pires, Flora Pereira Silva, Florival Lança, Francisco da Costa Gomes, Francisco Louçã, Garrido Borges, Gonçalves da Costa, Gualter Basílio, Guilherme Pinto, Heitor de Sousa, Hélder Madeira, Hélder Pacheco, Helena Bastos, Helena Cidade Moura, Helena Neves, Helena Roseta, Herculano Pombo, Isabel Espada, Isaura Vieira, Ivo Pinho, Jacinto Batista, Jerónimo de Sousa, João Cunha Serra, João Andrade, João Brites, João Cravinho, João Figueiredo, João Hogan, João Lima, João Mota, João Pacheco Gonçalves, João Sarabando, João Seiça Neves, João Silva, João Soares, João Soares Louro, Joaquim Almeida, Joaquim Pilo, Joaquina Silvério, Jorge Lacão, Jorge Reis, Jorge Vieira, José Apolinário, José Carlos Vasconcelos, José Carlos Gonçalves, José Casanova, José Castelobranco, José Castro, José Luís Judas, José Luís Nunes, José Morgado, José Mota, José Neves, José Reis, José Saramago, José Sucena, José Torrão, José Viola, José Vitoriano, Júlio Ribeiro, Kalidás Barreto, Lemos Pinheiro, Levy Batista, Lobato Possante, Louro Coelho, Luís de Azevedo, Luís Carvalho, Luís Catarino, Luís Fazenda, Luís Moita, Liete F. Aguiar, Lima das Neves, Lino Lima, Luís Oliveira Dias, Luís Vilas Boas, Luísa Amorim, Luísa Irene Dias Amado, Madeira Lopes, Manuel Alegre, Manuel A.T. de Morais, Manuel Gusmão, Manuel Lopes, Manuel Maneira, Manuela Cerqueira, Manuela Hartley, Manuela Cunha, Manuela Tavares, Marcelino Vespeira, Maria A. Miguel, Maria António Palla, Maria Carolina Tito de Morais, Maria das Dores Cabrita, Maria Emília de Morais, Maria Eugénia Arnaut Gonçalves, Maria Isabel Pires Lima, Maria José Ribeiro, Maria Letícia Clemente da Silva, Maria Palmira Tito de Morais, Maria Santos, Maria Villaverde Cabral, Mário Aguiar, Mário Araújo, Mário Brandão, Mário Dionísio, Mário Durval, Mário Murteira, Mário Sottomayor Cardia, Mário Tomé, Mendes Batista, Miguel Bastos, Miller Guerra, Moreira de Azevedo, Nápoles Guerra, Natália Correia, Nelson de Matos, Noémia Cruz, Octávio Pato, Oliveira e Silva, Óscar Lopes, Paulo Sousa, Paulo Sucena, Pedro Rodrigues, Pedro Arsénio Nunes, Pedro M. Tito de Morais, Pegado Liz, Peres Fernandes, Pezarat Correia, Porfírio Borges, Porfírio Pires, Pratas Vieira, Rafael Botelho, Ramon La Féria, Rangel de Lima, Raul Castro, Raul Rego, Regina Marques, Rogério Paulo, Rogério Ribeiro, Rosa Coutinho, Rosa Rabiais, Rui Castelhano, Rui Grácio, Rui Vieira, Ruth Arons, Sá Marques, Sanches Osório, Sampaio da Veiga, Sérgio Carvalhão Duarte, Severiano Falcão, Silva Barata, Silvano Ribeiro, Simone Martins, Stela Piteira Santos, Teixeira Gil, Teresa Barata Salgueiro, Teresa Magalhães, Teresa Santa Clara Gomes, Tomás Ferreira, Urbano Tavares Rodrigues, Valente Fernandes, Vasco da Gama Fernandes, Vasco Gonçalves, Viana de Lima, Villa-Lobos, Virgínia Moura, Vítor Alves, Vítor Augusto, Vítor Caio Roque, Vítor Santos

Poder Local

CDU de Gondomar

Mais um recurso

Na sequência das dúvidas surgidas relativamente à obra do «Saneamento de Rio Tinto», para cujo processo foi pedida a intervenção da Alta Autoridade Contra a Corrupção, a CDU tem vindo a debruçar-se sobre outros aspectos do funcionamento dos serviços Municipalizados de Gondomar, em cujo Conselho de Administração se encontra em maioria há cerca de dois meses.

Em comunicado tornado público no passado dia 31 de Março, a CDU/Gondomar toma posição sobre outros problemas entretanto encontrados:

«O conhecimento da transição dos concursos limitados e o relacionamento a ter com os fornecedores de bens e serviços, é outra das linhas de orientação importantes para o tipo de gestão que queremos implementar nos Serviços Municipalizados, com vista a garantir transparência e uma maior eficácia e rentabilidade.

«A análise de alguns dos concursos limitados realizados nos Serviços Municipalizados permitiu-nos apurar que dois funcionários dos SMEAS forneceram, durante os anos de 1986 e 1987, três viaturas aos próprios serviços, através de uma firma — a GONMOTOR — da qual são sócios, detendo um oitenta por cento do capital social e o outro 10 por cento do capital social, com a agravante de este último ser sócio-gerente da firma em questão.

«Tal facto reveste-se da maior gravidade, já que o sócio maioritário daquela firma é o sr. director delegado — o sr. engenheiro Fernando —, que omitiu ao Conselho de Administração o facto de ser sócios da empresa conjuntamente com outro funcionário dos SMEAS».

A CDU — Coligação Democrática Unitária — propôs, e foi aprovado na reunião do Conselho de Administração de 31 de Março, que os processos relativos à compra daquelas viaturas fossem enviados à Alta Autoridade Contra a Corrupção para que proceda a averiguações e tome as medidas tidas por convenientes.

A CDU reafirma que «continuará a não poupar esforços, dentro dos meios e responsabilidades autárquicas que lhe foram confiadas pelo povo do concelho, para apurar, com rigor, problemas e intervir combatendo, sem tréguas, todos aqueles que — nos Serviços Municipalizados, na Câmara ou noutras autarquias do concelho — se aproveitam dos cargos políticos e funções públicas para obter benefícios pessoais ou benefícios para a sua família ou amigos partidários».

A CDU aguarda agora a rápida intervenção da Alta Autoridade Contra a Corrupção em mais este caso. «Infelizmente para o concelho, não vamos certamente poder ficar por aqui», acrescenta-se.

Condeixa-a-Nova

As dívidas

Só agora foi dado conhecimento que a Câmara Municipal de Condeixa-a-Nova tinha uma dívida de 60 323 contos com o ex-Fundo de Fomento de Habitação/Caixa Geral de Depósitos e que o actual responsável pela gestão financeira da Câmara diz apenas ter conhecimento de 14 600 contos, segundo afirma um comunicado da CDU, que prossegue:

«Tal procedimento vem confirmar as nossas posições quando afirmámos que o autoritarismo dos executivos PS/PSD faziam prevalecer contra todos os princípios de transparência e democracia que o exercício do Poder municipal deve ter e que são e serão os princípios orientadores que a CDU sempre propôs.»

Para além desta dívida ao Fundo de Fomento de Habitação, existe ainda outra de 30 081 contos à EDP, não contando ainda com as dívidas correntes do exercício normal do município, que atingem números da ordem dos 39 000 contos, sendo o total das dívidas existentes de aproximadamente 129 000 contos.

«Este exemplo de má gestão da Câmara Municipal acabará sempre por prejudicar as populações», afirma a CDU, que considera ainda que «para pagar dívidas tão elevadas, a Câmara pode ter que pagar na execução de obras fundamentais para o benefício das populações.»

A CDU, já há muito tempo que tinha denunciado situações que considerava gravosas nas gestões dos anteriores executivos municipais, sem que no entanto tivessem sido tomadas medidas para a clarificação destas e doutras situações. Assim, os seus eleitos propuseram na sessão da Assembleia Municipal realizada no dia 30 de Março (e que foi aprovada por unanimidade) uma inspecção administrativa às gestões de 1979 até ao presente através do Ministério da tutela e que visa o apuramento das responsabilidades no respeitante à dívida do Fundo do Fomento de Habitação/Caixa Geral de Depósitos.

Os eleitos da CDU, na Assembleia Municipal, defenderam e propuseram a renegociação a longo prazo das dívidas ao FFH/CGD e EDP, de molde a não asfixiar financeiramente a gestão municipal. «Ao tomarmos esta posição – refere o comunicado – acautelamos os interesses do desenvolvimento do nosso concelho, contrariando outras propostas do PSD, onde de imediato iam ser cortadas à Câmara Municipal, uma grande parte das possibilidades de investimento a curto e a médio prazo».

Internacional

Sara Ocidental

Muito mais que deserto

Para a maioria das pessoas o conhecimento do deserto não passa de algumas imagens vistas nos écrans de cinema, livros ou revistas, fantasiadas ao sabor da imaginação de cada um. Mas como será mesmo viver no deserto? E como será viver exilado do solo pátrio, cidadão de um país militarmente ocupado e dividido, povo feito retaguarda em terra alheia da própria pátria? Como será afinal viver na República Árabe Sarauí Democrática (RASD), doze anos depois da proclamação unilateral da independência do Sara Ocidental pela Frente Polisário?

Jorge Matos, membro do CC do PCP, visitou recentemente a RASD, como o «Avante!» noticiou no seu último número, a convite da Frente Polisário, no âmbito do aprofundamento das relações de amizade e solidariedade entre o PCP e a FP. Uma experiência que vale a pena partilhar com os nossos leitores.

Em primeiro lugar importa lembrar alguns pormenores de carácter histórico: a luta armada para a independência do Sara Ocidental data de há 15 anos, quando o território era ainda uma colónia espanhola. As esperanças de pôr termo à colonização a contento das legítimas aspirações do povo sarauí, quando agonizava já a ditadura franquista, sofreram um rude golpe em 1975, com o Acordo Tripartido de Madrid, através do qual a Espanha repartiu por Marrocos e pela Mauritânia o território ocupado. Enquanto a Mauritânia viria mais tarde a reconhecer a RASD, o regime do rei Hassan II de Marrocos apostava na solução militar e na ocupação de facto do Sara Ocidental, onde mantém cerca de 300 mil efectivos militares e outros tantos civis.

Ao povo sarauí e à Frente Polisário não restava outra alternativa a não ser o prosseguimento da luta armada. A RASD organiza-se do ponto de vista político-administrativo em território argelino, junto à fronteira do Sara, em pleno deserto, enquanto parte substancial do território reivindicado abriga quase exclusivamente os efectivos militares da Polisário.

No início dos anos 80 as tropas marroquinas, com o auxílio dos Estados Unidos e da França, constroem, ao longo de 2400 quilómetros de deserto, muros de defesa com que procuram isolar a Polisário e evitar as suas incursões em profundidade no territóro ocupado por Marrocos. Mas não conseguem derrotar a Polisário. A situação arrasta-se inalterável desde então, numa guerra de desgaste a que o lado marroquino parece cada vez mais sensível.

A Frente Polisário, diz-nos o camarada Jorge Matos, afirma que não há solução militar para este conflito; começaram com um punhado de homens e de camelos, têm hoje um exército moderno e operacional. Embora, por motivos óbvios, não refira o número dos seus efectivos, a Polisário está disposta a aguentar a situação durante o tempo que for necessário. O que não parece tão viável para Marrocos, que gastará cerca de três milhões de dólares por dia para manter a sua frente no Sara Ocidental e se debate cada vez mais com o descontentamento dos militares destacados para o deserto e com o agravamento da situação social interna no país.

A opinião generalizada, sublinha o nosso camarada, é a de que o tempo joga a favor da Frente Polisário e da convicção de que a solução terá de ser política e não militar.

Lembremos, a propósito, que a FP defende a realização de um referendo à população, realizado sob os auspícios da ONU, que tal como a Organização de Unidade Africana reconhece o direito do povo sarauí à autodeterminação e independência. A única condição imposta pela FP é a retirada do Sara Ocidental dos militares e civis marroquinos, que evidentemente não devem interferir na decisão do povo do Sara Ocidental.

RASD – um país adiado

O reconhecimento da RASD por 71 Estados, actualmente, testemunha o esforço diplomático que vem sendo desenvolvido naquele sentido pela Polisário e o apoio internacional crescente a uma solução política do conflito.

Defender cada palmo do terreno e levar a desestabilização para além dos «muros» marroquinos é a função do exército e dos guerrilheiros da Polisário, que ocupa a quase totalidade dos homens sarauís. Na retaguarda, na zona limítrofe argelina, organiza-se a população civil.

Foi no fim da década de 70 — conta Jorge Matos — que se procedeu à organização e reagrupamento da população em acampamentos; vivem aí cerca de 170 mil pessoas, o total da população fixa sob administração da RASD. Os acampamentos funcionam como divisões administrativas (wilaias) e têm os nomes das principais povoações do Sara (Dajla, El Aaiun, Smara e Auserd).

São as mulheres quem asseguram o funcionamento das diversas áreas, da educação à saúde, passando pelas formas de actividade económica. O analfabetismo está praticamente erradicado, o sistema escolar é ministrado até ao nível pré-universitário. No campo da saúde, para além da assistência e cuidados hospitalares, visa a prevenção da doença, tendo sido eliminadas quase totalmente as epidemias; a mortalidade infantil é actualmente muito baixa e a assistência materno-infantil uma das primeiras preocupações da RASD.

Embora a actividade económica seja diminuta, estimula-se a preservação do artesanato tradicional, a par da preparação profissional e do desenvolvimento de algumas experiências-piloto, como é o caso de um complexo agro-avícola. Não circula moeda. É o governo quem assegura a distribuição dos principais bens pela população.

A administração é exercida por conselhos e outros órgãos colectivos eleitos pela população, a par da direcção da Polisário.

Não é ainda a forma de vida sonhada pelo povo sarauí, mas é certamente muito mais do que uma miragem do deserto. É a aposta de um povo no direito de viver em paz na sua pátria e que se prepara para o futuro formando os que amanhã serão de pleno direito os habitantes do Sara Ocidental.

O interesse pelo Sara

O interesse de Marrocos e dos seus aliados pelo Sara Ocidental não tem que ver apenas com expansionismo territorial e pretensões hegemónicas.

Acontece que o Sara tem uma localização estratégica importante, enquanto parte mais ocidental de África e entrada para o Mediterrâneo. Uma região particularmente sensível para os interesses da NATO e do imperialismo norte-americano, que encontram nos regimes mais conservadores e reaccionários da zona os seus principais aliados.

Acresce que o Sara Ocidental é particularmente rico em fosfatos e outros minérios, para além da enorme riqueza pesqueira das suas costas.

As posições progressistas da Frente Polisário e o seu assumido não-alinhamento tornam-na num aliado pouco aceitável para o imperialismo, que não se poupa a esforços para moldar o mundo segundo os seus interesses. Marrocos é, neste contexto, um parceiro muito mais maleável.

Por isso mesmo a comunidade internacional tem um importante papel a desempenhar na resolução do conflito do Sara Ocidental. Incluindo Portugal, que através da sua participação na CEE, tem vindo com outros países da Comunidade a ser alvo das tentativas marroquinas de envolvimento na questão, designadamente através de convites para a exploração conjunta das riquezas minerais do Sara. Uma forma encoberta de obter o reconhecimento da ocupação territorial.

O recente acordo sobre pescas entre Marrocos e a CEE aponta nesse sentido, embora diversos países da Comunidade tenham a preocupação de se distanciar politicamente do conflito, em particular nas posições assumidas no Parlamento Europeu a favor da Frente Polisário e do reconhecimento da RASD.

Como em tantas outras questões, a posição de Portugal sobre o assunto é bastante dúbia. No mínimo, as autoridades portuguesas, enquanto responsáveis de um país membro da ONU, deveriam contribuir para a resolução pacífica do conflito do Sara Ocidental, no reconhecimento do direito do povo saraui à autodeterminação e independência, como consagra a própria Constituição da República Portuguesa.

Internacional

Tratado de Varsóvia, novas propostas

Corrida aos armamentos não pode passar

O Comité dos Ministros dos Negócios Estrangeiros do Tratado de Varsóvia aprovou, em reunião realizada nos últimos dias de Março, uma proposta dirigida à NATO no sentido de as duas Alianças trocarem dados sobre o equilíbrio convencional na Europa.

A proposta agora formulada, que retoma uma outra feita pelo ministro da Defesa da URSS, general Dmitri Iazov, no encontro havido em Berna, com o seu homólogo Frank Carlucci, prevê num prazo não definido, mas próximo, a troca de dados a divulgar depois publicamente sobre a estrutura, poderio, armamento e estacionamento de todos os Exércitos e armas convencionais na Europa, do Atlântico aos Urais, por regiões e países.

Esta iniciativa insere-se no Apelo aos ministros a que se iniciem o mais rapidamente possível conversações entre os dois blocos político-militares sobre a **redução de forças armadas e armamentos convencionais na Europa**, actualmente alvo de consultas em Viena.

***Em Warren, na RDA,** a retirada do último míssil soviético, antes mesmo da ratificação do acordo da cimeira de Washington*

O Tratado de Varsóvia pretende ainda entabular conversações com vista a **acabar com as armas nucleares tácticas** e que sejam tomadas **medidas de confiança e segurança nas águas adjacentes à Europa**, bem como o seu alargamento às **forças navais e aéreas** dos dois blocos, no próximo encontro sobre o reforço de medidas de confiança e cooperação na Europa.

Pontos sensíveis

O Tratado de Varsóvia toca assim nos pontos mais sensíveis dos projectos da NATO para prosseguir de facto com a corrida aos armamentos na Europa.

Assim, não é por acaso, que após tantos «alertas» quanto ao «perigo» que a Europa da NATO iria correr com a liquidação dos euromísseis (!), por força da «superioridade» em armas convencionais do Tratado de Varsóvia – os EUA começaram já por recusar, numa primeira abordagem, a divulgação pública dos dados objectivos. Enquanto a cimeira da NATO havia feito absurdas propostas de desarmamento unilateral dos países do Tratado de Varsóvia, quanto a armas convencionais.

Também no domínio das armas de estacionamento marítimo, sobram projectos da NATO para aí reforçar o armamento.

Segundo Dan Plehs (The British American Security Information Council) os Estados Unidos e a NATO preparam-se para introduzir em meados da década de 90, 1300 mísseis de cruzeiro lançados de bombardeiros assim como 380 mísseis, de um alcance de 2500 quilómetros, com base em navios de guerra e submarinos.

Relembremos que o tratado de Washington que respeita à liquidação de mísseis nucleares de um raio de acção entre 500 e 5000 quilómetros, só prevê o desmantelamento dos mísseis baseados em terra.

Ou seja, a NATO tenta fazer passar a escalada armamentista por todas as fissuras de um tratado de desarmamento.

Projecta-se, por outro lado, apostar na modernização das armas nucleares tácticas (daí a recusa das propostas dos países socialisas no sentido da sua liquidação). Este processo de modernização havia sido decidido em 27 de Outubro de 1983 pelo grupo de planeamento nuclear da NATO, em Montebello, no Canadá. O «Plano de Montebello» previa nomeadamente a introdução de projécteis de «radiação reforçada» (bombas de neutrões).

Estes alguns dos projectos da NATO tendentes a anular na prática as consequências do primeiro passo rumo ao desarmamento dado na cimeira de Washington.

Mas uma coisa são os projectos belicistas. Outra, diversa, a sua concretização num momento histórico em que a dinâmica do desanuviamento, por caminhos sinuosos embora, ganha significativas dimensões e impulso.

Os obstáculos

Na própria cimeira da NATO que se seguiu ao tratado para a liquidação de mísseis de médio e mais curto alcance na Europa, nem tudo foram consonâncias.

As resistências vêm nomeadamente da RFA, país que está na «fronteira» da NATO, e onde se desenvolve um forte movimento pacifista. Há apenas alguns dias centenas de milhar de pessoas participaram, uma vez mais, nas marchas da Páscoa, pela Paz.

Certamente, e ao mesmo nível do governo oeste-alemão, há posições em defesa de negociações para a limitação dos mísseis de curto alcance, contra a aplicação imediata dos acordos de modernização nuclear de 1983 (Montebello), de desacordo em relação à produção de armas químicas binárias, e pelo respeito do tratado ABM (mísseis antibalísticos).

Significativas são também posições como a assumida, por exemplo, por Paul Nitze, conselheiro do presidente e do secretário de Estado norte-americano para as conversações sobre a redução dos armamentos, ao rejeitar a afirmação de vários políticos norte-americanos (e da Europa da NATO), de que a eliminação dos mísseis de médio e mais curto alcance na Europa imporia a necessidade de modernizar as forças convencionais da NATO. Nitze afirma que, na sua opinião, o tratado, uma vez implementado, «melhorará o equilíbrio militar geral entre o Pacto de Varsóvia e o Ocidente. Por isso não acredito que a necessidade de modernizar as forças convencionais teria aumentado».

***Míssil lançado de um submarino.** Um dos domínios em que a NATO intenta prosseguir a corrida aos armamentos*

Estas diferentes posições – factor que importa naturalmente ter presente – reflectem, nalguns casos a consciência de que não há caminho de regresso de catástrofe nuclear, consciência que também ela se interliga à grande ofensiva de paz do socialismo e ao movimento de massas pela paz, nomeadamente em países da Europa capitalista, da nossa vizinha Espanha à Grécia mediterrânica.

Para nós, aqui em Portugal, importa antes do mais ter presente que o Governo português alinha com as mais retrógradas posições no seio da NATO. Importa não esquecer recentes afirmações de Cavaco como: «se, os aliados de Portugal, solicitassem o estacionamento no seu território de material nuclear, designadamente no âmbito de um programa de dissuasão, o Governo estudaria seriamente o problema».

Paralelos

No dia 25 de Fevereiro, em Waren e Bischofswerdal, na RDA, iniciou-se a retirada de tropas soviéticas, equipamentos e materiais pertencentes às unidades das forças armadas soviéticas dotadas com mísseis táctico-operativos do tipo OTR-22 (os SS-12).

Em fins de Março, partia de território da RDA o último comboio militar soviético. O mesmo processo se registou paralelamente na República Socialista da Checoslováquia.

Com a retirada destes mísseis, em concordância com a RDA e a Checoslováquia, a URSS cumpriu uma determinação do acordo de Washington, ainda **antes da sua ratificação**.

Logo nos dias imediatos à despedida dos soldados soviéticos, centenas de trabalhadores da cidade de Waren e efectivos do Exército, concentraram-se junto às instalações onde antes se encontravam estacionados os SS-12, para assistirem à sua entrega simbólica aos sindicatos.

As antigas instalações militares vão ser reconvertidas num centro de repouso para trabalhadores, oferecido pelo governo da RDA aos sindicatos.

Os comboios carregados com os SS-12 e SS-23, retirados dos territórios da RDA e da Checoslováquia, dirigiram-se entretanto para o local de desmantelamento de todos os mísseis soviéticos de curto alcance – a povoação de Saryozek, no Cazaquistão, a 200 quilómetros ao Norte de Alma-Ata. Aí ficarão armazenados até ao momento do seu desmantelamento, após a ratificação e entrada em vigor do tratado de eliminação dos mísseis de médio e mais curto alcance.

Entretanto na URSS procede-se à **reconversão das fábricas que até à data produziam os SS-20**, que igualmente deverão ser destruídos. Nos primeiros dias de Março, o Soviete Supremo da URSS anunciava que essas fábricas deverão passar a fabricar carrinhos de bebé, bicicletas, máquinas de lavar roupa e frigoríficos. Esta produção (que além do mais permite manter os trabalhadores activos na mesma empresa) já começou por exemplo na fábrica de Votkinsk (em Cudmourtie, no Centro-Oeste da URSS), como informou o secretário dos sindicatos dos trabalhadores da indústria de armamento.

Estes, alguns passos concretos por parte da União Soviética, no cumprimento (antecipado) dos acordos de Washington.

E do outro lado?

Enquanto os comboios militares soviéticos transportavam os mísseis para Sayozek, nos EUA, Robert Barker, assistente do secretário da Defesa para a energia atómica, afirmava, pela primeira vez oficialmente, os planos do Pentágono de utilizar ogivas nucleares dos mísseis de médio alcance para o equipamento de sistemas de armamento não abrangidos pelo tratado soviético-norte-americano de eliminação de mísseis.

Recorde-se que o protocolo do Tratado assinado em Washington estipula que «juntamente com os mísseis, são destruídas as correspondentes ogivas nucleares, inclusive as 72 ogivas nucleares norte-americanas destinadas aos mísseis oeste-alemães Pershing-1A».

Ao usar da palavra nas audiências no Comité para os assuntos das Forças Armadas da Câmara dos Representantes, Barker destacou o desejo do Pentágono de «manter as citadas ogivas no estado em que estão, não desmanteladas».

Entretanto, especialistas norte-americanos assinalaram que as ogivas «W-84», de que estão dotados os mísseis de cruzeiro de estacionamento terrestre instalados na Europa Ocidental, podem ser montadas nos seus equivalentes de estacionamento marítimo (não abrangidos pelo tratado soviético-americano) que os EUA já possuem ou tencionam produzir. Os EUA têm 300 ogivas deste tipo.

O jornal «Washington Times», citando fontes do Senado, acrescenta que as ogivas dos mísseis «Pershing-2» podem ser instaladas no novo sistema de armamentos com o qual a administração tenciona substituir os mísseis tácticos «Lance».

Comentários, para quê? Os factos falam por si!

Zonas desnuclearizadas
Apelo de Berlim

Berlim, capital da RDA, vai ser centro de um Encontro Internacional para a Criação de Zonas Livres de Armas Nucleares, a realizar de 20 a 22 de Junho.

O objectivo do Encontro será o de fazer avançar o diálogo e a acção comum das mais diferentes forças da paz que se empenhem na criação de zonas desnuclearizadas nas respectivas regiões. Pretende-se que venha a englobar representantes de Estados, parlamentos, partidos e dos mais diversos movimentos sociais, igrejas e comunidades religiosas.

A realização deste encontro havia sido proposta por Erich Honecker, secretário-geral do Comité Central do PSUA e presidente do Conselho de Estado da RDA, quando do 70.º aniversário da Revolução de Outubro.

O Comité Nacional Preparatório lançou agora um Apelo, em que se sublinha a satisfação e o optimismo com que foi acolhido «o início do desarmamento nuclear que se tornou possível graças à assinatura do Acordo soviético-americano sobre a eliminação dos mísseis nucleares de médio e mais curto raio de acção».

Para afirmar: «Os povos do mundo querem que sejam dados mais passos rumo ao desarmamento nuclear porque o perigo de um inferno atómico ainda não está banido. Devem ser trilhados quaisquer caminhos que conduzam a um mundo pacífico, livre de armas nucleares. Esta vertente inclui a criação de regiões, zonas e corredores livres de armas nucleares. A existência de zonas livres de armas nucleares na América Latina e no Pacífico-Sul já deu boas provas. Por todo o lado, no Norte e no Sul, no Leste e no Oeste, a ideia de criação de zonas livres de armas nucleares adquire uma maior atractividade».

Internacional

Afeganistão

Chevardnadze em Cabul
Retirar tropas e reforçar cooperação

Najibullah, presidente do Afeganistão, e Eduard Chevardnadze, ministro soviético dos Negócios Estrangeiros, reafirmaram, após as conversações havidas em Cabul, a intenção de cumprir o programa de acções contido nas declarações soviética e afegã de 8 de Fevereiro, «independentemente da situação que finalmente se venha a criar nas conversações afegano-paquistanesas de Genebra».
Nas declarações de 8 de Fevereiro, de Najibullah e de Gorbatchov, fora anunciado que se fosse concluído um acordo de regularização da situação em torno do Afeganistão até 15 de Março, no âmbito das conversações indirectas afegano-paquistanesas de Genebra, as tropas soviéticas iniciariam a retirada do Afeganistão a partir de 1 de Maio próximo.

Entretanto não só essas conversações não se concluíram como se encontram num impasse.

Nestas circunstâncias, nas conversações de Cabul, os representantes do Afeganistão e da URSS concluíram que «se o processo de Genebra não levar à assinatura dos respectivos acordos, a URSS e o Afeganistão serão obrigados a actuar com base nos seus interesses nacionais».

Com esta tomada de posição soviético-afegã, ficam a boiar no vazio, obstáculos sucessivamente lançados pelos governos do Paquistão e dos Estados Unidos. O Paquistão levantando exigências de criação de um novo governo afegão, numa óbvia tentativa de ingerência nas questões internas do Afeganistão. Washington a exigir uma «simetria» no referente aos fornecimentos de armas pela União Soviética e os Estados Unidos (ao governo afegão, a URSS; e aos bandos terroristas, os EUA), propondo estabelecer uma «moratória» de tais fornecimentos, exigência classificada por Chevardnadze como uma tentativa de directa ingerência nas relações entre dois Estados soberanos.

A decisão agora assumida por Cabul e Moscovo, não é passo fácil para esse objectivo comum dos dois povos — a paz.

Tanto mais que grupos contra-revolucionários afegãos estão a receber mísseis «Tow» e canhões anti-tanque no quadro de um programa secreto norte-americano, conforme é referido pelo «Washington Post», que afirma também que a administração norte-americana decidiu enviar adicionalmente às forças antigovernamentais afegãs armas no valor de 300 milhões de dólares.

Um complexo quadro político

Uma realidade tem entretanto que ser avaliada num mais vasto enquadramento. Abdul Wakil, ministro afegão dos Negócios Estrangeiros, disse recentemente em Genebra, que a política de reconciliação nacional adoptada pelo governo afegão tem levantado reacções favoráveis mesmo entre os grupos de oposição armada. Cresce o número desses grupos que renuncia à luta armada, embora nem sempre passem para o lado do governo de Cabul. Mesmo a aliança dos «Sete de Peshawar», conhecido como elo forte da contra-revolução, esteve à beira da desintegração.

Num balanço muito geral dos frutos palpáveis de um ano da política de reconciliação nacional, salienta-se o regresso de mais de 116 000 refugiados, 40 000 membros de grupos armados depuseram armas e integraram-se no processo, 114 000 assinaram protocolos de cessar-fogo e 30 000 aldeias proclamaram-se «zonas de paz».

Neste momento (de 5 a 14 de Abril) decorrem por todo o país eleições para o Conselho Nacional (Parlamento) do Afeganistão.

Nas eleições — por voto secreto e directo — integradas na política de reconciliação, está garantido, nas palavras de Najibullah, o direito de voto da oposição e dos chefes e membros dos grupos armados.

A oposição controla 54 dos 229 distritos territoriais onde se registam eleições para a «Volosi Jirgah» (Assembleia Popular que constitui uma das câmaras do Conselho Nacional) e 18 dos 62 distritos onde haverá eleições para o Senado.

A oposição tem ainda o direito de apresentar candidaturas dos seus partidos em todos os distritos eleitorais, incluindo os controlados pelo Estado. De acordo com a Constituição afegã, 25% dos lugares do Senado são reservados à oposição.

Tal o complexo quadro da realidade sociopolítica do Afeganistão, um país que quando da revolução de 78 vivia em pleno domínio feudal.

Cooperação

Najibullah e Chevardnadze, reunidos em Cabul, não debateram apenas questões político-militares.

Nas conversações foi também passado em revista o ponto actual das relações bilaterais e abordadas novas formas de contactos económico-comerciais e culturais.

Foi particularmente sublinhado que o estabelecimento de contactos directos entre Repúblicas, regiões e cidades soviéticas e as províncias afegãs, alargou a área de cooperação e proporciona resultados positivos.

Soviéticos e afegãos consideraram necessário aperfeiçoar os laços directos, criando empresas mistas, bem como desenvolver as infraestruturas sociais das províncias afegãs. Foram ainda acordadas medidas com vista a estimular o comércio e a aumentar a cooperação entre organizações soviéticas e o capital privado afegão.

A URSS comprometeu-se a examinar a questão da criação de um centro científico no Afeganistão e a concretização de projectos científicos e culturais.

Esta intensa cooperação não é um elemento novo. As maiores empresas do Afeganistão foram construídas com assistência da URSS, proporcionando 60 por cento de toda a produção industrial do país e 75 por cento da produção do sector estatal.

Novas — ou melhor dizendo, muito recentes — são as formas que a cooperação vem hoje a assumir, e que no fundo se destinam a mais amplamente corresponder, não apenas às necessidades globais de desenvolvimento económico, mas às necessidades concretas imediatas, nomeadamente sociais e culturais, das populações rurais, maioritárias e carentes de tudo. Os contactos directos destinam-se exactamente — e já com boas provas dadas — a corresponder a essas necessidades, para que cooperação e desenvolvimento se afirmem como uma realidade em todo o país, também obstáculo não negligenciável aos que continuam a apostar no arrastamento da guerra.

Conversações entre o Afeganistão e o Paquistão, *sob a égide do negociador da ONU, Diego Cordovez. O Paquistão tem vindo a renovar obstáculos a um entendimento*

Desemprego em Itália

O desemprego atingiu, em Janeiro passado, 2 milhões 945 mil italianos. Segundo os dados divulgados pelo Instituto Central de Estatísticas de Itália, o desemprego atinge 12,4% da população activa (e são os números oficiais!), o que, de acordo com os comentários da imprensa, é um recorde na história do país.

Ainda de acordo com as estatísticas, 70 por cento dos desempregados são jovens entre os 14 e os 19 anos, e 1,4 milhões de jovens procuram o primeiro emprego.

Grã-Bretanha e Coreia do Sul «projectos militares conjuntos»

A Grã-Bretanha aceitou oficialmente a proposta de cooperação com a ditadura sul-coreana em «projectos militares conjuntos», segundo informa o jornal «Daily Telegraph».

O chefe do departamento de guerra britânico tentou garantir à imprensa que «a sua missão não tinha como objectivo vender armas». Mas entretanto, segundo dados citados pelo «Daily Telegraph», as propostas sul-coreanas na área militar permitiriam aumentar num ano as remessas militares britânicas para a Coreia do Sul em dois mil por cento.

Uma firma inglesa concluiu recentemente um contrato com Seul sobre a venda de armas no valor de 9 milhões de libras esterlinas.

E nem só da Grã-Bretanha se trata. Os produtores oeste-europeus de armas, tendo em conta o enorme orçamento militar da Coreia do Sul e a sua política militarista, estão a centrar as suas atenções em Seul. Algumas das principais companhias da Europa Ocidental, especializadas na produção de armas, começaram a enviar para Seul representantes permanentes.

Tudo isto se passa num momento em que a repressão do movimento popular, nomeadamente estudantil, novamente se intensifica. e a Coreia do Sul recusa quaisquer proposta da República Democrática Popular da Coreia, para lançar as bases de um clima de paz.

Um pequeno exemplo de a quem interessa o estimular dos conflitos armados.

Conferência internacional sobre conflitos regionais

Representantes das forças sociais de meia centena de países e movimentos internacionais, realizaram em Cabul, capital do Afeganistão, uma conferência para debater as vias conducentes à regularização dos conflitos regionais em vários pontos do planeta.

Promovido por iniciativa conjunta da OSPAA (Organização de Solidariedade dos Povos da Ásia e da África) e da Organização de Paz do Afeganistão, este Forum da comunidade asiática e africana foi aberto por Sultan Ali Keshtmand, primeiro-ministro da República do Afeganistão.

EUA, acidentes em centrais atómicas

Um relatório da organização social norte-americana «massa crítica» revela que nas 105 centrais atómicas dos EUA foram registados em 1987 cerca de três mil acidentes.

Foi há 9 anos que na central atómica de «Three Mile Island», no Estado da Pensylvania, se verificou o acidente mais grave na história da energética nuclear norte-americana.

Segundo os autores do relatório, em vários casos, a comissão governamental para o regulamento nuclear, encarregada de controlar a construção e a exploração das centrais atómicas, emitiu licenças para a construção de centrais atómicas quando não estavam ainda resolvidos todos os problemas de ordem técnica, pelo que tais decisões foram tomadas no interesse dos proprietários das centrais, com sacrifício da segurança e saúde dos cidadãos.

Greve em Taiwan

Milhares de trabalhadores de Taiwan participaram em greves descontínuas como forma de protesto contra a redução dos prémios tradicionalmente concedidos pelo ano novo. Entre as empresas atingidas pelo movimento de protesto (a primeira greve aqui realizada, de há 40 anos para cá), contam-se a Ford Liu Ho e Yue Loong (automóveis), Far Eastern (têxteis), Ta-Tung (electrónica).

O patronato invocou, como pretexto para a redução dos prémios, que os seus lucros teriam ficado reduzidos com a valorização brusca do dólar em Taiwan.

Manifestações estudantis na Coreia do Sul

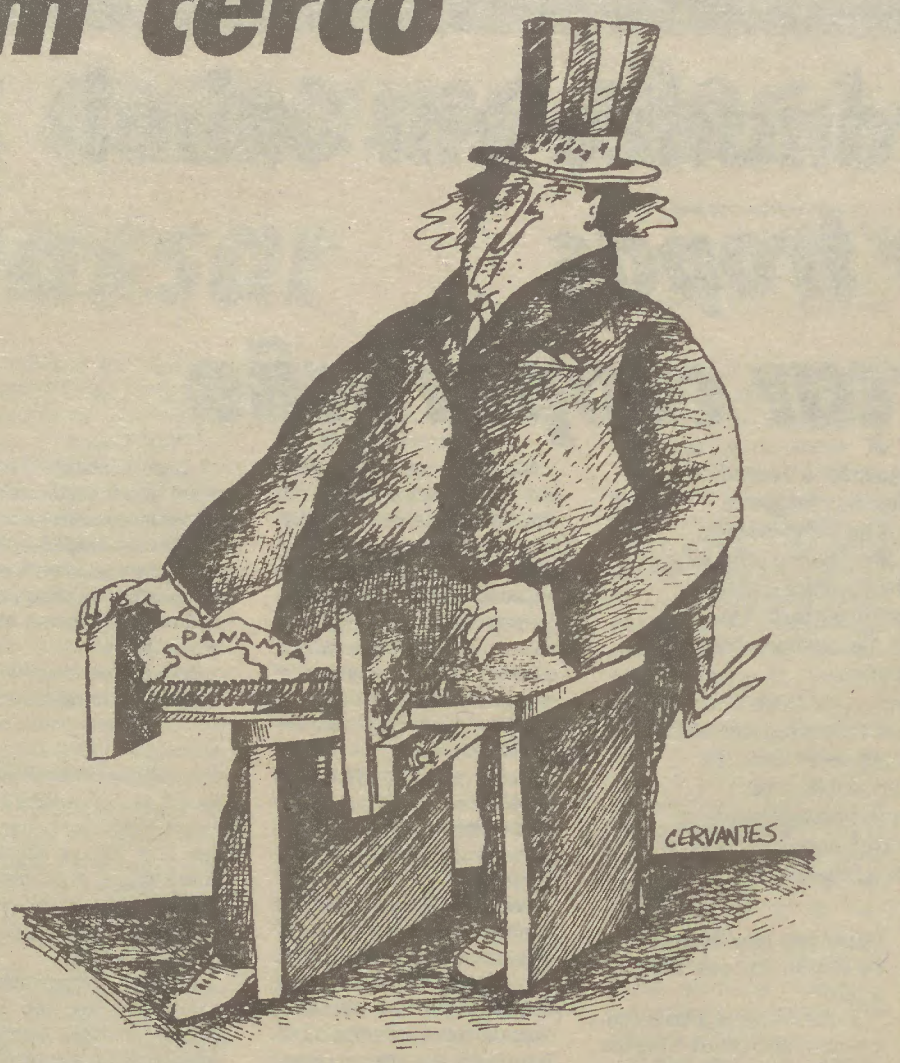
Centenas de polícias sul-coreanos de unidades especiais impediram estudantes das cidades universitárias de «Sung Kyun Kwon» e «Konkuk» de se manifestarem contra o governo e sairem para as ruas de Seul.

Sete dirigentes estudantis foram detidos, entretanto, na Universidade de «Kensan» em Chinju, no Sul do país, onde ocorrem protestos estudantis contra a violência policial. Nos confrontos da polícia com os manifestantes, que duraram quase três horas, pelo menos 18 pessoas ficaram feridas.

Internacional

EUA apertam cerco ao Panamá

«Reafirmamos o direito soberano de todas as nações a escolher o seu próprio destino político, social e económico em paz e liberdade. Exigimos aos Estados Unidos a revogação imediata das medidas coercivas adoptadas contra o Panamá» — esta a posição adoptada recentemente em Caracas, na Venezuela, pelos 26 países membros do Sistema Económico Latino-Americano (SELA), num momento em que se agrava a tensão no Panamá com o aumento dos efectivos militares norte-americanos na zona do Canal.



A manifestação de solidariedade dos membros do SELA vem juntar-se à expressa por mais de 50 dirigentes de movimentos e partidos progressistas de 27 países latino-americanos, expressamente reunidos para o efeito em 25 e 26 de Março na capital panamiana, bem como pela Comissão venezuelana do Tribunal Anti-Imperialista da América Latina, entre outros.

O escasso acolhimento dado pelos grandes meios de informação àquelas manifestações revela até que ponto a campanha desenvolvida contra o Panamá encontra eco além-fronteiras. O que se torna ainda mais notório se se comparar tal silenciamento com a profusão de notícias sobre o pretenso envolvimento do general Noriega no tráfico de drogas e a naturalidade com que se anunciam as ameaças e provocações militares dos EUA ao Panamá.

Citam-se, sem quaisquer comentários, declarações de responsáveis norte-americanos afirmando que «a paciência dos EUA está a chegar ao fim»; reproduzem-se, sem uma nota crítica, as exigências dos EUA para a substituição e agastamento do general Noriega; dá-se cobertura a todas as acusações norte-americanas, como a recente pretensa tentativa de «desviar» o carro do seu embaixador no Panamá, «testemunhada» com inócuas imagens de rua.

A notícia da chegada do porta-helicópteros «Okinawa» a águas territoriais panamianas, próximo da base naval dos EUA «Rodman», levando a bordo uma unidade de fuzileiros navais, é divulgada sem referir que Washington nem sequer se deu ao trabalho de comunicar às autoridades panamianas a chegada do navio.

A decisão da administração Reagan de enviar para o Panamá mais 1300 soldados (elevando assim para 12 mil o número dos seus efectivos militares naquele país), é difundida como fazendo parte da «protecção» norte-americana e não como mais um passo da guerra não declarada da Casa Branca contra um país independente.

É evidente que nada disto sucede por acaso, nem é ingénuo o papel da imprensa em todo este processo. Trata-se de instilar na opinião pública a ideia não apenas da inevitabilidade mas sobretudo da legitimidade norte-americana de intervir política e militarmente onde considere os seus interesses ameaçados.

Um exemplo à americana

Em Portugal, a generalidade da imprensa, com particular destaque para a RTP, funciona como verdadeira correia de transmissão da Casa Branca, ocultando da opinião pública as questões de fundo que estão subjacentes a toda esta situação: a forte presença militar dos EUA no país e o domínio do Canal.

As 14 bases militares norte-americanas no Panamá, com os seus mais de 10 mil homens, dão corpo ao Comando Sul do Pentágono, definido como o «cérebro electrónico da defesa dos EUA», ponta-de-lança para o domínio e intervenção na América Latina.

O controlo do Canal, cuja administração deverá a partir de 1990 ser maioritariamente assegurada pelas autoridades panamianas, fazendo a transição da soberania total do mesmo para o Panamá até ao ano 2000, sendo um objectivo económico é antes do mais um objectivo estratégico.

Que os EUA não querem perder. Daí todas as manobras para garantir no poder panamiano forças favoráveis à continuação da presença norte-americana no país, esgotadas as tentativas de conseguir o apoio do general Noriega, enquanto comandante-chefe das Forças de Defesa, para a alteração dos tratados Torrijos-Carter, assinado em 1977, sobre o Canal.

Sintomático, por exemplo, que o ex-presidente Del Valle tenha tentado destituir o general Noriega (através de uma comunicação gravada para a Rádio e a Televisão na sede da Nunciatura Apostólica), uma semana depois de se ter encontrado em Miami com o subsecretário de Estado norte-americano, Elliot Abrams.

Sintomático também que Del Valle, destituído pela Assembleia Legislativa reunida de urgência após a comunicação que colheu o país de surpresa, se tenha escondido com o apoio de Washington através do seu embaixador Arthur Davis, recorrendo à subserviência aos EUA para lançar o país na sua mais grave crise económica e social.

Esclarecedor ainda é o facto da própria cadeia de televisão americana CBS e diversos jornais dos EUA noticiarem a existência de planos de agressão militar ao Panamá que estão a ser discutidos ao mais alto nível em Washington, enquanto outras fontes falam do «desagrado» da Casa Branca face aos esforços latino-americanos para encontrar uma resolução pacífica para a situação no Panamá.

As tentativas de criar um pretexto para a intervenção militar no Panamá são cada vez mais sérias. E as suas consequências imprevisíveis. Washington pretende, com este caso, dar o «exemplo» a outros países onde os acordos sobre bases militares estão igualmente a aproximar-se do fim. É o caso das Filipinas, cujo acordo expira em 1991.

As revelações feitas recentemente pela revista americana «Covert Action» sobre a participação da CIA no golpe de Estado do coronel Sitivani Rabuka, nas Fidji, em 14 de Maio do ano passado, apontam igualmente nesse sentido. Segundo a revista, **o governo dos EUA achou que a posição antinuclear das Fidji ameaçava a sua influência na região, dado que o governo derrubado de Bavadra se tinha pronunciado pela proibição total das armas nucleares.**

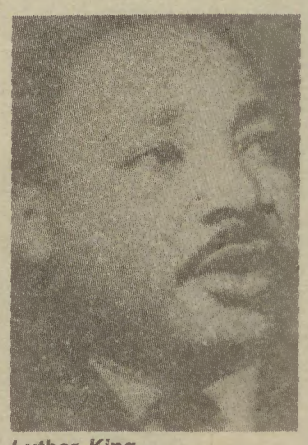
O que se está a passar no Panamá não é muito diferente. E na impossibilidade de conseguir fomentar um golpe de Estado os EUA não descartam a possibilidade de intervenção directa. O aumento de efectivos militares no Canal, sendo uma manobra de intimidação, não deixa margem para dúvidas. A força das armas continua a ser o argumento preferido da Casa Branca.

Lembrar Luther King

O 20.º aniversário da morte de Martin Luther King, eminente defensor dos direitos cívicos dos negros norte-americanos, foi assinalado na passada segunda-feira, dia 4 de Abril, com diversas iniciativas lembrando o seu importante papel na história dos Estados Unidos.

O assassinato de Luther King, que comoveu o mundo e abalou a América, culminou um intenso processo em que se defrontaram as forças mais conservadoras norte-americanas e os defensores da eliminação das discriminações raciais. Como escreve a propósito a revista americana «Harpers», lembrando a efeméride «... o mais terrível de tudo foi não se poder ficar surpreendido, quando chegou a notícia do assassínio de King. Talvez por todos estarmos precisamente à espera disso, não foi inesperado! O ódio atingiu proporções terríveis, apoderando-se do país».

Mas a morte de Luther King não foi em vão. Pregando a não-violência desde o momento em que se juntou à luta contra a discriminação racial, o dirigente negro conseguiu mobilizar milhares de norte-americanos, provocar uma mudança de mentalidades e forçar a aprovação da lei dos direitos civis enviada pelo presidente Kennedy ao Congresso mas congelada por parlamentares racistas.


Luther King

O auge do movimento nacional dirigido por Luther King registou-se precisamente em Agosto de 1963 quando, por sua iniciativa, cerca de 250 mil pessoas, brancos e negros, marcharam para a capital norte-americana num protesto pacífico contra o congelamento da referida legislação.

Em 1964, Luther King recebeu o Prémio da Paz. É cobardemente assassinado em 4 de Abril de 1968.

Em 1986, após dezasseis anos de protelamentos nos labirintos jurídicos do Congresso, foi finalmente aprovado o projecto-lei que consagra como feriado nacional o dia 20 de Janeiro, data do nascimento de Luther King. Uma homenagem póstuma prestada pelos EUA apenas a mais dois outros heróis nacionais, os presidentes George Washington e Abraham Lincoln.

Mas a melhor forma de homenagear Luther King é a continuidade da sua luta. A aprovação de disposições legais contra a segregação racial não significou o fim do racismo nos Estados Unidos. Na actualidade, entre muitos outros exemplos, pode referir-se a forma como é comentada a candidatura de Jessie Jackson às primárias do Partido Democrata para a presidência dos EUA: muitos votos mas poucas possibilidades de vitória. A explicação fica sempre incompleta. Há um certo pudor em reconhecer que tal se deve ao facto de Jackson ser negro.

Na sociedade norte-americana, a igualdade de direitos, na prática, ainda passa pela cor da pele.

AVANTE! Proletários de todos os países uni-vos!

«A comemoração do Dia do Estudante marcada para 14 e 15 de Março decorreu num ambiente de grande entusiasmo e veio mostrar que os estudantes de Lisboa estão de novo na vanguarda da luta do povo português.

A comemoração deste ano caracterizou-se por uma série de lutas e manifestações de rua que começaram no dia 9 após a prisão de uma jovem estudante, para cuja libertação se fizeram várias concentrações e manifestações em que participaram milhares de estudantes que se dirigiram à polícia para impôr a libertação da sua camarada.

No dia 14 mais de mil estudantes reunidos junto do Instituto Superior Técnico gritavam "Universidade Livre", "Liberdade", empunhavam cartazes onde se lia "Unidos venceremos", "Autonomia para a Universidade". Apesar da repressão ter caído brutalmente sobre eles, não impediu que desfilassem até à Cidade Universitária, que estava cercada de cordões da polícia. Sem se amedrontarem, milhares de estudantes realizaram um grandioso comício onde foi resolvido continuar a luta.

No dia 15, de novo, milhares de estudantes se encontraram na Cidade Universitária, donde partiram em desfile para o centro da cidade. No caminho foram ferozmente atacados por destacamentos da polícia que não conseguiram, no entanto, fazê-los dispersar, apesar de muitos terem ficado feridos. Aos estudantes juntou-se muito povo e, na Praça do Chile, a polícia já era impotente para conter a multidão, que respondia aos golpes de cassetete com vivas à liberdade e "Abaixo a ditadura".

Quando, mais tarde, os estudantes saíam de dois cinemas da Praça dos Restauradores onde se haviam reunido, a polícia voltou a atacar, tendo ferido várias pessoas e prendido 23 estudantes.

O balanço das comemorações do Dia do Estudante foi altamente positivo e marca o reacender das grandes lutas académicas iniciadas há dois anos.»

(«Milhares de estudantes de novo em luta!» — «Avante!», VI Série, n.º 340, Abril de 1964)

Avante!

«A eleição, por larga maioria, de uma nova direcção para o sindicato dos bancários de Lisboa, é uma vitória digna de menção, na luta que os trabalhadores dos bancos vêm conduzindo contra os magnates da finança e os seus agentes sindicais e corporativos.

Milhares de bancários de Lisboa ganharam a consciência da sua força. Em assembleias gerais que chegaram a reunir 1500 a 2000 participantes, na "Voz do Operário", convocadas a seu pedido, souberam defender com oportunidade e firmeza os seus interesses e desmascarar, atacar e denunciar as posições de divisão, colaboração e traição tomadas pela direcção cessante. O acto eletoral, com larga e activa participação de bancários, em que se destacou elevado número de mulheres, foi uma confirmação da tomada de consciência que anima os bancários de Lisboa, na defesa dos seus interesses.

Uma bicha enorme, que se estendia ao longo da rua, anunciava o espírito de decisão e o entusiasmo que presidiram à escolha dos dirigentes sindicais. A acção desenvolvida e a forma organizada e ampla com que se processou foram coroadas de sucesso.

Os bancários de Lisboa têm uma nova direcção, na qual participam pela primeira vez duas mulheres. Esta direcção apresentou um programa voltado para os problemas fundamentais da classe. O entusiasmo, firmeza, unidade e confiança, forjados na luta que acaba de travar-se, são uma poderosa garantia para o prosseguimento da luta dos bancários.»

(«Bancários de Lisboa» — «Avante!», VI Série, n.º 390, Abril 1968)

Em Foco

Avante!
Ano 58 – Série VII
N.º 745
7 de Abril de 1988
3.º Caderno
Não pode ser vendido separadamente

Ao trabalho que é uma festa!

Bem, e que tem o trabalho a ver com a festa?, perguntará o leitor distraído – aquele, raro certamente nas nossas páginas, que nunca deu uma mãozinha à Festa do «Avante!», ou que a não viu sequer erguida por mãos de trabalho, e imagina que nasceu do nada, aquele que, por exemplo, nem sequer sabe que a festa não é uma evasão do trabalho mas sim a celebração dos resultados deste e a invocação de novos frutos do trabalho no futuro.

É que a festa em geral tem tudo a ver com o trabalho. Não é a evasão proposta publicitariamente para esquecer o labor diário, o descanso que «distrai». É, sim, a afirmação do poder do homem sobre o que produz, e a alegria liberta que essa afirmação contém.

Que dizer então de uma festa de trabalhadores que se empenham na luta pela libertação do trabalho e que trazem ao convívio e ao debate a expressão dessa própria luta, cujas manifestações de arte e de cultura a reflectem?

Que dizer de uma festa que dá dimensão nacional a essa luta e à fraternidade que gera, que dá dimensão também internacional à solidariedade com outros povos cujos ideais de libertação e de socialismo partilhamos?

A Festa do «Avante!» tem tudo a ver com o trabalho.

É, antes do mais, trabalho.

E é mesmo pelo trabalho que começa.

Antes que o primeiro anúncio da Festa seja divulgado, muito labor já foi desenvolvido. De projecto, de contactos, de organização. E depois afeiçoa-se a ideia à realidade que vai crescendo no erguer da Festa. Muitos camaradas fazem do trabalho preparatório da Festa a sua tarefa principal. De Norte a Sul do País as coisas vão tomando forma. Para levar para o terreno. Mesmo antes que ele seja desbravado. Depois é lá mesmo. No terreno. Cortá-lo de ruas e de avenidas, abrir-lhe praças. Construir a cidade, ferro a ferro. Meses antes, as brigadas de trabalho deslocam-se, milhares de horas de trabalho acumulam-se aos fins-de-semana e a Festa vai tomando forma – o traçado, o esqueleto, a cor depois. Quantas férias – as tais de «evasão», não são ali generosamente gastas?

A Festa dos comunistas – onde toda a gente vai, sabendo que ali lhe não vão dourar a realidade, mas mostrá-la – apronta-se por fim. E nas últimas semanas lá vem aquela angústia de não estar tudo a postos à abertura. Enquanto os odores dos petiscos já sobem no ar e se apuram cozinhados, dá-se uma última demão, carregam-se ainda caixas de bebidas, arrumam-se peças de artesanato, dá-se um jeito ainda numa exposição, experimenta-se aqui e ali uma aparelhagem, há um formigar corrido de trabalho, milhares de camaradas estão a postos, tomam os seus lugares e, quem os veja, descobre-lhes por entre a fadiga dos traços, os traços da alegria. A Festa abre as suas portas, um rio, um mar de gente a invade, a usufruir de um trabalho em festa. Gente que se organiza pela forma mais enraizada à vida de todos os dias – pelo trabalho, pelos locais onde produzem e criam riquezas – os comunistas trazem à Festa a imagem dessa própria vida real e propõem em primeiro lugar uma visita ao Portugal concreto onde lutam e sonham.

Não é por acaso que essa proposta se desdobra em imagens de trabalho e de conquistas dos trabalhadores, em comunicação de lutas, em mostra de perspectivas. E nessa viagem-visita, deparam-se-nos sempre as formas dessa realidade – o barco que se construiu, o ferro que se moldou, a rede, a alfaia, do mais grandioso ao mais modesto objecto de trabalho, do mais avançado ao mais arcaico, já no domínio do etnográfico, já no campo recuperado do artesanato. A própria arte nas suas mais diversas manifestações e que tanta gente atrai à Festa, aos seus espectáculos, às suas exposições, são fruto de um vivo e intenso trabalho colectivo, por mais individuais que sejam as formas com que se possam apresentar. Trabalho, pois.

Mas a Festa ainda não chegou. Resta-nos, ainda, lançarmo-nos ao trabalho, que é uma festa.

■ LM

A Festa está aí

Ora cá estamos nós de novo a falar da Festa do «Avante!». Convenhamos que já não era sem tempo.

As imaginações mais frenéticas têm andado para aí num desespero, é para norte, é para sul, a tentar adivinhar o local escolhido para o evento, combatendo com afinco descréditos miúdos – ingénuos uns, bem mal intencionados outros – que à falta de notícias instilavam a suspeita de que se calhar este ano também não haveria Festa.

Era o que faltava.

Não temos a pretensão, tão em voga nos tempos que correm em certos quadrantes, de que ou nós ou o dilúvio. Mas até prova em contrário e tendo em vista os dados disponíveis, sem Festa do «Avante!» – o quê?

Após onze anos consecutivos de Festa, o país viveu o ano passado uma experiência frustrante: a pobreza de um ano a que faltou um acontecimento político-cultural de envergadura, da envergadura a que a Festa do «Avante!» nos habituou.

Aos mais esquecidos lembremos as razões que levaram a esta situação: oficialmente, a projectada construção de novas instalações universitárias no Alto da Ajuda inviabilizava a cedência dos respectivos terrenos camarários para a realização da Festa.

Quem se quiser dar ao trabalho de passar por lá pode constatar que nem pá, picareta, tractor ou qualquer outro engenho, elementar ou da mais avançada tecnologia, deu início a qualquer obra. O que nem chega a ser novidade, pois como na ocasião foi denunciado, o simples facto de não terem sido orçamentadas quaisquer verbas para o empreendimento inviabilizavam o seu início no ano findo.

Mas como era por demais evidente a manobra destinava-se a inviabilizar a realização da Festa. O próprio jogo de empata e empurra até à última hora visou objectivamente impedir a procura em tempo útil de alternativas ao local. Como chegou a escrever um semanário da nossa praça, com o projecto universitário do Alto da Ajuda pretendia matar-se dois coelhos com uma só cajadada: acabar com a Festa do «Avante!» e abrir as portas à construção no Monsanto.

Não nos vamos agora meter neste imbróglio.

Até porque, na parte que nos toca, tais planos saíram furados: a Festa do «Avante!» foi adiada por um ano, mas não haverá força que nos impeça de retomar a tradição, com renovadas forças, espírito de iniciativa, dedicação e muita, muita confiança no futuro.

É alias isso que nos distingue dos outros. Para além da honestidade intrínseca que caracteriza o que fazemos, que o mesmo é dizer que os estímulos, que nos fazem erguer o espectáculo pluridimensional que a Festa é, não são os do «vil metal».

O que não acontece com todos, como se viu com a monumental burla que acentuou ainda mais o vazio deixado em 1987 pela falta da Festa do «Avante!».

Falamos, como já devem ter percebido, desse nado-morto que foi o chamado «Artlântico». Os cartazes encheram as paredes, os jornais não regatearam espaço para anunciar a iniciativa, não faltaram as entrevistas e os reclames de nomes sonantes da cena musical internacional. Para dourar ainda mais a pílula, os subsídios oficiais e outros choviam de todo o lado. Ia ser, dizia-se, a festa das festas, o nunca visto.

Depois foi o que se viu.

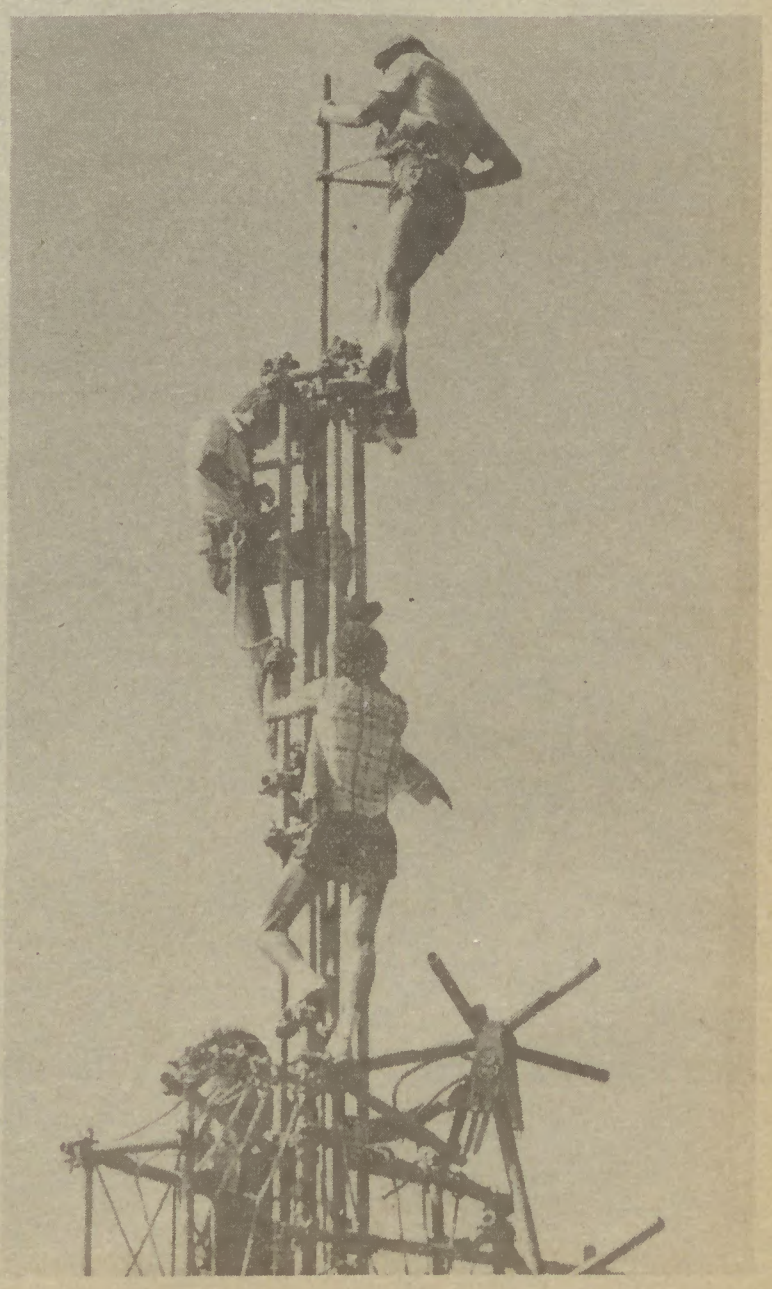
Quem comprou bilhete está ainda hoje à espera do reembolso, que espectáculo não houve. Adiado «sine die», primeiro, votado ao esquecimento depois, o dito acontecimento continua envolto nas brumas cerradas da corrupção, intrincada teia a que a lei ainda não encontrou a ponta, se por acaso a procurou.

E assim voltamos nós, a Festa do «Avante!», prova provada de que a água que faz mover o nosso moinho não vem de nenhum mar de águas turvas.

Sem subsídios, sem arautos, sem propaganda fácil, a Festa vai arrancar de novo, começar do princípio. O único capital com que contamos é a experiência acumulada e a inesgotável força de vontade de seguir em frente.

O país vai voltar a ter o maior acontecimento político-cultural do ano. Dos comunistas para todos, pois claro.

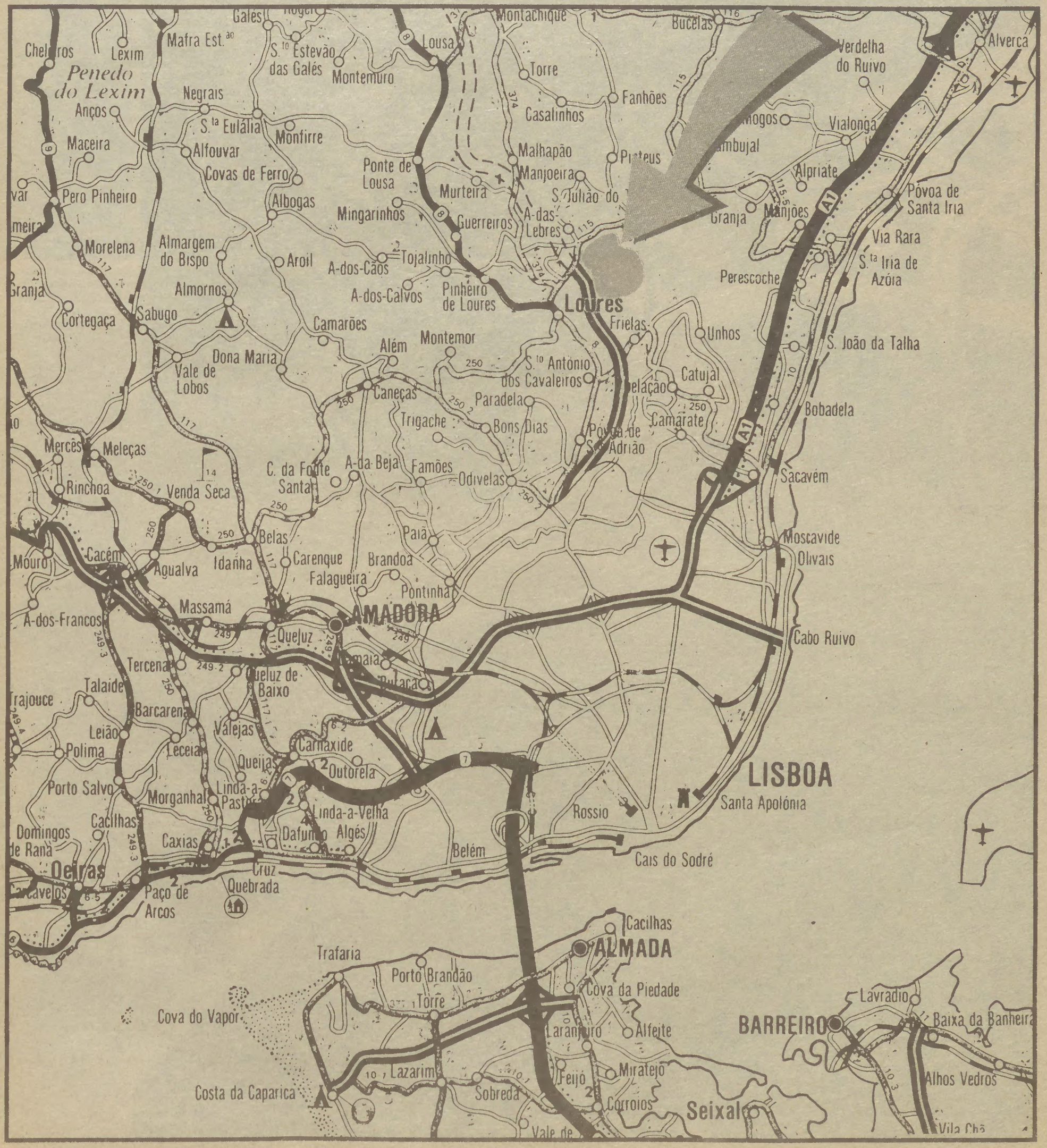
■ AF



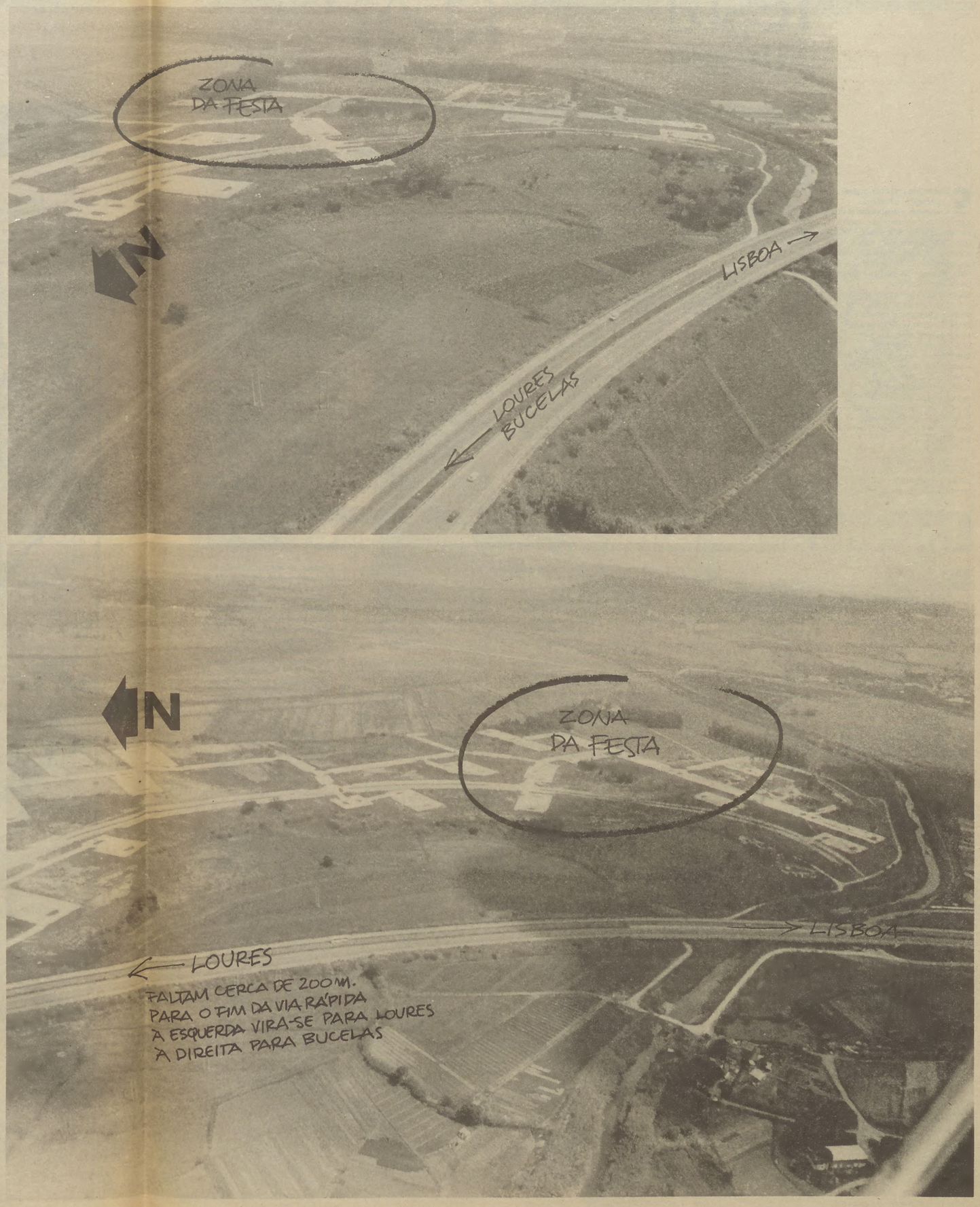
festa Avante!

É aqui.

Junto à vila de Loures, em terrenos da zona da antiga Quinta do Infantado. No fim da via rápida para Loures, a 6 quilómetros das portas de Lisboa



festa Avante!



Organizações do PCP sabem do ofício

O melhor é começar já!

Começar *já* a preparar, a nível da região, a Festa do «Avante!» deste ano: aliado a um profundo entusiasmo e apoio à decisão de realizar e marcar a Festa (CC, 23/24 de Fevereiro), esta é a vontade que está a animar as organizações do PCP em todo o País, uma vontade que se afirmou desde a primeira hora.

E esta ideia de começar **já** tem muito que se lhe diga. Habituados a sentir e a viver a Festa com o trabalho e empenhamento sempre presentes, os comunistas conhecem também o valor e a importância da **planificação**. Preparar a Festa do «Avante!» é uma tarefa de grande envergadura. Tanto no terreno, como, por exemplo, na programação dos espectáculos, como naquilo que se faz nas diferentes regiões do País. E daí, a planificação das coisas.

Começar **já** é uma forma de garantir o êxito da Festa.

Para os camaradas de Trás-os--Montes, das Beiras, do Algarve, ou de qualquer outra região, contribuir para o êxito da Festa, passados todos estes anos, não é nenhum bicho de sete cabeças.

Já se sabe que é necessário pôr de pé as comissões e as formas de organização fundamentais. O que é que se pretende levar para a Festa em Setembro? Como tratar disso? Com quem se deve contactar? Que acções se devem programar?

Organizar a Festa é responder a estas questões, assumir e distribuir tarefas e responsabilidades no quadro da vida democrática do Partido.

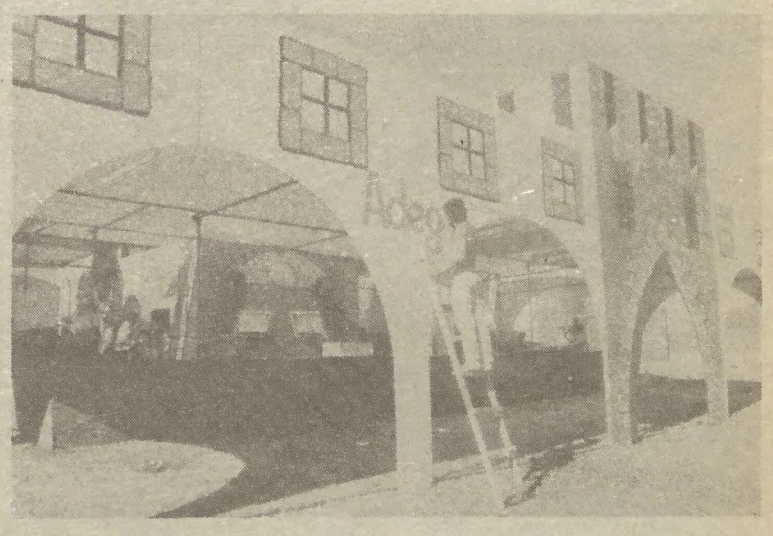
Uma vez definidos os objectivos há que criar as condições para os concretizar. Definir metas? Pois claro. Avançar para os porta-a-porta, devidamente planeados?

Evidentemente. Promover festas para divulgação da grande Festa? Vamos a isso.

Não queremos estar para aqui a «ensinar a missa ao padre», até porque erguer a Festa é também um grande apelo não só à experiência dos anos anteriores, como às afirmações de imaginação, de novidade, de criatividade que este ano vão certamente surgir nas terras do Norte, na planície alentejana e nas Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira, no Ribatejo, no litoral, um pouco por todo o País.

A ideia de começar **já** é, de facto, correcta, realista, inteligente. Há tanta coisa para organizar. A exposição sobre a realidade política, social e económica das regiões, ou sobre as grandes lutas de massas (como foi a greve geral lá na nossa terra?), ou ainda sobre a realidade do Poder Local democrático e o trabalho dos eleitos comunistas poderá ser uma presença importante na área da Festa reservada à nossa região.

E os restaurantes e bares? E o



artesanato? E a presença da juventude? E aquela ideia fora de série que tivemos aqui no nosso concelho para a última Festa mas que depois acabámos por não concretizar?

Os transportes estão caros. A deslocação poderá ser problema para alguns camaradas e amigos. Solução? As excursões. Não falamos de nenhuma novidade. No entanto, há que ir pensando nas tarefas que isso levanta...

Já agora, mais uma nota: cá na terra vamos fazer este ano alguma coisa especial para a venda das EPs?

Bem, resta lembrar que o Verão está aí não tarda, e que depois dele e depois da Festa, em Dezembro, temos Congresso.

Por tudo isto e mais alguma coisa, vale a pena começar **já**.

■ ***JPO***

Internacionalismo e solidariedade

Dois anos volvidos, solidariedade e internacionalismo vão uma vez mais ser presença marcante na nossa Festa.

Dois anos particularmente repletos de acontecimentos múltiplos. Problemas que permanecem. Realidades que se renovam. E, também, campos alargados para batalhas comuns dos trabalhadores, dos povos, em que os comunistas devem saber — pela sua acção abnegada e uma correcta análise das realidades — estar no fulcro.

Que realidades novas se impõem, que problemas se arrastam no ritmo intenso de vida (e morte) em que, conscientemente ou não, todos participamos?

Do socialismo, e em particular da URSS, nos vem a marca de uma realidade em transformação. O impulso — diversificado — rumo a uma nova fase da sua evolução, que passa pela necessária superação de atrasos e erros, mas é também resposta à intrínseca lógica do seu desenvolvimento. Uma realidade em transformação que significa uma renovada razão de confiança para todos os que estão empenhados na batalha do futuro. Mas sem dúvida, e porque é de um passo revolucionário que se trata (tendo em conta embora que são diferenciadas as evoluções nacionais), marcada de problemas, por vezes difíceis e dolorosos.

Noutros quadrantes, situações dramáticas há que se arrastam com tremendos custos humanos. Mas em que se registam grandes batalhas dos povos. Tudo muda de facto. E por vezes, sob a capa genérica dos mesmos pontos de conflito (chamemos-lhe assim, simplificadamente), múltiplas evoluções se registaram.

É verdade que as tropas (e bandos armados de colonos) de Israel continuam a matar. Nesta última sangrenta semana foram quase de duas centenas as vítimas. Na África Austral, as armas sul-africanas fazem todos os dias mortos. Em Angola. Em Moçambique. E noutros países limítrofes. E não só de vítimas de tiros e bombas se trata. Mas também dos muitos que morrem de fome, por força de um desenvolvimento adiado, enquanto todos nós pagamos os lucros fabulosos e a corrida às armas dos grandes do capital.

No mesmo momento em que se esboçam perspectivas de uma paz possível para o povo da Nicarágua sandinista, levanta-se o perigo acrescido de uma presença militar directa dos Estados Unidos nas Honduras.

Continua-se a apostar nas «humanitárias» ajudas em armas ao Paquistão, para que as abertas possibilidades de paz também aqui se não afirmem.

No mundo capitalista desenvolvido, prosseguem ofensivas contra as liberdades democráticas, e contra o direito ao trabalho, contra as condições de vida dos trabalhadores.

Tudo problemas que se mantêm vivos, por vezes sofrendo até um agravamento.

Mas isto é apenas um dos lados da medalha.

Do outro lado estão acções de luta e solidariedade. E por vezes também já alguns dos seus frutos. E temos presentes as vitoriosas lutas estudantis em França, as manifestações de solidariedade com a luta das enfermeiras na Grã--Bretanha (país onde se intenta, entretanto, assimilar solidariedade a «crime»). O movimento que levou ao adiamento da execução dos 6 de Sharpeville. As manifestações, nos EUA, contra a presença militar norte-americana nas Honduras e contra a «guerra das estrelas». O verdadeiro levantamento popular na Coreia do Sul. E naturalmente o corajoso levantamento dos palestinianos. O grande e ponderado esforço que se desenvolve no Afeganistão para que paz e desenvolvimento (de acordo com a vontade do seu povo) sejam possíveis.

Tantas batalhas em curso a que nestas linhas é impossível dar expressão, mesmo que sintética.

Outras solidariedades necessárias e outros caminhos abertos de luta se afirmam hoje com carácter de prioridade.

Antes do mais na batalha pela Paz. Batalha que pode e deve unificar gente que em muitos outros domínios tem interesses divergentes ou mesmo antagónicos. E aqui desde já se averba a grande vitória que é o acordo soviético-americano para a liquidação dos «euromísseis». Primeiro passo — e por isso histórico — no caminho do desarmamento.

E também no combate contra o desemprego e a degradação das condições de vida dos trabalhadores. Por condições propícias ao desenvolvimento de povos mergulhados pela exploração neo-colonial no mais total sub--desenvolvimento. Para que o progresso técnico-científico não se identifique a uma arma do capital contra as pessoas, mas seja motor de progresso.

Rápidos apontamentos dispersos da realidade de hoje. Vastíssimos campos de acção em que os comunistas têm que saber ser uma força indispensável, uma força motriz.

É o futuro, o nosso quotidiano de hoje e dos nossos filhos, que está em causa. Desafio imenso e perspectivas imensas.

E tudo isso — na diversidade e riqueza de realidades vivas no planeta — estará bem presente na Festa.

■ ***LC***

A Festa jovem

Cá está ela!

Juventude, juventude!
Atenção, muita atenção!
Trago para vocês todos uma boa novidade. Vão-se chegando, o sol só vos faz bem. Os mais pequenos aqui para a frente, quem quiser pode sentar-se, quem não quiser sentar-se fique em pé, para o caso não importa. O que é importante é a novidade, a boa novidade que trago hoje para vocês todos. Vão-se preparando, ouvidos e olhos bem alerta para as notícias que aí vêm. Não estou a exagerar, o que digo é mesmo assim, uma novidade e peras, já estamos todos à espera.
Haja música! Haja jovens! Haja alegria!
Quem já conhece sabe como é, quem ainda não viu tem que ver desta vez. Acreditem, que é assim mesmo. Se querem confirmar, perguntem aos vizinhos, mas o melhor é ir.
Vai tu!
Vamos todos!
Vem aí a festa jovem!
Vem aí a Festa do «Avante!»!

Seria isto, mais ou menos, um pregão da Festa dirigido aos jovens. Podia-se acrescentar dois ou três tambores, trombetas, pandeiretas, vozes com fartura... Uma barulheira dos diabos por essas ruas fora!

Podíamos ainda imaginar um pregão com outro cenário, mais *marketinguizado* com temperos dos tempos modernos, caros mas eficientes, como prova todos os dias a televisão que se nos mete pelos olhos dentro.

Outra hipótese seria um grande livro, cheiinho de factos e emoções, contando como é a Festa. E mais um filme... ou uma telenovela...

Isso seria, como se diz às vezes por aí, o lançamento do produto, a criação da imagem. Assim se fazem dirigentes, assim se vendem detergentes, assim se propaga ideologia, assim se caçam níqueis e votos. Bom, sabemos como são estas coisas, não é?

Mas com a Festa do «Avante!» outro galo canta.

Já passaram onze festas, da FIL à Ajuda, via Jamor. Conhecem-na pessoalmente milhões de pessoas que por lá passaram, nos 33 dias de festa que já cá cantam. Conhecem-na muitos milhares que fizeram e desfizeram festas sempre renovadas desde 1976. A Festa impôs-se, não por aquilo que fizeram com que ela parecesse, mas pelo que foi.

E a Festa não seria o que tem sido sem a juventude.

Empoleirados nos tubos das estruturas, pintados das cores de todos os painéis, panos e murais, regados com a água das brincadeiras ou com o suor do esforço, abraçados de fresco na *bicha* do pequeno-almoço ou noutro sítio qualquer que se queira imaginar – aqui estão alguns dos moços e moças que fazem a festa antes da Festa.

Durante os três dias sempre pequenos para uma festa tão grande, a invasão da juventude é o que se tem visto. Sim, estão lá no sítio deles, na sua Cidade, falando do que fazem e do que não podem fazer, dos problemas e das soluções, das escolas e das empresas, das ruas e do desemprego, da cultura e dos tempos livres, do amor e da vida, do futuro que se faz todos os dias.

E estão nos palcos, com sol ou com lua; estão por dentro e por fora dos pavilhões de todo o mundo e arredores, do Minho ao Algarve, de Trás-os-Montes aos Açores, de Timor-Leste a Cuba; enchem ruas e avenidas da maior festa de Portugal, riem, discutem, cantam e amam como bem sabem.

A Festa não seria o que é sem a juventude. Mas também a juventude perderia muito se não tivesse o que a Festa lhe dá. Acontecimento sem par no nosso país, é um ponto de encontro indispensável, uma passagem obrigatória, um *até para o ano* que se diz já com saudades.

Em 87 não houve – e que falta fez! Este ano vai haver!

Lá estaremos todos a fazer a nossa Festa do «Avante!»!

■ ***DM***

festa Avante!

Vamos às hortas?

No século passado e ainda nos princípios deste, o lisboeta endomingado agarrava no farnel, na família e nos amigos e ia em bando para os arredores, «de batida até às hortas»

No princípio do século os arredores de Lisboa constituíam grande parte da cidade que conhecemos hoje e, até às primeiras grandes urbanizações que engendraram a actual geografia alfacinha, esses arredores eram, quase sempre, ocupados pelas hortas.

Assim, no século passado e ainda nos princípios deste, o lisboeta agarrava no farnel, na família e nos amigos e ia em bando num passeio domingueiro aos arredores, «de batida até às hortas».

Como recorda Marina Tavares Dias num trabalho sobre a «Lisboa desaparecida», «as hortas correspondiam a um divertimento muito popular, servido pelo gosto que todos os lisboetas possuem pelo campo. Por volta de 1900, o **passeio às hortas** era coisa sacramental». Como tradição, esse **passeio** adquiriu a sua excepcional popularidade no decorrer do século XIX, embora o hábito remontasse ao século XVIII. As romagens começavam logo no domingo a seguir à Páscoa e prolongavam-se até meados de Outubro, sendo **as hortas** o passeio de fim-de-semana de todos os que não tinham uma quinta própria (e quase ninguém a tinha, como se supõe...), podendo assim fruir o prazer do campo sem grandes despesas. Prazer que tinha atractivos especiais: pelo caminho «dançava-se nos bailaricos organizados nos célebres **retiros**, faziam-se **burricadas** cujo prémio era um almoço pago, cantava-se e jogava-se pelas sombras da estrada».

Citando ainda MTD, «as estradas tornaram-se locais tão animados que convidavam a um comércio próprio destes dedicados **peregrinos**. A Lisboa popular partia sem destino certo, para os lados do Lumiar ou do Areeiro, com paragem já estipulada e obrigatória nos famosos **retiros**: o Perna de Pau, o José dos Patacos, o Manuel dos Passarinhos, o Ferro de Engomar, o Colete Encarnado, o Pedro dos Coelhos, o Quebra Bilhas».

Vem isto a propósito de Loures e da próxima Festa do «Avante!». Loures já não é, hoje, um arredor de Lisboa, mas um concelho onde cresceu uma grande cidade. Já não se vai lá «de batida até às hortas», como referia Eça de Queiroz, mas para trabalhar ou viver num corropio que não conhece fronteiras nem «fora de portas». Agora é tudo portas adentro, numa macrocefalia gigantesca que se chama Região da Grande Lisboa que, expandindo a capital, a cinturou também de novas e vigorosas urbes: Loures, Amadora, Vila Franca de Xira... Sob os alicerces e as avenidas, o betão e o asfalto, as vagas urbanísticas e a construção clandestina, foram perecendo as **hortas** e os **retiros**, as saídas ao campo e os fatos endomingados. Na memória colectiva ficou um ou outro apontamento de ironia azeda como o chamado «passeio dos saloios» que, hoje, é feito de carro ou de transporte público, com o dinheirinho contado e a gasolina medida ao pingo. E hoje, como ontem, esbraceja-se fim-de-semana adentro e massas urbanísticas fora, em busca das **hortas** que já não há e dum passeio a que se continua a ter direito.

Ora se já não há **hortas**, isso não significa que já não há o prazer colectivo da festa e a possibilidade de o concretizar. Somos criativos como todos os povos e, por isso, arranjamos sempre alternativas às coisas que mudam no tempo que passa. Às coisas que mudamos no tempo que é.

E o tempo que é – é sempre **hoje**.

E no nosso «hoje» dos últimos anos fartámo-nos de mudar coisas. De aproveitar coisas. De transfigurar coisas.

O direito à festa, por exemplo. Mudámo-lo tanto, aproveitámo-lo tanto, transfigurámo-lo tanto que há mais de uma década que criámos uma festa nunca antes vista no nosso país, porque nela cabe todo o País com as suas maneiras próprias de fruir o prazer de estar junto: a Festa do «Avante!».

Pois a festa do «Avante!», este ano na sua 12.ª edição vai realizar-se em Loures, numa antiga quinta que nos devolve, inteirinha, a memória das **hortas**. Em contrapartida oferecemos uma Festa onde cabem todos – «alfacinhas» e «saloios», «tripeiros» e «ilhéus», «transmontanos» e «algarvios», «bordas d'água» e «serranos» – porque é a Festa de todos os portugueses e portuguesas que trabalham, amam, lutam e festejam a vida, quanto mais não seja numa breve sortida às **hortas**.

Este ano, do Minho às Regiões Autónomas, saiamos «fora de portas» e encaminhemo-nos para Loures. Ó, pessoal! **É tempo de irmos às hortas!**

■ ***H. C.***

Pontos Cardeais

Cucos

Segundo o «DL», o governo da Guiné-Bissau «estabeleceu recentemente um contrato com uma entidade suíça interessada em depositar naquele país lixos industriais, provavelmente relacionados com a indústria química», não se tratando «de uma transferência pontual de efluentes industriais, mas sim de um contrato prolongado que deverá render a Bissau uma verba de cerca de dois milhões de contos por ano».
E explica a notícia que a Suíça, estando «a braços com enormes quantidades de resíduos frequentemente tóxicos, que ninguém quer na Europa terá encontrado assim a solução para um problema que é comum à maior parte das nações industrializadas».
É tão limpinha, a Suíça – limpinha, educada, organizada, amiga da Natureza e, ainda por cima, neutra. Além do mais tem muitos relógios de cuco.
Deve ser por isso que quer depositar os ovos podres no ninho dos outros...

Retiradas

Já agora vem também a propósito a grande manchete do «DL», na mesma edição que produziu a notícia dos detritos industriais suíços. Titulava ela, a toda a largura de dois terços da primeira página, que **«Espiões dão como certa retirada dos soviéticos»** do Afeganistão, avalisando-se a informação com uma definição de primeira água, debitada logo no início da prosa: a de que «a comunidade internacional da espionagem» é uma «fonte infalível».
De facto a espionagem está recheada de exemplos bem ilustrativos da sua infalibilidade. Então a espionagem norte-americana é particularmente brilhante nesse campo, como se viu na guerra do Vietname, onde a CIA provava por a+b e muitos pipis de computador que a vitória norte-americana estava à vista – isto a três exactos dias da debandada geral do exército do tio Sam da pátria vietnamita, consumando a maior derrota militar, política e moral da história dos EUA.
Mesmo assim, meus senhores, onde é que está o espanto, a novidade, a notícia-espectáculo a exigir dois terços da primeira página? É que essa coisa da retirada do Afeganistão, tão seguramente descoberta pelos tais «espiões infalíveis», está anunciada – e garantida – pelas próprias autoridades soviéticas já lá vai uma data de meses! Infalíveis, estes «espiões de 1.ª página»? Talvez sejam – mas, caramba, são lentos que se fartam!

Raptos

O Pentágono anunciou no final da semana passada que vai enviar mais 1300 soldados para o Panamá «para aumentar a segurança das instalações norte-americanas», enquanto, segundo o «Los Angeles Times», o secretário de Estado George Shultz propunha o envio de uma força especial ao Panamá para raptar o general António Noriega, chefe das forças de Defesa deste país e actual alvo da sanha norte-americana, o que só não se concretizou porque o ministro da Defesa Frank Carlucci se opôs a tal, por considerar perigosa a ideia do rapto, «pelo menos de momento».
Livra! O que vale ao Panamá é que os EUA são «a maior democracia do mundo» – no dizer sempre incandescente de Nuno Rocha – respeitadores dos direitos humanos e defensores incansáveis da liberdade! Se não, a estas horas já tinha sido raptado para Washington, com canal e tudo!

Reformas

Cavaco Silva foi, com a família, encontrar-se informalmente com Felipe Gonzalez na Andaluzia. Ao regressar disse que gostara muito, que se tinha entendido muito bem com o primeiro-ministro espanhol e depois proferiu mais uma das suas notáveis declarações políticas. Nomeadamente que «Portugal está tentando fazer todas as reformas ao mesmo tempo, pois não é possível adiá-las, enquanto a Espanha as fez há vários anos».
Que diabo de reformas fez a Espanha «há vários anos»? É que, se a memória nos não falha, «há vários anos» ainda imperava o fascismo no país dos nossos vizinhos do lado.
Será por isso que o nosso primeiro quer tentar as reformas em Portugal «todas ao mesmo tempo»?!...

Nuez

Gazetilha

por Ignotus Sum

Estar e ser

Greve Geral?
Cavaco diz que não viu
e não sentiu
nada de anormal.
Se tudo andava em perfeito repouso
então por que é que ele andava
tão nervoso?

Vários pontos de vista não renego
mas, no caso vertente
se não via o que via toda a gente
o mais seguro é porque estava cego.

Dizem aqui ao pé:
Estava, não: ele é...

Nada!

Governo tudo fez
para voltar o povo português
contra a Greve Geral. Como se vê
foi tudo em vão.
O povo está com os que dizem não
com os que estão de pé.

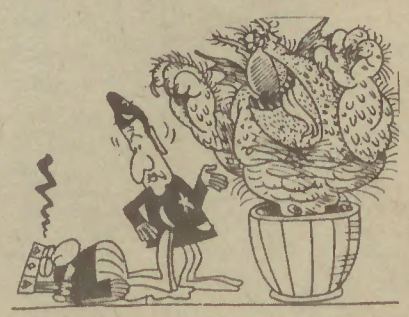
Na esperança de haver alguma falha
os sorrisos caíram um a um.
Provou-se: entre Cavaco e quem trabalha
não há nada em comum.

Uma história entre tantas

Lá vai a Nau Catrineta
que tem muito que contar.
Ouvi agora senhores
uma história de pasmar.

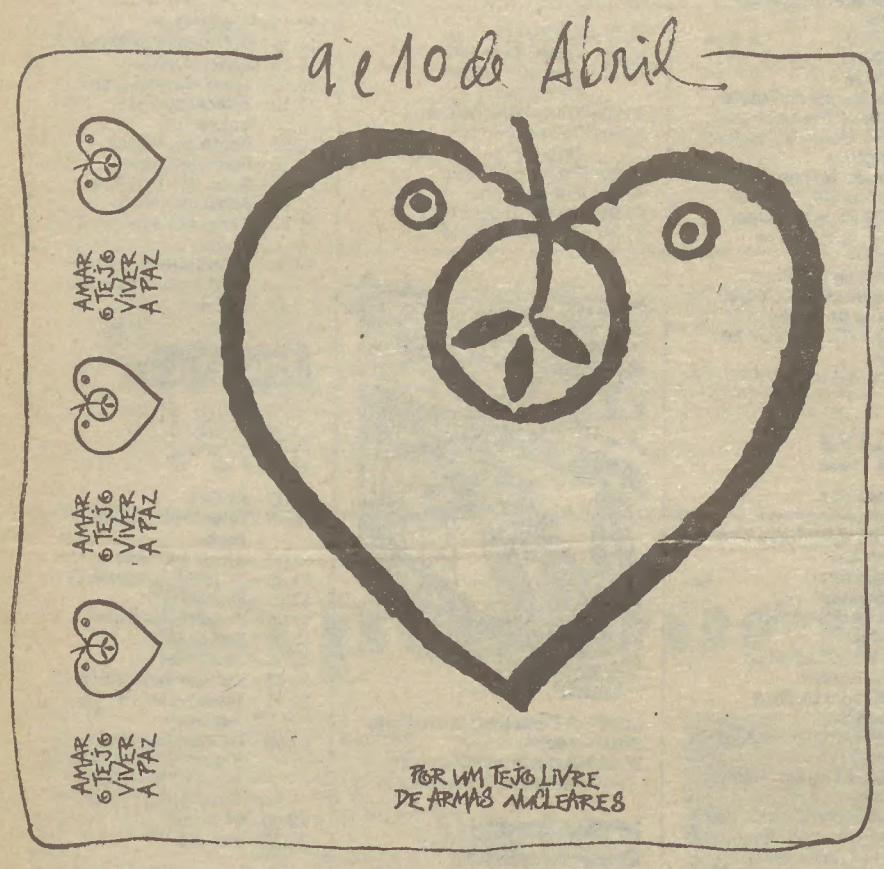
No Porto, Cavaco quis
a EFACEC visitar
pois estava convencido
que ninguém ia parar.
Aconteceu que a visita
teve de se cancelar
pois na EFACEC ninguém
ninguém fora trabalhar
gente honrada faz aquilo
que o sindicato mandar.

Lá vai a Nau Catrineta
com histórias a provar
que a barcaça do Cavaco
mete água no alto mar...



Agenda

Avante!
Ano 58 – Série VII
N.º 745
7 de Abril de 1988
4.º Caderno
Não pode ser vendido separadamente



Quinta 7

• **AMARANTE**

Reunião de militantes, no Centro de Trabalho, com início às 21.30.

Sexta 8

• **PORTO**

Em Defesa da Constituição e da Democracia — mesa-redonda no anfiteatro da Reitoria da Universidade do Porto, promovida pelo Movimento de Defesa da Constituição. Às 21.30.

• **CACÉM**

Reunião de células de empresas, a partir das 18.30, no Centro de Trabalho.

• **ALGUEIRÃO**

Plenário de militantes, às 21.30, no Centro de Trabalho. Vídeo sobre a Greve Geral.

• **PÓVOA DE STA. IRIA**

Plenário de militantes, às 21.30, no Centro de Trabalho, com a participação da camarada Rosa Rabiais, do CC.

• **VIALONGA**

Plenário de militantes, às 21.30, no Centro de Trabalho.

• **VILA FRANCA DE XIRA**

Plenário de militantes, o Centro de Trabalho, a partir das 21.30.

Sábado 9

• **TRAFARIA**

Contra as armas nucleares em Portugal, contra submarinos no Tejo: concentração integrada no Festival «Amar o Tejo Viver a Paz. às 15.00, junto ao cais da Trafaria.

• **PORTO**

Conferência Regional sobre Organização do Partido. A partir das 10.00, no Centro de Trabalho da Boavista, com a participação do camarada Blanqui Teixeira, da Comissão Política e do Secretariado do CC.

• **COIMBRA**

Encontro Distrital de Quadros do PCP. A partir das 15.00 na Faculdade de Economia (Av. Dias da Silva).

• **VALA DO CARREGADO**

Plenário de militantes, às 17.00.

Domingo 10

• **GONDOMAR**

Encontro da CDU, na sede da Junta de Freguesia da **Lomba**. Às 10.00.

• **LISBOA**

Almoço comemorativo do 25 de Abril, promovido por democratas de **S. Domingos de Benfica**. No restaurante do Jardim Zoológico, às 13.00. Participam o Brig. Pezarat Correia, da Associação 25 de Abril, e António Abreu, pela Comissão Promotora das comemorações do 25 de Abril/1988 em Lisboa.

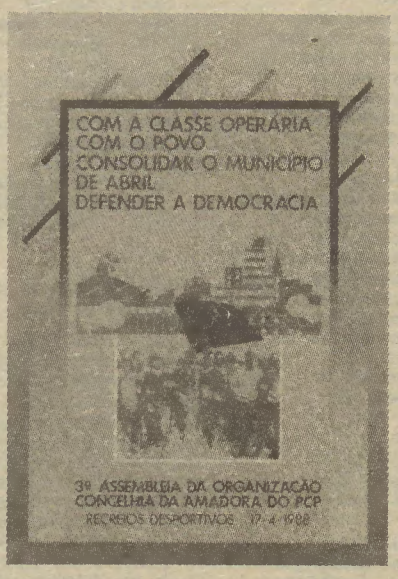
Terça 12

• **PÓVOA DE STA. IRIA**

Plenário de militantes das células de empresa da freguesia. No Centro de Trabalho, a partir das 18.00.

ANTOLOGIA

HENRY, Maurice, *1907 (França), in «Les chefs d'oeuvre du dessin d'humour», edições Planète, Paris, 1968*



III Assembleia Concelhia da Amadora

17 de Abril

Reuniões preparatórias:

• Células da Cometna, Cel-Cat e Sorefame — **hoje**, 18.30, sede social do Clube Sorefame.

• Militantes da freguesia da Damaia — **hoje**, 21.30, CT Damaia.

• Célula CM da Amadora — **amanhã**, 18.00, CT Amadora.

• Empresas da Venda Nova — **amanhã**, 18.00, CT Damaia.

• Empresas químicas — **amanhã**, 18.00, CT Amadora.

• Militantes freguesia Venteira — **amanhã**, 21.30, CT Amadora.

• Militantes freguesia Buraca — **amanhã**, 21.30, salão da Junta de Freguesia.

• Militantes freguesia Brandoa — **amanhã**, Polivalente da Brandoa.

• Militantes da freg. Falagueira-Venda Nova — **sábado**, 15.00, Sala de música da Soc. Filarm. Recr. A. Amadora.

• Células dos Bairros da Mina e Bairro Novo — **sábado**, 15.30, CT Amadora.

• Célula da Heska — **sábado**, 10.00, CT Amadora.

• Militantes freguesia Alfragide — **sábado**, 21.30, CT Damaia.

• Militantes Bairro de A-da-Beja — **sábado**, 18.00.

TV O Programa

Quinta 7

RTP1

10.00 – **Às Dez**
12.15 – **Telenovela:** «Tudo ou Nada» (152.º Epis.)
13.00 – **Jornal da Tarde**

13.30 – **Imagens da Arte Portuguesa:** «A Pintura Barroca nas Oficinas de Lisboa»
14.00 – **Série:** «Maxfolies»
14.15 – **Festival da Knokke**
16.05 – **Veneza do Oriente (II)**
17.10 – **Série:** «Pepino»
17.30 – **Sumário**
17.40 – **Brinca Brincando**
18.20 – **Gira Mundo**
18.50 – **Série:** «Guilherme Tell»
19.30 – **Telejornal**
20.05 – **Boletim Meteorológico**
20.20 – **Telenovela:** «Roque Santeiro» (125.º Epis.)
21.20 – **Festival Internacional de Música de Macau:** Ravel
21.50 – **Telemundo**
22.20 – **Série:** «A Clínica da Floresta Negra» (últ. epis.)
23.20 – **24 Horas**
23.40 – **Remate.**

RTP2

13.15 – **Totally Live**
14.10 – **Pano Para Mangas**
15.40 – **Série:** «Santa Teresa D'Ávila»
16.40 – **Trinta Minutos Com...**
17.10 – **Telenovela:** «Os Imigrantes» (222.º Epis.)
18.00 – **Ponto Por Ponto**
19.00 – **Formula One**
19.25 – **Desporto:** Final da Taça da Europa de Basquetebol
21.00 – **Jornal das Nove**
21.30 – **Montra de Livros**
21.35 – **Magazine Convite**
22.05 – **Série:** «As Teias da Lei»
23.10 – **Série:** «Do Oriente para o Ocidente».

Sexta 8

RTP1

10.00 – **Às Dez**
12.15 – **Telenovela:** «Tudo ou Nada»
13.00 – **Jornal da Tarde**
13.30 – **Imagens da Arte Portuguesa**
14.00 – **Maxfolies**
14.15 – **Festival de Knokke**
16.00 – **Série:** «O Regresso de Sherlock Holmes»
16.55 – **Série:** «Pepino» (últ. epis.)
17.30 – **Sumário**
17.35 – **Brinca Brincando**
18.25 – **Os Anos Não Contam**
18.50 – **Série:** «Guilherme Tell»
19.30 – **Telejornal**
20.05 – **Boletim Meteorológico**
20.20 – **Telenovela:** «Roque Santeiro»
21.10 – **Telefilme:** «Vidas Sem Esperança»
22.05 – **O Programa das Festas**
22.50 – **24 Horas**
23.25 – **Remate**
23.40 – **Pela Noite Dentro:** «O Sinal dos Quatro» (Sherlock Holmes).

RTP2

13.15 – **Totally Live**
14.10 – **Agora, Escolha!**
15.40 – **Série:** O Século Americano»
16.40 – **Trinta Minutos Com...**
17.10 – **Telenovela:** «Imigrantes»
18.00 – **Ponto Por Ponto**
19.10 – **Formula One**
20.05 – **Série:** «Cidade Nua»
21.00 – **Jornal das Nove**
21.30 – **Montra de Livros**
21.35 – **Clube de Jornalistas**
22.10 – **Telefilme:** «A Madrinha»
23.15 – **Entre Barreiras**
23.45 – **Troféu.**

Sábado 9

RTP1

09.00 – **Juventude e Família**
12.05 – **Trânsito**
12.30 – **TV Mulher**
13.00 – **Notícias**
13.10 – **Série:** «Nas Asas do Vento»
14.00 – **Parlamento**
14.30 – **Sobe e Desce**
15.45 – **Série:** «Petzi»

15.50 – **Sessão da Tarde:** «Dádiva da Vida», real. Jerry London (EUA/1982)
17.30 – **Série:** «Capitão Power»
18.00 – **Vivamúsica**
19.10 – **Sete Folhas**
19.45 – **Totoloto**
20.00 – **Jornal de Sábado**
21.05 – **Boletim Meteorológico**
21.25 – **Série:** «Cobardias»
22.35 – **Deixem Passar a Música**
23.30 – **Cinema da Meia Noite:** «Homens sem Amanhã», real. Tom Gries (EUA/1972).

RTP2

09.00 – **Compacto «Tottaly Live»**
13.15 – **Compacto «Tudo ou Nada»**
16.00 – **Troféu**
20.05 – **O Som da Surpresa:** Sara Vaughan
20.35 – **Uma Boa Ideia**
21.00 – **Aplauso**
22.50 – **Série:** «Melba».

Domingo 10

RTP1

09.00 – **Juventude e Família**
11.15 – **Missa**
12.05 – **70×7**
12.30 – **TV Rural**
13.00 – **Notícias**
13.10 – **Uma Aposta no Futuro**
13.35 – **Série:** «A Casa de Irene»
14.00 – **Série:** «Aves de Todas as Estações»
15.00 – **Primeira Matinée:** «Concerto Fantástico»
16.25 – **Clube Amigos Disney**
19.00 – **Série:** «Um Anjo na Terra»
20.00 – **Jornal de Domingo**
20.30 – **Boletim Meteorológico**
20.35 – **Humor de Perdição**
21.35 – **Série:** «O Contrato» (últ. epis.)
22.40 – **Domingo Desportivo.**

RTP2

09.00 – **Music Box**
10.00 – **Troféu**
12.30 – **Série:** «Meu Carro Tem Cem Anos»
13.00 – **Music Box**
14.00 – **Caminhos**
14.30 – **Novos Horizontes**
15.00 – **Troféu**
17.30 – **Série:** «O Mundo de Smithsonian»
18.30 – **O Milagre Budista**
19.00 – **Piano Bar**
20.00 – **Série:** «Quem Sai Aos Seus...»
20.30 – **Artes e Letras:** «Dennis Porter»
21.30 – **Cinemadois:** «A Comédia e a Vida», real. Jean Renoir (Itália/1952).

Segunda 11

RTP1

10.00 – **Às Dez**
12.15 – **Telenovela:** «Tudo ou Nada»
13.00 – **Jornal da Tarde**
13.30 – **Ciclo Preparatório TV**
17.35 – **Brinca Brincando**
18.05 – **Estúdio 4**
19.30 – **Telejornal**
20.05 – **Boletim Meteorológico**
20.15 – **Telenovela:** «Roque Santeiro»
21.10 – **Concurso:** «Com Pés e Cabeça»
22.55 – **24 Horas**
23.25 – **Remate.**

RTP2

13.15 – **Totally Live**
14.10 – **Agora, Escolha!**
15.40 – **Concerto:** «Edith Gruberova»
16.50 – **Trinta Minutos Com...**
17.20 – **Telenovela:** «Os Imigrantes»
18.00 – **Ponto por Ponto**
19.00 – **Formula One**
20.05 – **Série:** «Cidade Nua»
21.00 – **Jornal das Nove**

21.35 – **A Cidade e o Rio:** o Porto
22.05 – **Teatro**
22.35 – **Bailado:** «O American Ballet em S. Francisco».

Terça 12

RTP1

10.00 – **Às Dez**
12.15 – **Telenovela:** «Tudo ou Nada»
13.00 – **Jornal da Tarde**
13.30 – **Ciclo Preparatório TV**
17.35 – **Sumário**
17.40 – **Brinca Brincando**
18.05 – **Estúdio 4**
19.30 – **Telejornal**
20.05 – **Boletim Meteorológico**
20.10 – **Vamos Jogar no Totoloia**
20.30 – **Telenovela:** «Roque Santeiro»
21.30 – **Entrega dos Oscars em Hollywood**
00.30 – **24 Horas**
01.00 – **Remate.**

RTP2

13.15 – **Totally Live**
14.10 – **Dois Dedos de Conversa**
15.40 – **Série:** «Dallas»
16.40 – **Trinta Minutos Com...**
17.10 – **Telenovela:** «Os Imigrantes»
18.00 – **Ponto por Ponto**
19.10 – **Formula One**
20.05 – **Série:** «Cidade Nua»
21.00 – **Jornal das Nove**
21.35 – **Série:** «Lá em Casa Tudo Bem»
22.10 – **CinemaDois:** «What?». Real. Roman Polanski (1972).

Quarta 13

RTP1

10.00 – **Às Dez**
12.15 – **Telenovela:** «Tudo ou Nada»
13.00 – **Jornal da Tarde**
13.30 – **Ciclo Preparatório TV**
17.35 – **Sumário**
17.40 – **Brinca Brincando**
18.05 – **Estúdio 4**
19.30 – **Telejornal**
20.05 – **Boletim Meteorológico**
20.15 – **Telenovela:** «Roque Santeiro»
21.15 – **Lotação Esgotada:** «O Espião Mais Perigoso do Mundo». Real. Ronald Neame (EUA/1980)
23.00 – **24 Horas**
23.30 – **Remate.**

RTP2

13.15 – **Totally Live**
14.00 – **Agora, Escolha!**
16.00 – **Piano Bar**
17.00 – **Trinta Minutos Com...**
17.30 – **Telenovela:** «Os Imigrantes»
18.10 – **Ponto por Ponto**
19.10 – **Formula One**
20.05 – **Série:** «Cidade Nua»
21.00 – **Jornal das Nove**
21.30 – **Montra de Livros**
21.35 – **Fantasia e Realidade**
22.05 – **Clube de Imprensa**
22.55 – **Série:** «O Fim do Império Britânico».

problemas da paz e do socialismo

revista internacional

revista dos partidos comunistas e operários

À VENDA

A JUSTIÇA SOCIAL

Princípio supremo da nova sociedade

• A «perestroika» soviética interessa a todos

• Perez de Cuellar: realizar com plenitude o potencial da ONU

• Unidade e diversidade da cultura da RDA

N.º 162 • Janeiro – 1988 • Preço: 70$00

Teatro O Cartaz

• LISBOA

Casa da Comédia. De 3.ª a sáb., às 21.30, dom., às 17.00. **Noites de Anto**, de Mário Cláudio, enc. de Filipe La Féria.

Comuna, Praça de Espanha. De 3.ª a sáb. às 21.30, dom. às 17.00. **O Destino Morreu de Repente**, de Alves Redol, enc. de João Mota.

Sala do TIL, Rua Leão de Oliveira, 1. Sexta a sáb. às 21.45. **O Tio Simplício**, de Almeida Garrett, enc. de Agostinho Macedo, pelo **Teatro Livre.**

Ritz Clube, Rua da Glória, 57. De 3.ª a dom., às 21.30, dom., às 16.00. **O Baile**, adaptação e enc. de Helder Costa, pelo grupo **A Barraca**.

Teatro ABC, Parque Mayer. De 3.ª a sáb. às 20.30 e 22.45, sáb., dom e feriados, às 16.00, dom. às 21.30. **Cheira a Lisboa**, de César de Oliveira e Henrique Santana.

Teatro do Bairro Alto, Rua Tenente Raul Cascais, 1-A. De 3.ª a sáb. às 21.00, dom. às 16.00 **Três Irmãs**, de Anton Tchekov, enc. de Rui Mendes, pela **Cornucópia. De 3.ª a 6.ª às 15.00 (para escolas); sáb. às 16.00, dom. às 21.30. Acende a Noite**, de Ray Bradbury, enc. de José Caldas.

Teatro da Graça, Trav. de S. Vicente, 11. De 3.ª a sáb. às 21.30, sáb. e dom. às 16.00. **Bruscamente no Verão Passado**, de Tennessee Williams, enc. de Carlos Fernando.

Teatro Nacional, Sala Garrett. De 3.ª a sáb. às 21.30, sáb. e dom. às 16.00. **O Bicho e o Tempo Feminino**, de Miguel Rovisco, enc. de Norberto Barroca. — **Sala Gil Vicente.** De 3.ª a sáb. às 22.00, sáb. e dom às 17.00. **A Infância de Leonor Távora**, de Miguel Rovisco, enc. de Norberto Barroca.

Teatro Variedades, Parque Mayer. Diariamente às 21.45, dom. às 16.00. **Calcinhas Amarelas**, de José Vilhena.

Teatro Vasco Santana, Av. da República, **As Duas Cartas**, de Júlio Dinis, enc. Luzia Maria Martins.

Teatro Villaret, Av. Fontes Pereira de Melo, 31-A. De 3.ª a dom. às 21.30, dom. também às 16.00. **Criada para Todo o Serviço**, enc. Armando Cortez.

• PORTO

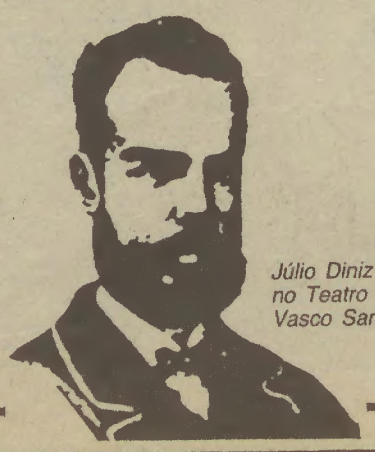
Teatro dos Modestos, Rua Gonçalo Cristóvão, 190. **O Pássaro Verde**, de Carlo Gozzi, pelos **Comediantes**.

Sala do Realejo, R. dos Mercadores, 136. 5.ª, 6.ª e sáb. às 22.00, dom. às 17.00. **Jorge**, de Anthony West, enc. de Vítor Valente.

Teatro Sá da Bandeira, R. Sá da Bandeira. De 3.ª a 5.ª às 21.30, 6.ª e sáb. às 20.30 e 23.00, dom. às 16.00 e 21.30. **Toma Lá Revista**, de Santana/Nicholson-/Zambujal, enc. de Francisco Nicholson.

• ALGÉS

1.º Acto – Clube de Teatro. De 3.ª a sáb. às 21.30, dom. às 16.30. **O Circo dos Enganados**, de Miguel Rovisco, enc. de Guilherme Filipe, pelo **Grupo Persona.**



Júlio Diniz no Teatro Vasco Santana

• ESTORIL

Teatro Mirita Casimiro, Av. Fausto Figueiredo. De 4.ª a sáb. às 21.30, dom., às 16.00. **O Balcão**, de Jean Genet, enc. de Carlos Avilez.

• SETÚBAL

Teatro de Bolso, Rua Balneário Dr. Paula Borba. De 5.ª a dom., às 21.30, sáb. e dom. às 16.00. **O Médico à Força**, de Molière, pelo Teatro de Animação de Setúbal, enc. Carlos César e Asdrúbal Teles.

Para Crianças

• LISBOA

Comuna, Praça de Espanha. De 3.ª a 6.ª (para escolas), sáb. e dom. às 17.00. **A Nora**, de Gonçalo Fernandes Trancoso, enc. de João Brites, pelo **O Bando.**

Junta de Freguesia de Carnide, Largo das Pimenteiras, 6-A. Sáb. às 16.00, dom. às 11.00. **À Moda da Minha Avó**, pelo Teatro de Animação os Papa-Léguas.

TIL – Teatro Infantil de Lisboa, R. Leão de Oliveira, 1 (ao Calvário). Sáb. e dom. e feriados, às 16.00. **O Avestruz Mecânico**, de Carlos Manuel Rodrigues. Enc. Bento Martins.

Teatro Ibérico, Igreja Barroca do Antigo Convento de Xabregas, 54. Sáb. e dom. às 11.00. **O Leão Enganado**, de Lauro Olmo, enc. de Blanco Gil.

Cinema

A selecção

		António Durão	David Lopes	Manuel Machado da Luz	Manuel Neves	Paulo Torres
A	Atracção Fatal	—	★★	★★	—	★★
B	As Asas do Desejo	★★★	★★★★	★★★	★★★	★★★
C	Diabo no Corpo	★	★★★	★★★	★★★	—
D	Grita Liberdade	★★★	—	★★	—	★★★
E	Império do Sol	★★★★★	★★★★	★★★★	—	★★★★
F	Jogo Fatal	★★★★	★★★	★★★	—	—

Classificação de ★ a ★★★★★

A — Real. Adrian Lyne – **S. Jorge/2** (14.00, 16.45, 19.15, 21.15) – **Lisboa.**
B — Real. Wim Wenders – **Quarteto/3** (14.00, 16.30, 19.00, 21.30) – **Lisboa.**
C — Real. Marco Bellocchio – **Alfa/4** (14.15, 16.45, 19.15, 21.45, 00.15); **Mundial/2** (14.00, 16.15, 19.00, 21.45); **Quarteto/1** (14.30, 16.45, 19.00, 21.30) – **Lisboa**.
D — Real. Richard Attenborough **S. Jorge/3** (14.15, 17.30, 21.00) – **Lisboa**.
E — Real. Steven Spielberg – **Alfa/1** (15.30, 18.30, 21.30, 00.30); **Amoreiras/2** (15.30, 18.30, 21.30, 00.30); **Ávila** (14.00, 16.30, 19.00, 21.30, 24.00); **Terminal** (13.00, 15.30, 18.15, 21.30, 24.00); **Tivoli** (15.15, 18.15, 21.30) – **Lisboa**
F — Real. David Marnet – **Quarteto/4** (15.00, 17.00, 19.00, 21.30) – **Lisboa**.

Exposições...

• LISBOA

Ana Jota — Pintura. Galeria EMI-Valentim de Carvalho, R. Cruz dos Poiais, 111. De 2.ª a 6.ª das 15.00 às 19.00.

António Montano — Escultura sacra. Galeria S. Francisco, R. Ivens, 40. De 2.ª a 6.ª das 10.00 às 13.00 e das 15.00 às 19.00, sáb. das 10.00 às 13.00 (até 16/4).

Arte Portuguesa no Século XIX — Palácio da Ajuda. Diariamente das 10.00 às 17.00, à 4.ª e sáb. até às 22.00 (excepto à 2.ª) 31/5.

Azulejos — Colectiva (Bartolomeu, Pomar, Paula Rego, Menez, Lurdes Castro, João Vieira). R. Academia das Ciências, 2-C. De 3.ª a sáb. das 11.00 às 13.00 e das 15.00 às 19.30.

Brinquedos Cabo-Verdianos — Museu Nacional do Traje (ao Lumiar). De 3.ª a dom. das 10.00 às 12.30 e das 14.30 às 17.00 (até 15/4).

Cerâmica — Exposição itinerante do Simpósio Internacional de Cerâmica Alcobaça 87. Centro de Arte Moderna (até 17/4).

«A Companhia Rey Colaço/Robles Monteiro». — Museu Nacional do Teatro, Estrada do Lumiar, 10. De 3.ª a dom. das 10.00 às 13.00 e das 14.30 às 17.00.

Figueiredo Sobral — Escultura. Gal. Escada, R. da Bela-Vista à Graça, 81-A. De 2.ª a 6.ª das 14.00 às 20.00, sáb. das 10.00 às 14.00 (até 16/4).

Francisco Rocha — Escultura. Convento dos Inglesinhos, Travessa dos Inglesinhos, 2.

Gaetan — Desenho. Loja do Desenho, Rua Academia das Ciências, 2-B. De 3.ª a sáb. das 15.00 às 19.00 (até 20/4).

Gaetan e Jorge Molder — Pintura/desenho/fotografia. Gal. Cómicos, R. Ten. Raul Cascais, 1-B. De 2.ª a sáb. das 15.00 às 20.00.

João Regueira e José Soudo — «Memória da Matéria/Memória do Tempo». Galeria Voz do Operário, R. Voz do Operário, 13. De 2.ª a 6.ª das 10.00 às 22.00, sáb. das 15.00 às 19.00 (até 23/4).

José Manuel Soares — Pintura. Galeria de Arte da Cervejaria Trindade, Rua Nova da Trindade, 20. Diariamente das 16.00 às 24.00 (até 8/4).

Lúcio — Pintura. Casa dos Açores, Rua dos Navegantes, 21 (até 15/4).

Luís França — Pintura. Galeria Altamira, Rua Filipe Folque, 48-A. De 2.ª a sáb. das 10.00 às 19.00 (até 20/4).

Manuela de Sena — Galeria da Livraria Barata, Av. de Roma, 11-A (até 16/4).

Mariana Quito — Gravura. Galeria Gravura, Travessa do Sequeiro, 4-r/c. De 2.ª a 6.ª das 10.30 às 13.30 e das 15.00 às 19.00.

Mestres da Pintura Búlgara (Sécs. XVIII/XX). Galerias das Exposições Temporárias da Fundação Gulbenkian.

Miguel Branco e Rosa Almeida Filipe — Pintura. Galeria Diferença, R. Filipe Nery, 42. De 3.ª a 6.ª das 15.00 às 20.00, sáb. e dom. das 16.00 às 19.00 (até 24/4).

Museu da Água de Manuel da Maia — Recinto dos Barbadinhos, Rua do Alviela (à Calçada dos Barbadinhos), n.º 12.

Nelson Cardoso — Escultura. Galeria Leo, Travessa da Queimada, 48. De 3.ª a sáb. das 14.30 às 19.30 (até 9/4).

Projecto 3 — Palácio Galveias ao Campo Pequeno. Diariamente das 14.30 às 19.00 (até 10/4).

Regina Chulam — Pintura. Galeria Tempo, Rua Nova de S. Mamede, 17-A. De 2.ª a sáb. das 16.00 às 20.00 (até 9/4).

Retrospectiva de António Dacosta — Fundação Calouste Gulbenkian, Av. de Berna. De 3.ª a dom. das 10.00 às 17.00.

Rogério Ribeiro — Pintura. Galeria Triângulo 48, Av. Vasco da Gama, 48. Das 14.00 às 20.

Rui Chafes — Poligrupo/Renascença, Rua Ivens, 14. De 2.ª a 6.ª das 10.00 às 19.00.

Teresa Dias Coelho — Pintura, «Fotogramas». Sociedade Nacional de Belas Artes, Rua Barata Salgueiro, 38. De 3.ª a dom. das 14.00 às 20.00 (até 10/4).

Trinta e Cinco Obras de Arte do BPA — Galeria Almada Negreiros, Av. da República, 16.

«27 Escritores Franceses» — Fotografia. Instituto Franco-Português, Av. Luís Bivar, 91 (até 29/4).

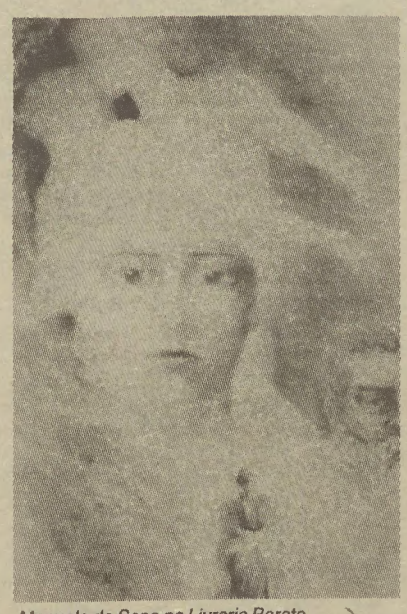
• PORTO

«A classe operária e a máquina na fotografia desde 1857 até hoje». Organizada pelo Instituto Alemão. Casa do Infante.

Fernando Granjo — Pintura. Hotel Castor, R. das Doze Casas, 17 (até 10/4).

Frank da Costa (Brasil) — «Assemblagens». Cooperativa Árvore, R. Azevedo de Albuquerque, 1.

Isabel Garcia — Pintura. EG, Caminho da Fonte de Cima, 33/130. De 3.ª a sáb. das 15.00 às 20.00 (até 8/4).



Manuela de Sena na Livraria Barata

Jorge Pinheiro — Pintura. Galeria Nasoni, Rua Galeria de Paris, 68-80.

Manuel Casimiro — Galeria Roma e Pavia, Rua D. Manuel II e Museu Nacional Soares dos Reis. De 3.ª a dom. das 10.00 às 12.30 e das 14.30 às 17.00 (até 14/4).

Nuno de Santa Cruz — Pintura. Galeria Roma e Pavia, Rua D. Manuel II, 346-B. De 2.ª a sáb. das 15.00 às 20.00 (Até 10/4).

Sérgio Taborda — Escultura. Jardim da Delegação Regional do Norte da Secretaria de Estado da Cultura, Rua António Marja Cardoso, 175. Diariamente das 14.00 às 19.00 (até 10/4).

• OUTRAS LOCALIDADES

«27.ª Estação do Metro» — Colectiva de pintura, escultura e BD. Galeria Municipal, das 15.00 às 23.00 (até 17/4). AMADORA.

«As Festas» — Convento de Verderena. Aos sáb. e dom. das 15.00 às 18.00 (até 30/4) BARREIRO.

Gravuras da Exposição Calouste Gulbenkian — Museu Nogueira da Silva (até 13/4) BRAGA.

Duarte Saraiva — Pintura. Sala do Castelo. CAMPO MAIOR.

Avelino Sá — Pintura. Círculo de Artes Plásticas, Rua Castro Matoso, 18. De 2.ª a 6.ª das 10.00 às 12.00, das 15.00 às 18.00 e das 22.00 às 24.00. COIMBRA.

Man — Pintura. Arcadas do Parque. Diariamente das 09.00 às 19.00 (até 20/4) ESTORIL.

Filomena Coquenão — Pintura. Palácio D. Manuel. ÉVORA.

Rogério Ribeiro — Pintura. Galeria de Arte da Pousada de Santa Marinha. GUIMARÃES.

Manuela Cerqueira — Cerâmica. Museu Municipal «Casa do Adro». De 3.ª a 6.ª das 09.00 às 12.00 e das 14.00 às 17.00, sáb. e dom. das 10.00 às 13.00 e das 14.30 às 17.30 (até 7/4) LOURES.

Arquitectura berlinense — Edifício do Turismo e Sala de Exposições do Sport Operário Marinhense. MARINHA GRANDE.

Ilda Reis — Gravura. Espiral, Rua Cândido dos Reis, 90. De 3.ª a sáb. das 10.00 às 14.00, das 16.00 às 20.00 e das 21.00 às 23.00, dom. das 10.00 às 14.00 (até 7/4) OEIRAS.

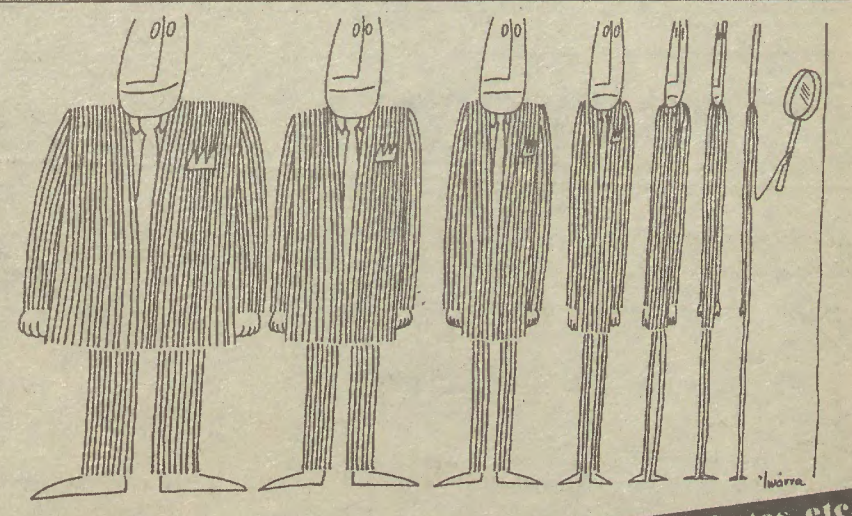
Colectiva de Artistas da Monumental — Centro Cultural Emmerico Nunes, Largo do Muro da Praia (até Maio) SINES.

Gente do Espectáculo — «Os Albinos» – Museu/Convento de Jesus (até 10/4) SETÚBAL.

Hélder Cerqueira — Casa do Bocage/Galeria Municipal de Artes Visuais. De 2.ª a 6.ª das 09.00 às 12.00 e das 14.00 às 17.30, sáb. e dom. 15.00 às 18.00 SETÚBAL.

Maria e Carlos Santos — Galeria de Exposições Temporáris do Museu Regional. SINTRA.

Fernando Pinheiro — Pintura. Casa Museu Álvaro de Campos. De 3.ª a sáb. das 16.00 às 20.00. TAVIRA



...e ainda

Música, debates, etc.

Música

Concerto por **Michel Dalberto,** que interpreta ao piano obras de Liszt e Debussy no **Grande Auditório Gulbenkian:** amanhã, dia 8, às 18.30.

No **Forum Picoas,** sábado, dia 9, às 12.00, concerto com o **Trio Tritonus** (Ilídio Gomes, Isabel Rocha e Teresa Rocha em violino, piano e violoncelo) e um outro agrupamento constituído por **Graziela Lé,** soprano, **Francisco Ribeiro,** clarinete, e **Gabriela Canavilhas,** piano.

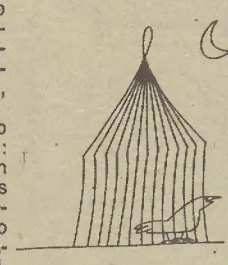
No **S. Luiz,** do ciclo Mozart-Beethoven: sonatas de Beethoven e Haydn interpretadas por **Madalena Soveral,** piano, e um octeto instrumental – **domingo,** 10, às 11.00; recital de piano por **Miguel Henriques,** que interpreta peças de Mozart e Beethoven – **terça,** dia 12, às 18.30.

No **Palácio de Queluz** um outro recital, este de violoncelo e piano com **Isabel Delerue** e **Fernanda Salema,** que interpretam Schumann, Fauré, Prokofiev e Braga Santos.

Bailado

No Grande Auditório Gulbenkian estreia amanhã **Presley ao Piano** – espectáculo concebido e dirigido por **Olga Roriz** e **Ricardo Pais,** interpretado pelo **Ballet Gulbenkian.** Esta semana nos dias 8, 12 e 13 às 21.30, dia 9 às 16.00 e 21.30.

A **Companhia Nacional de Bailado** estreia também um novo programa: «O Pássaro de Fogo» (Brydon Paige/Stravinsky), «As Nossas Valsas» (V. Nebrada/Teresa Carreño) e «La Bayadère» (Petipa/I. Minkus) – este último bailado em reposição. Espectáculos nos dias 9, às 16.00, e 11, às 21.30, no **Teatro Nacional de S. Carlos.**



Janita ao vivo

Dois espectáculos — um em Lisboa, o outro no Porto – marcados para esta semana. Relevo no programa para os temas do último disco, «Olho de fogo». Com Janita Salomé, seis músicos: Carlos Branco, Zíngaro, Fernando Molina, José Martins, José Peixoto, Paulo Curado.

Em **Lisboa:** sexta-feira, dia 8, na Aula Magna; no **Porto:** sábado, dia 9. Às 22 horas.

Cinema

Na Cinemateca prossegue o ciclo Samuel Fuller – realizador ou intérprete –, com destaque esta semana para dois filmes de **Wim Wenders** em que intervém como actor: **O Amigo Americano**/1977 na sexta-feira às 18.30, e **O Estado das Coisas**/1982, às 21.30 do mesmo dia.

Destaque ainda na mesma sala para filmes integrados noutros ciclos que decorrem simultaneamente: um de **John Huston – Debaixo do Vulcão**/1984, no dia 11 às 21.30 – e um outro de **Preminger – Entre o Amor e o Pecado**/1947 (versão original), no dia 12 às 21.30.

Na Cinemateca, recorde-se, os bilhetes são a 125$00.

Fundos para a APE

À semelhança do que já foi feito em Lisboa, várias dezenas de artistas plásticos de nomeada ofereceram obras à Associação Portuguesa de Autores para serem leiloadas no Porto a favor do Fundo de Manutenção desta instituição.

As obras estão expostas na Cooperativa Árvore (R. Azevedo de Albuquerque, n.º 1, Porto) e o leilão terá aí lugar, a partir das 21.30. de quarta-feira, 13 de Abril.

Baile em Almada

Iniciativa tradicional em Almada que é o Baile da Pinhata organizado pelo PCP... atrasado pelo bom motivo que foi a Greve Geral... ficou **Baile da Páscoa...** e realiza-se sexta-feira, dia 8! Mas promete. Nomeadamente prémios aos melhores pares dançantes. Fundos para o Partido, que os destina à campanha pelo novo CT da DORS.

Excursões

De vários pontos do País, para vários pontos do Mundo, em iniciativas das organizações do PCP que prometem bons momentos de convívio e de animação, percursos interessantes e condições de pagamento muito facilitadas.

De Coimbra parte em Junho (dia 9) uma excursão ao Norte de África, com regresso no dia 12. Sevilha, Algeciras, Ceuta, Torremolinos, Córdoba e Zafra fazem parte do itinerário. Preço: 20 mil escudos.

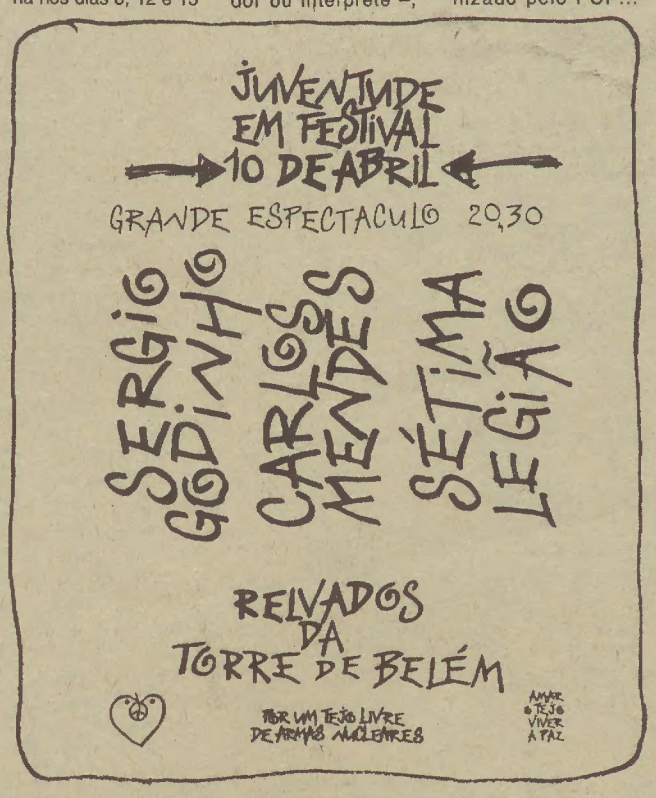
Ainda de Coimbra vão partir excursões à RDA (30 de Julho a 9 de Agosto) e à Jugoslávia (30 de Julho a 12 de Agosto). Todas as informações no Centro de Trabalho do PCP em Coimbra. Mas o preço já fica: em ambos os casos, apenas 67 500$00. Na pág. 10 da **Semana** falamos de outra viagem bem especial da organização de Coimbra...

Também em Agosto (12 a 15) está prevista uma excursão de interesse. Destino: Trás-os-Montes. Partida: Almada. Trata-se de uma iniciativa da comissão do Centro de Trabalho concelhio. Preço: 11 500$00.

Deixemos Trás-os-Montes por agora. Que tal uma viagem à Hungria? Visitando Budapeste e conhecendo o famoso lago Balaton... Em Setúbal o sonho foi concretizado e entre 18 e 29 de Junho os participantes na viagem promovida pela ORS do PCP lá estarão. Preço: 74 000$00.

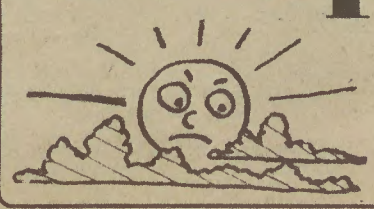
E porque não uma visita até à República Democrática Alemã? A iniciativa é do Centro de Trabalho da Boavista, Porto, e está marcada de 6 a 18 de Agosto. Preço: 69 500$00.

E já agora, saliente-se a diversidade das viagens para este ano dos *Tempos Livres* da organização local de Lisboa do PCP. Informem-se e, se puderem, aproveitem.



Tempo

Fim de Semana



Céu geralmente pouco nublado, apresentando-se muito nublado nas regiões do Norte e Centro, onde poderão ocorrer aguaceiros. Vento geralmente fraco. *(Previsão do Instituto Nacional de Meteorologia e Geofísica).*

a TV

O que a TV esconde

Nas vésperas da greve geral a televisão fazia o servicinho conveniente: dizia que já se sabia o que ia acontecer, era a guerra dos números, era os sindicatos de um lado a gritar percentagens, era o Governo do outro a gritar também as suas. Como quem diz: e agora sabe-se lá em quem acreditar...

Deste modo se iludia a questão principal: é que esta greve representou o maior protesto colectivo contra uma política ruinosa para o País. Nunca em Portugal se viu nada assim. Essa era a realidade essencial. A realidade que os paus-mandados do Governo na televisão procuravam esconder.

Pela primeira vez, em tal escala, trabalhadores comunistas, socialistas, social-democratas, sem partido, estavam unidos num objectivo comum. O Governo pode lançar-se nas guerras de percentagens que entender: não pode mudar a realidade. E essa realidade não é, de modo nenhum, favorável a Cavaco e aos interesses que por detrás dele se perfilam.

Nota sintomática foi o facto de o **Telejornal** não se ter lembrado de perguntar aos partidos da oposição o que pensavam deste assunto. Então alguém acredita que, em momento de tamanha importância, os partidos não tenham uma palavra a dizer? Ou que seja legítimo, a qualquer título, marginalizá-los da vida nacional?

Claro que não. A táctica consistia precisamente em evitar que o Governo de Cavaco aparecesse isolado e desmascarado.

Alguém ainda duvida?

Pode haver alguém que pense estar sempre o crítico a ver fantasmas no Beco das Cruzes, quando fala de televisão. Coitada dela, ela age naturalmente, sem qualquer intenção maldosa, e sempre aparece aquele sujeito a ver política em tudo...

A quem julgue tal, apresentarei mais o seguinte facto: a televisão logo a seguir ao dia 28 não voltou a falar da greve geral. Era como se nada se tivesse passado no País!

E então? Então acontece que era essa exactamente a táctica de Cavaco. Fazer esquecer. Deixar cair. O que lá vai, lá vai. Não se fala mais em coisas tristes...

Esperem. Não sou eu quem está a concluir, a imaginar, a supor que. Nada disso. A posição do Governo foi claramente posta pelo seu porta-voz, Fernando Nogueira, e algumas estações de Rádio transmitiram essas afirmações.

Que disse ele? Disse que a greve geral (ele disse «a greve chamada geral»...) fora um acontecimento efémero, que durara um dia – e pronto. «**Trata-se** – dizia ele – **de um acontecimento que já pertence ao passado...**»

Pois bem. Nem estas palavras, ouvidas na Rádio, foram ouvidas na Televisão! Na Televisão não se falava da greve geral nem ao menos para se dizer que... ela já pertencia ao passado!!!

Assim, e claramente, a informação da RTP se denuncia como um instrumento nas mãos do Governo. Mas será que alguém ainda tem dúvidas a esse respeito?...

A porta na cara

Não se mede tudo pela mesma bitola. Num clima de subserviência organizada há sempre quem assuma a consciência profissional do jornalista que tem a ver com o amor à verdade, com o respeito pela realidade.

Destacarei aqui dois aspectos.

Um, aquela reportagem do Porto em que se referiam as vaias e os protestos populares.

Outra, durante a visita de Cavaco Silva a Setúbal, onde alguns operários trabalhavam e onde a recepção ao ministro itinerante, diga-se, primou pela indiferença geral.

Na reportagem foi dito que se tratava de uma multinacional. Uma trabalhadora, inquirida por que trabalhava, respondeu que estava sob contrato a prazo...

Infelizmente, nem todos seguiram esta linha de honradez. Silenciaram, por exemplo, o cancelamento da visita do Primeiro-Ministro à EFACEC, que estava paralisada. Foi pena. O País merecia ouvir o estrondo de uma porta batida na cara de um governante-itinerante...

■ ***Ulisses***

Síntese semanal da IMPRENSA

Ainda a greve geral

A greve geral foi o acontecimento maior da semana que passou e em todos os jornais teve eco. Antes de ser greve geral era já um protesto generalizado contra a política laboral de Cavaco Silva; nos jornais veio a ser, por inesperado que pareça, o reconhecimento de que, afinal, os trabalhadores e os sindicatos têm razão para lutar e não é por o Primeiro-Ministro fechar os olhos que o dia passa a ser noite.

A greve

(...) «Ora, por muita prudência que devamos aplicar à consideração das percentagens fornecidas pela UGT e pela CGTP, haveremos de convir em número de adesões mais do que bastante para fazer da greve no dia 28 um acontecimento. Sem necessidade de quantificação precisa, basta reconhecer serenamente que a maioria dos trabalhadores portugueses manifestou-se contra o "pacote" laboral nos sectores da indústria e dos serviços, tendo sido significativa a adesão nas outras áreas (se pensarmos que, na agricultura e no comércio, imperam as explorações familiares e, na última, os contratos a prazo) e em todo o território nacional. A importância que a greve virá a ter para outra maioria, neste caso a política, e que o Governo diz ser nenhuma, não anula, pois, a sua importância intrínseca.» (...)

«Todavia, mais grave do que as exemplares atitudes aludidas foi, provavelmente, a necessidade que o Presidente da República enfrentou de lembrar que o direito à greve existe. Pressões e intimidações documentadas, visando desmobilizar os trabalhadores, obrigaram-no a assumir expressamente a competência de garante das liberdades. A democracia portuguesa tem só catorze anos. Nota-se.»

(«A greve», editorial do «Diário Popular», 30.3.88)

(...)

«Mesmo aqueles que não aderiram à greve geral de segunda-feira passada deverão reconhecer que a greve ultrapassou as expectativas.

Goste-se ou não da UGT e da Intersindical, o facto é que a mensagem das centrais sindicais "passou"; ou seja, muitos trabalhadores convenceram-se de que, caso o pacote laboral venha a ser aprovado, os seus empregos ficarão em risco.

Isto parece-nos indiscutível.

E assim se explica o relativo sucesso que a greve registou.

De facto, a partir do momento em que aqueles que estão empregados acreditaram que a nova lei pode fazer perigar os seus postos de trabalho, é natural que tenham reagido: quem tem um emprego quer conservá-lo.» (...)

«Em circunstâncias normais, dir-se-ia que no dia 28 se registou um empate.

A reacção do primeiro-ministro acabou, porém, por criar em muitos portugueses a ideia de que o Governo sofreu uma derrota.»

(«Cavaco e a greve geral», J. A. S., editorial do «Expresso», 31.3.88)

(...)

«Seja qual for a dimensão absoluta da greve geral levada a efeito na segunda-feira, dia 28, o protesto foi suficientemente nítido e forte para não poder deixar de ecoar na "consciência" do Governo, principal contestado na jornada de protesto, nem no "sentimento" do grupo parlamentar do partido que, em exclusivo, suporta o Executivo. E se os deputados do PSD não quiserem, como é natural que não queiram, remeter-se à incómoda função de "caixas de ressonância" da vontade do Governo, as consequências desta greve não deixarão de se fazer sentir no formato e na embalagem exterior — mas também no conteúdo — do "pacote laboral" que esteve na origem da acção grevista.» (...)

«Neste "dia seguinte" à greve geral de 28 de Março, parece poder ler-se, no horizonte político, um sinal, ainda que ténue, de que o Governo se prepara para abdicar da sua irredutibilidade, admitindo negociar, agora, no Parlamento, aquilo que, na verdade, deveria ter sido, atempadamente, visto em sede mais própria — o Conselho de Concertação Social. O órgão existe: é a hora de lhe dar conteúdo.»

«É a hora», editorial de «O Jornal», 31.3.88)

O Governo

(Caricatura de Baltazar, «o diário», 30.3.88)

(...)

«Politicamente cego e dialogantemente surdo no isolamento da torre de cristal dum Poder que cada vez mostra mais os pés de barro que tem, cercado de rapazinhos sim-sim que nunca lhe dizem que não, julgou Cavaco que a solução para a debilidade da Economia Portuguesa seria curá-la com a panaceia dum Pacote Laboral essencialmente contra-revolucionário em que, puxando de repente o freio ao galope das propaladas conquistas de Abril, se voltasse a colocar os trabalhadores numa sujeição domesticada de servos da gleba, atentos, veneradores e obrigados das luminosas ideias de Sua Excelência.»

(...)

«Quanto a mim o que é grave (e mostra bem a confusão dos espíritos) é que muitos cidadãos arrependidos de terem votado em Cavaco e que reconhecem que o seu poder se compra tem vindo a baixar com a actuação do Governo, não aderiram à greve somente porque os comunistas nela também estavam metidos.» (...)

(«Ou oito ou oitenta», Manuel de Portugal, «Tempo», 30.3.88)

As consequências

(...)

«A greve não foi o fracasso que o Governo desejava, nem foi o sucesso a que aspiravam as confederações sindicais, esta me parece ser a opinião do homem comum. E como é este o eleitor médio, esta é a conclusão a tirar da greve geral. Todos se mostraram eufóricos e vencedores, a todos o eleitor médio considerou derrotados ou pelo menos não vencedores. Nada a estranhar em qualquer dos casos: vender sucesso é feito por todas as forças políticas após eleições e aí existe uma contabilidade bem mais rigorosa, que é a dos votos. Mostrar cepticismo é apanágio tradicional do «Zé Povinho», que hoje tem diferente indumentária, mas provavelmente psicologia muito semelhante à que ficou retratada por Rafael Bordalo Pinheiro.

Seja como for, a greve geral vai ter inequívocas consequências e disso tão-somente vale a pena tratar alguns dias depois. São essas consequências, mais ou menos seguras, mais ou menos duradouras, que vão passar como resultado da greve.» (...)

(«A greve e o futuro», J. M. Júdice, «Semanário», 31.3.88)

«Esta greve geral, se política alguma vez não foi, acabou por se tornar claramente nisso. Greve convocada contra uma decisão governamental, ela não podia ser meramente laboral, como se da luta dos trabalhadores de uma empresa contra o seu patrão se tratasse.

Mas, para que tudo ficasse claro, o Governo e o seu partido, com bastante falta de jeito, encarregaram-se de colocar em evidência esta realidade, nos dias imediatamente anteriores a 28 de Março. A intervenção directa e clara da direcção do PSD na actuação dos seus sindicalistas veio dar um claro tom de afrontamento político a uma greve geral que se pretendia de protesto colectivo contra uma decisão governamental.

Depois disto, e quer a greve fosse ou não um êxito, as suas consequências teriam de ser inevitavelmente políticas. O Governo e o PSD fixaram e acentuaram, assim, a esta greve um carácter político de vastas consequências.» (...)

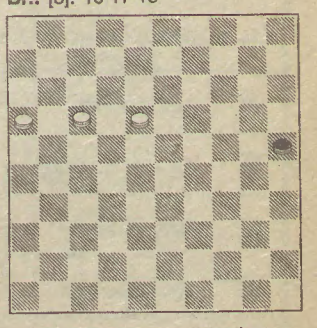
(«Os herdeiros de Bernstein e os outros face à greve geral», Ignotus, «Tempo», 30.3.88)

O processo de contestação política e sindical que conduziu à greve geral de segunda-feira não está encerrado e as sequelas por ele geradas hão-de fazer-se sentir por bastante tempo. Que as centrais sindicais não consideram esgotadas as hipóteses de influenciarem ainda o destino das propostas de leis laborais — em S. Bento ou em Belém — prova-o o facto de terem estabelecido um calendário de acções de protesto a vários níveis, incluindo uma manifestação em que de novo convergem os esforços de ambas e que está marcada para 14 de Abril, dia do debate das leis laborais no Parlamento. Que os efeitos secundários da greve estão a aumentar como bola de neve demonstra-no o desenvolvimento da situação no interior dos TSD, da UGT e de um dos baluartes desta central — o Sitra — bem como as alusões a uma eventual terceira confederação de sindicatos no jornal oficial do PSD. Imune às ondas de choque que a greve geral provocou, apenas a CGTP, como é natural, apostada em prolongar até ao primeiro de Maio o exercício de pressão sobre o Governo, qualquer que seja o desfecho da questão das leis em causa.

(«Os efeitos secundários», editorial do «Diário de Notícias», 31.3.88)

Damas

CXLVIII – 7 de Abril de 1988
Preposição n.º 148
Por: M. Moser, Holanda, 1948
Pr.: [1]: 25
Br.: [3]: 16-17-18

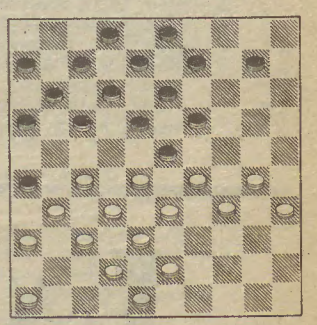


jogam as brancas e ganham

* * *

Golpe N.º 148

Por: G. Abribat, França, 1934
Pr.: [16]: 2-3-6-7-8-9-10-11-12--13-16-17-18-19-23-26
Br.: [16]: 27-28-29-30-31-32-33--34-35-36-37-38-42-43-46-48



Jogam as brancas e ganham

Nota:
1.º – Tente a solução mentalmente no diagrama;
2.º – Se necessário, coloque as peças no tabuleiro e tente a solução sem mexer as peças;
3.º – Mexa as peças... Descanse e veja a solução só mais tarde.

* * *

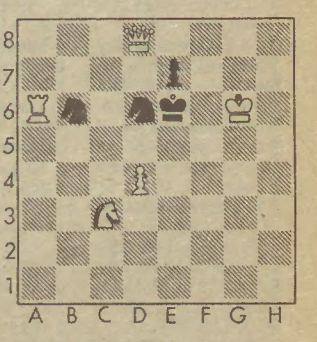
Soluções do N.º CXLVII

N.º 148 (MM): 18-13 (25-30); 13--9! (30-34) 9-4! (34-39) 4-27 (39--44) 27-49 (44-50) 16-11 (50-45*) 11-6 (45-34...) 49-40 (...34X45) 6--1 (45-50) 1-6+.
Golpe N.º 148 (GA): 27-22!!! (18X27) 29X18 (13X22*) 32X21 (16X27) 37-22! (26X37) 32-21 (17X26) 28X17 (11X22 ou 12X21) 42X31 (26X37) 38-32 (37X39) 30-25 (39X30) 36X15! passagem a Dama e +.

■ **A. de M.M.**

Xadrez

CXLVIII – 7 de Abril de 1988
Preposição N.º 148
Por: Charles Promislo, «VIII Congresso Americano», 1921
Pr.: [4]: Pé7-Cs.b6, d6-Ré6
Br.: [5]: Pd4-Cç3-Ta6-Dd8-Rg6



Mate em dois lances

* * *

Jogo N.º 148

13.º Torneio «Open» de Lugano (CH), 1988
Br.: Tomczack
Pr.: Anand

1. é4,é5; **2.** Cf3,Cç6; **3.** d4,é4:d4; **4.** C:d4,Bç5; **5.** Cb3,Bb6; **6.** a4,a6; **7.** Cç3, Cf6; **8.** Bé2,d6; **9.** a5,Ba7; **10.** 0-0,h6; **11.** Rh1,0-0; **12.** f4,Té8; **13.** Bf3,Bé6; **14.** Ta4,Dd7; **15.** Té1,Cg4; **16.** Bxg4,B:g4; **17.** Dd3,f5; **18.** Bd2,f:é4; **19.** Ta:é4,Té4; **20.** C:é4,Bf5; **21.** ç4,Df7; **22.** Bç3,Cé7; **23.** Dg3,Bg6; **24.** Cbd2,Cf5; **25.** Dd3,Té8; **26.** g4,Cé7; **27.** f5, Bh7; **28.** Cf6 + g:f6; **29.** Cé4,Rf8; **30.** C:f6,Td8; **31.** Dd2,Dg8; **32.** C:g8,Rg8; **33.** D:h6,Td7; **34.** Dg5+,Rf8; **35.** Té-6,D:é6e Br. abandomam.

* * *

Solução do N.º 148

Chave:
1. Dç7! blocus!
1. ..., Cd7; **2.** Dç4++
1. ..., Cb outro lance; **2.** Dç8++
1. ..., Cd joga; **2.** d5++

■ **A. de M.M.**